

GILSON LIMA DOMINGOS

**PANTANAL DA NHECOLÂNDIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

DOURADOS

2005

GILSON LIMA DOMINGOS

**PANTANAL DA NHECOLÂNDIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, *Campus* de Dourados, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:
Profº Drº EUDES FERNANDES LEITE

DOURADOS/MS - 2005

981.7 Domingos, Gilson Lima

D671p.i

Pantanal da Nhecolândia: história, memória e a construção da identidade / Gilson Lima Domingos – Dourados, MS : UFMS, CPDO, 2005.

123p.

Orientador : Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados.

1. Nhecolândia – Memória, História - Identidade

GILSON LIMA DOMINGOS

**PANTANAL DA NHECOLÂNDIA: HISTÓRIA,
MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Dourados, _____ de _____ de 2005

DADOS CURRICULARES
GILSON LIMA DOMINGOS

NATURALIDADE: CORUMBÁ/MS

FILIAÇÃO: Aristides Lima Domingos

Zilda Antonia de Jesus Domingos

1993-1996

Curso de Graduação - Licenciatura Plena em História

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

2000-2002

Curso de Pós-Graduação em História, nível de Especialização

Centro Universitário de Corumbá/CEUC/UFMS

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da construção de uma memória identitária da Nhecolândia, uma das regiões do Pantanal mato-grossense. Para isso, consideraram-se as relações entre a memória e a história, destacando como essas representações constroem e interpretam o passado da região. A investigação concentra-se na identificação de quem elaborou e como foi elaborada a memória, tratada também como representações memorativas realizadas a partir dos anos 20 do século XX. Procura-se demonstrar que essa memória constantemente se atualiza, dependendo do momento em que é elaborada. A partir dessas atualizações, aponta-se como os memorialistas constroem imagens a respeito do Pantanal, de um inferno para a de um paraíso ecológico e inventam o pantaneiro, destacando seus hábitos, comportamentos e costumes, atribuindo-lhe qualidades específicas que o estabelecem como participante de uma suposta sociedade harmoniosa, sem contradições ou conflitos sociais, em que os homens conviveram e convivem de forma pacífica com a natureza, como em nenhum outro lugar.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the construction of an identity memory of Nhecolândia, one of the regions in the Pantanal. In order to make this analysis, the relations between memory and history were considered, with a focus on the way these representations build and interpret the region's past. The investigation concentrates on the identification of who elaborated the memory and how it was elaborated. The memory is also treated as representations which have been made since the 1920s. This memory is constantly updated, depending on the moment in which it is elaborated. Based on this updating, I show how the memorialists build images about the Pantanal, changing the way the region is seen, from hell to an ecological paradise. Memorialists have coined the word "pantaneiros", focusing on their habits, behaviors and customs, providing them with specific qualities, which establish them as participants of an alleged harmonious society, with no contradictions or social conflicts, in which men have lived in a pacific relationship with nature, like nowhere else.

Ao Lucas, meu filho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Eudes Fernando Leite, que me incentivou, desde a graduação, a me dedicar à pesquisa histórica.

Ao Mario Teixeira de Sá Júnior, que me hospedou em sua casa em Dourados nas minhas estadas durante o primeiro semestre de 2003.

Aos meus colegas e amigos de mestrado: Lisandra Zago e Ricardo S. Silva. A companhia de ambos tornou as viagens semanais de Corumbá a Dourados menos cansativas.

À Inez Maria B. do Amaral, que me socorreu várias vezes em Dourados.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da UFMS – Campus de Dourados, com destaque às figuras dos Professores Doutores: Jorge Eremites de Oliveira e Paulo Roberto Cimó Queiroz, que participaram do exame de qualificação, contribuindo com suas opiniões e sugestões. Agradeço também aos Professores Doutores Cláudio Alves de Vasconcelos e João Carlos de Souza.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, pelo apoio financeiro que permitiu meu afastamento da Rede Municipal de Ensino de Corumbá a partir de julho de 2004.

À diretora e à coordenadora da escola Municipal Tilma Fernandes Veiga: Mirane Franco Reis e Lourdes Duran Barcelos, que compreenderam meu afastamento para a elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas: Almerinda, Andréia, Elaine, Isabela, Maria Aparecida, Marilene, Meire, Nely e Nilton.

E finalmente, não poderia deixar de agradecer à professora Nilza Silva de Aquino, que, além do apoio familiar, contribuiu muito com seu apoio profissional, substituindo-me no momento em que me afastei das atividades de professor.

SUMÁRIO

LISTA DE ABERTURAS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
A NHECOLÂNDIA E MEMÓRIA IDENTITÁRIA	
COMO OBJETO HISTÓRICO	19
1.1. A Relação Memória/História	19
1.2. Elaboração da Memória: tentativa de construção da identidade	23
CAPÍTULO II	
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM EDÊNICA DA REGIÃO	55
2.1. Dominação e Amansamento da Natureza	55
2.2. A Nhecolândia e o Pantanal como Paraíso Ecológico	68
CAPÍTULO III	
IDENTIDADE PANTANEIRA/NHECOLANDENSE	85
3.1. A construção de um símbolo para a região	85
3.2. A invenção do pantaneiro pela memória escrita	100
CONCLUSÃO	114
FONTES E BIBLIOGRAFIA	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

IHGB	–	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
IHGMT	–	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.
ILA	–	Instituto Luiz de Albuquerque.
IBDF	–	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
BNDE	–	Banco Nacional de Desenvolvimento.
NDHR	–	Núcleo de Documentação e História Regional.
SUDEPE	–	Superintendência do desenvolvimento de Pesca.
IBAMA	–	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.
PRODEPAN	–	Programa de Desenvolvimento do Pantanal.
UFMS	–	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação consiste em analisar a construção de uma memória identitária para uma das regiões do Pantanal sul-mato-grossense, a Nhecolândia. A construção dessa memória local foi realizada por um grupo de pessoas descendentes ou que tinham ligações estreitas com os chamados pioneiros, que re-ocuparam essa região do Pantanal. Essa memória é constantemente atualizada, buscando reafirmar quem foram os donos do começo, ou seja, quem corajosamente devassou parte do Pantanal e o transformou de local inóspito em paraíso ecológico, ao mesmo tempo em que fundou sua identidade.

A Nhecolândia talvez seja a mais conhecida região do Pantanal sul-mato-grossense e foi uma das últimas áreas a ser afazendada. O processo de aquisição de terras dessa região se iniciou no final do século XIX; na metade do XX já era dividida por centenas de fazendas de gado, perfazendo aproximadamente dois milhões de hectares. Dessa região pantaneira lega-se uma memória construída como referência ao sentimento de identidade. Essa memória não se restringiu apenas à escrita, mas também a outros símbolos, como os bustos do seu herói-fundador: um exposto no Museu do Pantanal, localizado no Instituto Luiz de Albuquerque/ILA, e outro no Sindicato Rural de Corumbá, evidenciando a tentativa de perpetuar na memória a presença do seu homem/símbolo, Joaquim Eugênio Gomes da Silva, de alcunha *Nheco*, de quem provém o nome da região: Nhecolândia.

Em termos cronológicos, considero o ano de 1928 para o início da constituição da memória identitária da região, pois foi o ano da fundação do Centro de Criadores da Nhecolândia. É em torno desse local que alguns dos pioneiros e seus descendentes, denominados de fazendeiros-doutores, se reúnem. Esses últimos são filhos dos primeiros fazendeiros que, durante a fase de fundação das propriedades, se deslocaram para os grandes centros do país para estudar. Quando voltaram, já formados, se dedicaram a

construir uma memória que, com o passar do tempo, foi atualizada atendendo aos interesses do momento.

Assim, os primeiros memorialistas se dedicaram a registrar as qualidades dos pioneiros que desbravaram a região, enfrentando com coragem as adversidades do meio. Os últimos têm a mesma preocupação, mas somam a discussão ecológica, reivindicando também o pioneirismo. Outro fator, e não o último, talvez até seja o primeiro: os memorialistas lembram sempre quem foram os responsáveis pela constituição da identidade pantaneira.

No primeiro capítulo da dissertação, inicio a discussão da tensa relação entre a memória e a história, considerando as análises de Michael Pollak, Pierre Nora e Jacques Le Goff, para quem a memória é manipulada de forma consciente ou inconsciente, atendendo a certos interesses. Posteriormente, faço o levantamento das obras memorativas e seus autores, procedendo a uma análise histórica. Essas obras podem ser encontradas na “Biblioteca Lobivar de Matos (Lobivar Matos)” e, principalmente, na Biblioteca do Instituto Luiz de Albuquerque, que leva o nome de uma das pessoas comprometidas com a memória da região, Gabriel Vandoni de Barros, descendente dos pioneiros da Nhecolândia e que doou a maior parte do seu acervo para a o ILA. Identifico, assim, a memória escrita e seus empreendedores. Dos memorialistas, destaco José de Barros, José de Barros Maciel, Carlos Vandoni de Barros, Gabriel Vandoni de Barros, José de Barros Neto, Abílio Leite de Barros, Cássio Leite de Barros, Renato Báez e o escritor-cronista Augusto César Proença¹, entre outros, que versam a respeito da história da região através de crônicas, poemas e narrativas.

Na obra de alguns desses autores está explícita a influência do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, por isso recorro a trabalhos que discutem a temática no âmbito do espaço mato-grossense. Consultei as teses de Osvaldo Zorzato e Llylia Galetti; o primeiro pesquisou a constituição de uma memória historiográfica, feita por membros desse instituto, visando a um projeto identitário. Galetti, por sua vez, concentrou-se na discussão das representações feitas por viajantes estrangeiros, intelectuais e dirigentes brasileiros sobre Mato Grosso e as implicações dessas representações na construção de uma identidade regional. Esses dois autores ajudam-me a entender os mecanismos usados pelos escritores nhecolandeses na elaboração da memória visando à construção da

¹ Estudar a obra desse escritor seria um trabalho à parte. Ele foi inserido na lista devido a sua ligação com a memória local. A mesma ressalva deve ser aplicada ao poeta mato-grossense Manoel de Barros, a respeito de quem - e de cuja obra - existem vários trabalhos realizados e em fase de elaboração.

identidade local, elegendo determinados fatos, enaltecendo outros para apresentar os pioneiros portadores de qualidades que devem ser sempre lembradas, entre elas a que possui uma origem autenticada, reafirmando e reivindicando, como os intelectuais do IHGMT, a descendência bandeirante. Sobre essa descendência, incorporaram, é evidente, o lado positivo, listado por eles, dos paulistas preadores de índios, que aparecem como ousados e destemidos, esquecendo o lado negativo que os caracterizou como sendo extremamente cruéis, sanguinários, brancos e analfabetos.

O mito bandeirante foi um dos esteios de sustentação da identidade local. Os mamelucos paulistas são considerados os desbravadores dos sertões bravios de Mato Grosso. Assim, os pioneiros da Nhecolândia são apresentados como descendentes diretos e continuadores dos bandeirantes, alçados como os heróis que alargaram as fronteiras ao mesmo tempo em que trouxeram progresso e civilização. Afirmam, ainda, que o Pantanal foi sendo ocupado no sentido norte/sul pelo “bandeirante mameluco paulista que ia abandonando as lavras exauridas à procura de uma outra ocupação em que pudesse se expandir” (PROENÇA, 1992 p. 89). Essa ação teria sido continuada e garantida pelos filhos da terra.

Outra qualidade refere-se a uma certa consciência “responsável pela preservação ecológica da região” (BARROS, 1998 p.229). Ou seja, reafirmam que, se não fosse a antevisão dessa elite latifundiária, o Pantanal teria sido destruído.

No segundo capítulo, analiso como o discurso memorialista ajudou a construir e sustentar uma idéia edênica da região, apresentando o Pantanal como um lugar feito para a contemplação, paraíso preservado graças à sublime visão ecológica dos fazendeiros da região, que antecederam os ecologistas em relação às preocupações preservacionistas. Mesmo considerando que enfrentaram os rigores de uma região que exigiu tenacidade e coragem, advogam que sempre respeitaram a natureza e que os problemas ecológicos locais foram causados por ações fora da planície pantaneira.

Na verdade aponto, nesse capítulo, que a convivência harmoniosa entre o homem e a natureza na Nhecolândia, ou em todo o Pantanal, pode ser questionada. As construções memorativas incorporaram e difundiram a imagem de Paraíso Preservado, numa tentativa de se adequarem ao discurso ecológico que passou a ser difundido a partir dos anos 60.

Um dos alvos escolhidos pelos ecologistas foram justamente os pecuaristas, que, incomodados, tratam de atualizar seus discursos, afirmando que os proprietários sempre preservaram o ambiente dessa terra (BARROS NETO, 1991 p. 53).

Aqueles preocupados em solidificar a memória a partir da visão dos proprietários cuidam em apresentar, também, o papel do modelo econômico adotado na região para a preservação do Pantanal. Assim, a pecuária feita em latifúndios é vista como a única atividade possível de ser explorada na região sem degradá-la. Para Barros (1998), a divisão das grandes fazendas da Nhecolândia devido à sucessão hereditária é um dos motivadores da mudança de costumes e do baixo rendimento econômico da região e que pode levar à sua destruição. Como se “a pequena propriedade” levasse necessariamente à “baixa renda e ruptura daquela cultura” pantaneira, assentada em tradições que não podem ser alteradas. Os descendentes dos pioneiros consideram-se guardiões dessas tradições e os únicos autorizados a falar delas.

Na verdade, os memorialistas locais percebem a perda de certos valores que nortearam as relações sociais e que hoje são modificadas pela modernização e pelas transformações por que a região vem passando. Dentre essas mudanças está a evolução fundiária, que desestruturou o latifúndio pantaneiro, base de sustentação do sistema tradicional de criar gado na região, utilizado pelos pioneiros e seus descendentes. Empobrecidos, muitos fazendeiros arrendam ou vendem suas terras.

Os memorialistas transmitem um saudosismo por essa perda, reafirmando que a sociedade endogâmica que se constituiu na região foi a grande responsável pela preservação de sua natureza e de seus costumes específicos. Segundo eles, os novos compradores de terras no Pantanal, dentre eles paulistas, gaúchos e fazendeiros de outras partes do Mato Grosso do Sul, introduzem outras práticas ao universo pantaneiro, descaracterizando-o. Por isso se posicionam como defensores das especificidades pantaneiras e fontes obrigatórias para quem deseja conhecer a região e seus habitantes.

O termo desbravadores, cunhado no livro *Pantanais Matogrossenses* (1946), de Vírgilio Corrêa Filho, foi consolidado na memória escrita e em parte da historiografia regional, remetendo a idéia de que a Nhecolândia, assim como todo o Pantanal, era um território inóspito nunca habitado e um verdadeiro entrave à atuação humana. Após a chegada dos chamados pioneiros, passou por um processo de amansamento, de inferno a paraíso natural. Essa ambigüidade também marcou o discurso memorialista, que se comprovou, também, quanto à preservação daquele ecossistema. Os primeiros memorialistas até relataram a singularidade natural do Pantanal, que se apresentou como um fator complicador à instalação de fazendas de gado e, por isso, para eles, foi natural a eliminação de alguns obstáculos, como alguns animais selvagens. Mesmo assim,

prevaleceu a visão romântica que propagou a convivência harmoniosa do homem pantaneiro com a natureza. A coexistência das duas visões, inferno/paraíso, mascarou práticas de agressão ao meio, entendida como uma maneira de dominar a natureza bravia.

Não há dados que comprovam, mas nos primeiros relatos evidencia-se uma grande quantidade de onças pintadas em toda região. Contudo, com a intensificação das instalações das fazendas, esses animais foram diminuindo, devido ao abate sistemático, não só por representarem perigo às pessoas, ao gado bovino e aos animais domésticos, mas também por possibilitarem a obtenção rápida de dinheiro, chegando suas peles a serem encomendadas com frequência por uma das casas comerciais de Corumbá. É evidente que essa situação era possível devido à legislação da época. Somente em 1967 a preservação da fauna foi regulamentada pela Lei 5.197 de 03/01, alterada vinte e um anos depois pela Lei 7.635 de 12/02/88. Antes dos anos 60 do século passado a Legislação brasileira sobre a fauna baseava-se no decreto lei nº 5.894 de 20/10/43 bastante flexível em relação a proibições².

No ano de 1948 o jornal *O Momento* estampava o título de um dos seus artigos: “Nhecolândia, o Paraíso Perdido”. Foi um dos primeiros relatos que construíram a visão edênica da região; seu autor registrava que a Nhecolândia deixava de ser somente uma zona de produção de gado bovino, e passava a ser uma fonte para turistas sedentos de natureza virgem. Entre os turistas destacavam-se os escritores Guimarães Rosa e Paulo Prado. Mas o mesmo jornal registrava, em 1956, que o bloco carnavalesco *Colonião*, composto por aficionados da caça e pesca, excursionava pelas matas de Corumbá, inclusive nas da Nhecolândia, com a permissão dos proprietários e “quando saíam da cidade durante a viagem de ida, a turma ia fazendo tiro ao alvo, atirando em patos, aves, antas e jacarés” (Clubes Originais: O Colonião. *O Momento*, Corumbá. p. 1, mai. 1956). A *Tribuna*, outro jornal de Corumbá, no mesmo período comunicava que a casa Kassar e Cia Ltda recebia, diretamente da Bélgica as conhecidas espingardas de caça de um e dois canos, da famosa marca Janssen Fils & Cia e as carabinas Remington, calibre 22 de todos os tipos. Portanto, a caça na região de Corumbá constituía uma prática comum e isso se estendia até a região da Nhecolândia.

² Nos anos anteriores a essa Lei, a imprensa periódica de Corumbá publicava o período permitido para a caça. Por exemplo, em 1939, se estendia a todo Mato Grosso, do dia primeiro de abril a trinta de setembro, permitindo o abate de qualquer animal, exceto o cervo, a anta, o guará, a lontra, a preguiça, o tamanduá e o tatu (Os Períodos de Proibição de Caça. *Tribuna*, Corumbá, p.4, nov. 1939).

No terceiro capítulo analiso como a memória escrita inventa ou reinventa o que é ser pantaneiro, caracterizando seus hábitos, costumes e tradições, apresentando um tipo representativo de toda a região. Esse intento em buscar o “verdadeiro” pantaneiro condizia com o momento em que o Pantanal e seus habitantes eram “descobertos” por turistas, jornalista e artistas.

A partir dos anos 70 do século XX, a identidade pantaneira começou a ser pensada. O Pantanal passou a ser conhecido em todo o Brasil e no mundo. Ao adentrar os anos 80, iniciou-se uma busca para se conhecer a cultura pantaneira e seus habitantes, portadores de uma identidade que poderia ajudar a produzir um arquétipo de uma pretensa identidade do jovem estado de Mato Grosso do Sul. Nesse período, a Nhecolândia e parte do Paiaguás foram visitados por um trio de artistas. Almir Sater, Paulo Simões e José Gomes percorreram essa parte do Pantanal com a chamada “Comitiva Esperança” com o objetivo, segundo eles, de “fixar e coordenar a memória da região”³.

Os memorialistas fazendeiros também se auto designam como pantaneiros, mas ao longo dos seus relatos eliminam outros indivíduos que, inclusive, vivem e convivem com as tradições da região, como é o caso dos peões-boieiros, pescadores e outros. Pretendo analisar como a memória escrita também elegeu quem deve ser considerado pantaneiro, caracterizando seus hábitos, costumes e tradições. Para Abílio de Barros, por exemplo, estão excluídos da identidade pantaneira os condutores e peões-boiadeiros, afirmando que o caminhar monótono e lento das boiadas não corresponde à lida pantaneira (BARROS, 1998 p.143). Esse autor tem a preocupação de fazer uma certa analogia entre o vaqueiro pantaneiro e o gaúcho, mas procura excluir os paraguaios dessa atividade, considerando apenas a sua contribuição cultural e não étnica. A mesma exclusão é bem mais acentuada em relação ao vaqueiro nordestino, que é contextualizado em uma região em que não há o convívio democrático e amigável entre peões e patrões. A subserviência do nordestino o afastaria das qualidades do vaqueiro pantaneiro.

Para pesquisar e refletir sobre a construção da memória identitária do Pantanal mato-grossense, em especial da Nhecolândia, utilizo três conjuntos de fontes. O primeiro é composto pelos relatos escritos em livros, ensaios, opúsculos, poemas e mesmo romances. O segundo constitui-se de artigos e editoriais de jornais. No mesmo conjunto de fontes,

³A Comitiva Esperança foi largamente divulgada pela imprensa estadual e nacional e não poupou elogios à iniciativa dos três artistas. Contudo, parte da imprensa criticava ou questionava se a Caravana poderia ter objetivos práticos. A partir desse momento Almir Sater passa a ser rotulado em alguns meios de comunicação como um artista pantaneiro, e passa a participar de várias produções contextualizadas no Pantanal.

incluiu algumas correspondências feitas entre as fazendas da região e a Casa Comercial Vasques e Filhos, principalmente no que diz respeito ao comércio de peles e penas de animais, muito praticado no início da formação das grandes fazendas da região.

Os artigos foram obtidos na imprensa periódica, através dos jornais: *O Momento*, *Tribuna*, *Boletim da Nhecolândia* e o *Correio do Estado*, todos de circulação estadual e a revista Geográfica Universal, do Rio de Janeiro, de circulação nacional, todos arquivados no ILA e no Núcleo de Documentação e História Regional do Campus do Pantanal, uma das unidades da UFMS.

O jornal, assim como qualquer fonte, é suspeito, por isso neste trabalho não é considerado transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, mas instrumento de manipulação de interesses. Seus relatos também são considerados memória, e a função da história é pretender esclarecê-la. Nas páginas dos periódicos, os chamados pioneiros da Nhecolândia são exaltados como heróis e patriotas, homens inquebrantáveis que previram o sucesso econômico da região. São modelos a ser seguidos pelas gerações posteriores.

Somando-se às fontes escritas, utilizo também fontes orais. Utilizei cinco entrevistas: quatro realizadas por mim e uma do projeto: “História e Memória: Contribuições para um Estudo da Cultura na Região do Pantanal Sul-mato-grossense”⁴. Os relatos orais, submetidos à leitura e interpretação, permitem apreender outras percepções do universo pantaneiro e ajudam a elucidar certas questões que a memória escrita registra.

As entrevistas feitas com empregados e ex-empregados das fazendas apresentam-se como um outro foco narrativo que possibilita encontrar outras memórias, outras visões de um mesmo processo, narrado por outros grupos sociais. Aponto, em alguns momentos, as divergências do relato oral com o escrito. Não pretendo, com isso, confrontar os dois, numa tentativa de buscar a verdade, mas ouvir outra versão memorativa a respeito da região, partindo de um outro universo social.

Tanto a imprensa periódica como os relatos memorativos, utilizados por mim como fontes, são explorados não pelo que dizem, e sim como dizem, o que não dizem mas deixam transparecer sobre como pensam e o que desejam seus autores.

No estudo da construção de uma memória local, também visou-se a aclarar como o discurso memorialista constantemente se atualiza, reafirmando quem são os donos do

⁴ O projeto, *História e Memória: contribuições para um Estudo da Cultura na região do Pantanal Sul-mato-grossense*, vem colhendo desde 1996, entrevistas na região de Corumbá, com o objetivo de construir fontes através da história oral sobre o universo pantaneiro.

lugar, mesmo que não possuam mais o poder econômico. Essa situação que leva à assertiva de Chartier, para quem: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990 p.17).

Capítulo I

A NHECOLÂNDIA E A MEMÓRIA IDENTITÁRIA COMO OBJETO HISTÓRICO

Na outra margem do rio uma casa acendeu. Dois galos ensaiaram. O farol que estava na mão do homem apagou. A lancha apitou despedida. O Porto de Manga está amanhecendo.

(...) Este é o portão da Nhecolândia, entrada pioneira para o Pantanal.

Manoel de Barros

O Livro de Pré-coisas

1.1. A Relação memória/história.

Tanto a memória quanto a história são meios de conhecermos o passado; ambas são seletivas. A fronteira que as separa nem sempre é nítida, principalmente quando se trata da memória escrita, ao pretender ser a “verdade” histórica de uma região.

Nesse sentido, constata-se a presença de uma memória que interpreta a imagem do passado do Pantanal mato-grossense, em especial de uma de suas sub-regiões, a Nhecolândia. Essa memória serve de sustentação para uma identidade pretendida e como fonte segura de sua constituição histórica.

Não obstante, faz-se necessário aclarar as armadilhas que a memória apresenta como representação do passado e diferenciá-la em relação à história. Parto da premissa de Jacques Le Goff (1992), que vê a possibilidade de a história tratar a memória como objeto de análise, mas alertando para o caráter mítico, deformado e anacrônico que encerra essa última. Ou seja, nem tudo fica gravado ou registrado. A memória sofre flutuações em

relação ao tempo em que é constituída. Ao contrário a história, mesmo sendo seletiva, pois parte de uma escolha prévia do historiador do que pesquisar e quais fontes utilizar, refuta e problematiza a memória, numa reflexão crítica. A história, para esse historiador, é a forma científica da memória (LE GOFF, 1992 p. 535). Portanto, mesmo que essas duas representações do passado apareçam entrelaçadas, não são a mesma coisa. Pode-se dizer que a história estuda as memórias, constrói-se com elas, mas não são sinônimas. Corroborando com essa definição, Pierre Nora afirma:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, e globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, (...). (NORA, 1993 p.9).

Ou seja, a memória é ao mesmo tempo múltipla, coletiva, plural, individualizada e está relacionada a grupos. A história pretende não pertencer a ninguém, é universal. Seu conhecimento é relativo, enquanto que a memória se relaciona ao absoluto, solidifica-se no concreto, no espaço, na imagem e no objeto.

Le Goff também argumenta: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva” (LE GOFF, 1992 p. 442), reforçando a idéia que “o indivíduo tem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1992 p.204). Relembrar o passado é decisivo para o sentimento de identidade: grupos e indivíduos procuram saber quem foram para saber quem são. A coesão grupal quase sempre é conseguida pela adesão afetiva de seus membros. Ao estabelecer a memória como possibilidade de investigação, Jacques Le Goff escreve que, em todas as épocas, existe sempre uma preocupação com a preservação da memória. Esse historiador francês discorre sobre a história da memória: desde as sociedades sem escrita, ditas selvagens, passando pelo desenvolvimento da oralidade à escrita; na transição da Pré-história à Antiguidade; a

memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito e os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias para finalmente definir os desenvolvimentos atuais da memória. (LE GOFF, 1992 p. 427)

A respeito da relação entre história e memória, há outros autores que teorizaram esse assunto. Michael Pollack argumenta de forma clara a ligação entre a construção da memória e sentimento de identidade,

isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992 p. 204).

Isso posto, a razão do presente estudo não se prende ao fragmentário estudo da memória pela memória e sim à sua relação maior com a história. Constata-se a elaboração de uma memória com o objetivo de construir uma identidade pantaneira/nhecolandense, fundamentando e reforçando o sentimento de pertencer àquela região. Essa memória idealiza o passado, harmonizando as relações sociais, apagando as tensões ou os possíveis conflitos numa “visão unanimista e pacífica” (BURGUIÈRE, 1993 p. 527).

A memória, como já foi anotado, é um processo vivenciado em que não há ruptura entre passado e presente. Refere-se a lembranças vividas, a laços afetivos que instituíram o fato de pertencer a um determinado grupo, sentimento que se mantém no presente. E são as lembranças comuns que criam os laços afetivos.

A história subsiste nos acontecimentos, a memória também em lugares¹, e nestes retém o passado, projetando-os para o futuro. Assim, arquivos, cemitérios, coleções, festas, comemorações, aniversários, tratados, monumentos, santuários constituem lugares da memória, os quais o historiador Pierre Nora afirma que podem ser ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais; contudo, devem necessariamente ser objetos de um ritual.

Esses lugares constituem uma das soluções contra o esquecimento. A preocupação com o desaparecimento rápido e definitivo, que às vezes se torna uma obsessão, associa-se com a preocupação sobre o significado do presente e com a incerteza do futuro.

¹ O Museu do Pantanal, antigo Museu Regional de Mato Grosso, transferido para o ILA (Instituto Luiz de Albuquerque) é um exemplo de local de memória. Nele estão expostos o busto e alguns objetos pessoais do suposto fundador da Nhecolândia.

Apesar de todas as distinções feitas sobre a memória e a história, nem sempre é possível perceber quando começa uma e quando termina outra. Por exemplo, é possível definir memorialista e historiador como sinônimos? O historiador, de certa forma, é um produtor de memórias: ele estuda o passado, segundo preocupação do presente. Portanto, os IHGs produziam história ou simplesmente memória? O IHGMT, a partir do final do século XIX e início do XX, tem um claro objetivo de elaborar uma memória para construir uma identidade mato-grossense. Para Osvaldo Zorzato, “o mais correto seria colocar a expressão historiadores entre aspas” (ZORZATO, 1998 p. 148). Como a produção historiográfica é um segmento específico da memória coletiva, utiliza metodologias apropriadas à produção do conhecimento, à recuperação de informação sobre o passado e sua análise.

Para Trindade (2001), Corrêa Filho foi um historiador do tempo presente com uma expressiva produção historiográfica, o que lhe confere o título de maior autoridade quando o assunto for Mato Grosso. Foi o único intelectual desse estado reconhecido nacionalmente, inclusive foi nomeado, em 1931, sócio do IHGB, templo maior da memória nacional, que tinha o objetivo de garantir a valorização das origens e imortalizar os heróis que deveriam constituir verdadeiros modelos de virtude para o futuro. A autora alerta para que se faça a leitura de Virgílio Corrêa Filho considerando o momento em que ele escreveu, evitando, assim, possíveis anacronismos. Contudo, a perspectiva historiográfica utilizada por ele, em que estava presente a intenção de preservar e construir uma memória com base em um passado glorioso, persistiu na memória escrita local .

Essas indagações são pertinentes porque a produção memorativa sobre a Nhecolândia tem como referencial os historiadores do IHGMT, notadamente Virgílio Corrêa Filho.

O sentimento de apropriação cria a identidade, que não é algo pronto, acabado; tem que ser construída, percebida e obtida. Está assentada na história e principalmente na memória do grupo, em permanente necessidade de solidificar a aliança afetiva e social. O conceito de identidade aproxima-se da definição de Benedict Anderson: “(...) De fato, todas as comunidades maiores do que as primitivas aldeias de contato face a face (e, talvez, até mesmo estas) são imaginadas” (ANDERSON, 1989 p.15).

Mesmo que o termo imaginado se remeta à nação, esta constitui uma comunidade muito maior e impossibilita o conhecimento pessoal de cada indivíduo. Contudo, o termo pode perfeitamente ser empregado às pequenas comunidades, grupos ou regiões. Sendo

imaginada, a identidade deve ser continuamente lembrada, para que os laços que unem determinado grupo não esvaeçam e prossigam reforçando a coesão social.

Segundo Hobsbawm (1998, p. 63), essa afirmação tem seus limites e pode ser validada ao se acrescentar a importância da ancestralidade como vínculo de uma coletividade. Registra a importância das tradições inventadas, definindo-as como:

Um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 1994, p. 9).

Esse historiador constata que as tradições são inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas; são elas que conferem coesão à nação ou aos grupos. O autor analisa como surgem, estabelecem e classificam as tradições.

Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. (HOBSBAWN, Op. Cit, p. 17).

Essas tradições são formas das sociedades recordarem seus feitos passados e ainda preservar em sua memória em que esteja intrínseca a história desejada. É possível verificar que ao longo dos anos, tentou-se resguardar tradições pantaneiras como símbolos de sua identidade.

1.2. Elaboração da memória: tentativa de construção da identidade.

A Nhecolândia está localizada entre os rios Paraguai, Taquari, Negro e a Serra da Alegria, no Pantanal sul-mato-grossense, com 23.574 quilômetros quadrados (PROENÇA 1992 p.79). Foi uma das últimas partes do Pantanal a ser afazendada pela pecuária bovina. Dessa região, lega-se uma memória que contribui para a construção e a sustentação da identidade local e que se transforma no substrato de sua história.

Os empreendedores dessa memória formam um grupo de indivíduos, escritores regulares ou não, comprometidos com a região, ligados a ela por parentesco com os pioneiros, ou por laços de amizade de seus descendentes. Essa memória pode ser verificada pelos relatos em livros, artigos de jornais, ensaios, opúsculos, poemas e mesmo em romances. Também se devem registrar “os locais da memória”, construídos para perpetuá-la, como o extinto Centro de Criadores da Nhecolândia e o citado Museu do Pantanal, localizado em Corumbá.

Essas produções memorativas têm um importante valor documental. muitas, inclusive, servem de fontes para a historiografia. Contudo, não podemos nos esquecer de que a memória é seletiva; ela registra uma história desejada, e não a de fato.

José de Barros, patriarca de uma das famílias que fundaram fazendas de gado na região, deixou um relato detalhado dos primeiros anos de instalação das fazendas, evidenciando as dificuldades que o ambiente estabelecia e os poucos recursos de que dispunham para investirem nas propriedades. Por essa razão, naquele momento, o gado era criado solto pelos campos do Pantanal. Para sobreviverem, os primeiros criadores de gado vendiam, no porto de Corumbá, peles e penas de animais silvestres, couro vacum e carne seca. A preocupação em relatar o dia-a-dia do pantaneiro, no início do século XX, na obra desse autor, *Lembranças Para os meus filhos e descendentes*, dá a ela o status de fonte imprescindível para a memória e a historiografia que versam sobre o Pantanal.

O livro em questão foi publicado em 1959², por ocasião do centenário do nascimento do autor, por iniciativa de seus filhos, tendo à frente João Leite de Barros. Mesmo sendo publicado nos anos década de 50, é muito provável que os manuscritos originais foram utilizados antes pelos memorialistas para destacar “os ensinamentos de uma vida de lutas contra as necessidades primárias da existência, e de fé no trabalho orgânico e na honestidade”. (BARROS, 1959 p.7).

José de Barros iniciou seus relatos em 1910. Contudo retrocedeu ao ano de 1859, ocasião de seu nascimento na fazenda Cocais, próximo da Vila do Livramento em Mato Grosso, para traçar a trajetória de sua vida e de sua família, incluindo a de seu cunhado, Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o *Nheco*, alçado como o fundador da Nhecolândia. Nesse relato evidencia-se o espírito comunitário que marca os primeiros anos da exploração econômica da região, situação justificada pela extensão e disponibilidade de terras. Assim, a *parentela e camaradagem* caracterizam as relações sociais na

² O livro foi reeditado em 1987 pela Gráfica do Senado, com nota introdutória do Senador José Fragelli.

Nhecolândia, pelo menos nas primeiras décadas, chegando, inclusive, o cunhado do autor, Joaquim Eugenio Gomes da Silva, a convidá-lo, no final do século XIX, a migrar para região e bancando todas as despesas da viagem:

Disse-nos que possui quase cem léguas de campos de criar; que dentro dos limites desses campos, poderíamos estabelecer, escolhendo o lugar que mais nos conviesse; que nos faria doação da extensão de campo que precisássemos; que nos ajudaria na condução do nosso gado e nos daria toda e qualquer proteção, até que nós pudéssemos reabilitar dos prejuízos causados pela mudança. (BARROS, 1959, p.111).

Mesmo dedicando-se a apontamentos de sua memória, José de Barros não se enquadra na categoria de memorialista com a intenção e consciência de construir uma memória que abarque toda a região e que sirva de alicerce da identidade local. Suas *Lembranças* foram deixadas aos filhos e descendentes, pelo menos foi o que demonstrou no início de seu relato. Contudo, serve de referência para aqueles dedicados à construção da memória identitária da região. A publicação de seu pequeno livro, em 1957, teve o objetivo de consolidar uma memória que servisse de sustentação da identidade local. Para tanto, é provável que manuscritos originais tenham sofrido uma seleção, pois o relato pára no ano de 1938, apesar de o autor escrever até os anos 50. No prefácio do livro, seu filho, João Leite de Barros, explica que as partes finais do relato foram suprimidas por não “apresentarem maior interesse” porque “nos últimos anos de vida, José de Barros se limitou a anotar, principalmente, a movimentação dos parentes, amigos e pessoas da família, fatos sem maior significação humana ou histórica” (BARROS, 1959 p.92), ou sem importância para memória local.

Em 1922, foi publicado, nos anais do 3º Congresso de Agricultura e Pecuária (realizado em São Paulo), o *memorial* apresentado pelo agrimensor José de Barros Maciel, presidente da Sociedade Agropecuária de Mato Grosso e criador de gado na Nhecolândia. Nesse relato, o autor trata das especificações técnicas da região, como sua topografia, fauna e flora, estrutura das fazendas, problemas veterinários que a afetavam, entre eles o mal de cadeiras³. Para evitá-lo, o autor recomendava aos fazendeiros dificultar o contato de

³ *Trypanosoma equinum* causava a doença também conhecida como “peste de cadeiras” que foi registrada pela primeira vez em Mato Grosso no ano de 1951, na fazenda Casalvasco. Segundo WILCOX (1992 p. 244-245), essa doença foi notada na ilha de Marajó em 1828, espalhando-se pelo Peru e Bolívia, entrando em Mato Grosso e Paraguai por volta de 1850. Contudo, CORRÊA (1999 p. 142) afirma que no início do século XIX, os cavalos roubados pelos Guaikuru da fazenda de Camapuã já estavam contaminados por essa doença, e em 1850 ocorreria o segundo surto. Seja como for, para Leite (2003 p. 60), esse foi um problema que

seus animais com os de outras propriedades, apesar de, naquele momento, já se fazer uso do medicamento 205 da Bayer, denominado por ele como um dos remédios caros e ilusórios. Não obstante, no entremeio desses assuntos, evidencia e exalta as ações dos pioneiros. Nesse texto já aparece a lembrança dos antepassados como iniciadores da construção da identidade nhecolandense. Naquele momento, a região era conhecida como “Pantanal do Paraguai”, por estar próxima ao rio do mesmo nome; alguns anos mais tarde, o próprio José de Barros Maciel, como deputado estadual, propôs a mudança de nome da região para Nhecolândia, em homenagem a seu sogro conhecido como Nheco.

José de Barros Maciel fundou em 1928, juntamente com outros pecuaristas, o Centro de Criadores da Nhecolândia, com sede em Corumbá, que teve por objetivo promover o progresso material da região, além de defender os interesses do segmento que representava. Esse Centro demonstrou como o grupo de fazendeiros estava bem organizado. A fase em que se vendiam peles e penas de animais silvestres e carne seca para sobreviverem tinha passado. Os problemas veterinários já eram encarados de forma otimista, os medicamentos já não eram considerados ilusórios.

Segundo Proença (1992), esse centro teve seu Estatuto aprovado no dia 13 de abril de 1930, mas o exemplar depositado na biblioteca do ILA tem data de 30 de setembro de 1928. O Estatuto foi elaborado tendo por base o trabalho de José de Barros Maciel, publicado sete anos antes, e estabeleceu que a associação promovesse, por todos os meios e modos, o progresso material; destacou o combate sistemático às epizootias, especialmente o mal de cadeiras; sugeriu a construção de pontes e pontilhões, incentivou o melhoramento do rebanho. Também previa o progresso moral, entendido e efetuado com a proibição de consumo de bebidas alcoólicas.

No relatório de 1931, o então presidente do referido Centro, Gastão de Oliveira, descrevia a situação financeira dessa sociedade como lisonjeira e com um ativo de 15:955\$290, sem quaisquer dúvidas. O mal de cadeiras, que tanto preocupava os fazendeiros, recebia mais atenção dos laboratórios. Em 1929, o veterinário Joachim Seegert percorreu a região, possivelmente a convite do Centro de Criadores, para conhecer o problema in loco, encontrando em uma sanguessuga o micróbio da peste (BARROS, 1959, p. 73). Para combater essa epizootia, já utilizavam o Naganol, também conhecido como 205 Bayer, considerado em 1922, por José de Barros Maciel, como caro e ineficiente, e a Triparsamida da Rockfedeller fundation, com predominância do uso do primeiro.

Além construir pontes com recursos próprios ou do governo municipal, pretendiam promover melhorias das estradas, instalar escolas do ensino primário nas propriedades e melhorar geneticamente o rebanho bovino. O Centro de Criadores da Nhecolândia, através de seu presidente, recomendava não comprar reprodutores mestiços Zebu de fora do Pantanal, como os do planalto de Maracaju; incentivava seus sócios a comprarem reprodutores Zebu de Minas Gerais. Para tanto, evidenciava a necessidade de um posto de aclimatação ou uma fazenda modelo para venda a de reprodutores bovinos. Isso aconteceu no final dos anos de 1940, quando se instalou um posto de inseminação artificial na fazenda Alegria, em convênio com o Instituto de Zootecnia, que importou sete animais puro-sangue, sendo: dois touros da raça Nelore, dois Gir, um Guzerate, um cavalo Criolo do Rio Grande, e um jumento da raça pega. Um outro problema a ser combatido foi relacionado aos acidentes provocados pelas mordeduras de cobras. No início dos anos 30, do século passado, o centro solicitou e recebeu da Sociedade Rural Brasileira de São Paulo a publicação *Combate ao Ophidismo*. Posteriormente reproduziu em folhetos, com detalhadas indicações, a maneira de se aplicarem os diversos soros preparados pelo Instituto Butantã. Esses folhetos foram distribuídos para todos os moradores da Nhecolândia.

Essa exposição demonstra preocupações técnicas e econômicas do Centro de Criadores da Nhecolândia visando, como seus sócios afirmavam, ao progresso da região. Evidencia ainda que foi a partir dele que se iniciou a construção da memória identitária da Nhecolândia. Nos anos 20, muitos filhos dos pioneiros voltavam dos grandes centros, onde estudavam. Coexistiram nesse momento, duas gerações: os *desbravadores-pioneiros* e os *fazendeiros-doutores*; esses últimos com um refinamento cultural, diferente dos primeiros que, mesmo sendo proprietários de terras, possuíam, com algumas exceções, a mesma instrução que os seus camaradas. Além disso, a relação de proprietários recebia alguns *estranhos*, como Gastão de Oliveira, que não pertencia a nenhuma das duas famílias originais que se afazendaram na região: os Gomes da Silva e os Barros, mas era perfeitamente integrado ao grupo. Reunidos em torno do Centro de Criadores, tinham o objetivo de unir o grupo de proprietários da Nhecolândia:

Para zelar pelos grandiosos interesses econômicos, pecuários, o Centro de Criadores da Nhecolândia mostra ao Estado o prestígio dessa classe, pondo em foco a sua coesão e o seu valor de entidade superior nos anais de Mato Grosso (O Centro de Criadores da Nhecolândia. *Tribuna*, Corumbá, p. 4, 31 jan. 1935).

Além das preocupações técnicas, o centro atentou para a coesão grupal definindo, inclusive, as fronteiras de sua atuação, que “abrangia criadores e outras pessoas com interesses na região compreendida entre o rio Taquary, limites de Corumbá com Coxim, rios Negro, Miranda e Paraguay” (ESTATUTO do Centro de Criadores da Nhecolândia, 1928, Art. 1 p. 13). Nessa parte do Pantanal, os sócios do centro tinham o compromisso de manter a ordem. Um dos mecanismos usados para esse fim, como foi dito, foi a proibição de consumo de bebidas alcoólicas. A lei seca prevista no estatuto da entidade proibia a venda e consumo de bebidas alcoólicas nas fazendas da Nhecolândia. Essa situação é justificada pelos memorialistas como uma das formas da defesa da lei e da ordem, colocada como um contraponto à selvageria e ao banditismo. A Nhecolândia constituiu-se, a partir dessa construção memorativa, em uma ilha de paz. Contudo, a lei seca, como lembra Proença (1992), era burlada muitas vezes pelos empregados das fazendas, que compravam bebidas de mascates que percorriam a região⁴ de carro-de-boi, camionetas ou em pequenas embarcações pelos rios Paraguai e Taquari, vendendo os mais variados produtos, entre eles a pinga. Na falta dela, recorriam a remédios do tipo biotônico, conhaque de alcatrão e até desodorantes.

Reforçando essa situação, o Centro editou em 1934 o Boletim da Nhecolândia, periódico oficial dos criadores da região, que se transformou em um dos veículos da memória, nobilitando a ação de seus *desbravadores*. Os seus artigos evidenciavam como os fazendeiros gostavam de ser vistos: cultos, progressistas e até com veios artísticos. E, realmente, os assuntos abordados por aquele jornal eram variados: veterinária, agronomia, zootecnia, saúde, poesias e acontecimentos sociais. Porém, o mais relevante, era conter em suas páginas a lembrança dos chamados pioneiros que efetuaram ocupação (re-ocupação) da Nhecolândia, exaltando-os. Ainda nos anos 30 a publicação desse periódico foi interrompida e depois reiniciada em 1947, com a intenção de reviver o passado dos pioneiros, principalmente para os jovens:

Aliás, a estes e que a publicação deveria destinar, para que reativassem no peito o fogo sagrado do amor a Terra de Nheco, o Pioneiro, rincão abençoado, mas cujo desbravamento exigira tantos

⁴ Os entrevistados afirmam que mascates que percorriam a região de carro-de bois ou camionetas deixavam as bebidas em local combinado, numa porteira ou árvore longe dos olhos do proprietário ou capataz da fazenda.

sacrifícios dos que vieram por diante e aqui primeiro se radicaram; e para que não deixassem amortecer no espírito a centelha do futuro, que é a esperança. (BARROS, Gabriel Vandoni. Pelos Antigos Roteiros. *Boletim da Nhecolândia*, Corumbá, out. de 1947. p. 2)

Reviver o passado era lembrar que a região era inóspita e até ceifadora, como no caso lembrado do irmão do Nheco que, ao ser picado por uma cobra, morreu, o que fez o seu irmão quase desistir de continuar. Para o periódico passado essa fase a região estava perfeitamente integrada a civilização:

Aos que, pela primeira vez, chegam, forasteiros, às imensas Campinas da Nhecolândia, surpreendem agradavelmente os oásis de conforto e civilização que pontilham, de longe em longe, aquêles distantes rincões brasileiros (BARBOZA, Luiz H.de B. Horta. A Construção na Nhecolândia. *Boletim da Nhecolândia*, Corumbá, out. 1947. p.8).

Na realidade, o Boletim foi um dos primeiros instrumentos na elaboração de uma memória nhecolandense, evidenciando ainda noções que identificam o pertencimento ou não a esse espaço social e econômico. O outro, segundo o texto citado, era compreendido como forasteiro, a quem cabia apenas admirar os campos *amansados* daquela parte do Pantanal. Não existia lugar para estranhos se fixarem. Recorre-se então, de início, ao casamento entre parentes, numa maneira de perpetuar a posse da terra ou testamentar aos herdeiros para não disporem de suas propriedades. Como muitos jornais, o Boletim também sofria as devidas seleções daquilo que deveria ou não ser editado, sempre com a preocupação de não constranger os fazendeiros da região. Assim, possíveis conflitos, sejam eles de qualquer natureza, eram suprimidos. Como aconteceu com um relato não publicado nesse Boletim de 1934, que tratava da medição da fazenda Firme, feita pelo agrimensor José de Barros Maciel. Segundo Fernando de Barros, autor do texto, Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o Nheco, não concordou com a medição da sua fazenda feita em janeiro de 1899, por terem ficado de fora dois retiros seus. Como naquele momento não era possível atender seu protesto, ficou combinado que ele requeriria posteriormente as terras não demarcadas. Não obstante, em 1902, o Cel Alves de Barros intencionou requerer justamente as terras não demarcadas, o que obrigou José de Barros Maciel, então diretor de terras, manobrar em favor do Nheco. Esse fato demonstra que a aquisição de terra na Nhecolândia não foi tão tranqüila, como alguns memorialistas afirmam.

Além do mais, esse texto não publicado revela que a ambição do fundador da Nhecolândia não se restringia apenas àquela região. Ele planejava requerer terras na região do Araguaia, do mesmo tamanho ou maior que a fazenda Firme. Segundo consta, sabedor de que o governo federal tencionava ligar Cuiabá a Goiás por ferrovia, a região do Araguaia seria cortada por via férrea, o que permitiria condições melhores para a criação de gado do que no Pantanal.

Dessa maneira, o jornal foi um dos mecanismos utilizados pelos fazendeiros doutores para se apresentarem como uma elite letrada com um capital simbólico, marcando posição diante da antiga elite constituída por comerciantes da cidade de Corumbá. Dentre os fundadores do jornal O Momento, constam Fernando de Barros, Armindo Pinto de Figueiredo, Lucídio de Medeiros e João Leite de Barros, todos fazendeiros da Nhecolândia. O Jornal Folha da Tarde também foi fundado por um escol que incluía os nhecolandenses Gabriel Vandoni de Barros e André Melquíades de Barros. Esses periódicos mudaram de donos, mas até os anos 60 constituíram-se em espaços da memória do Pantanal da Nhecolândia.

Vale ressaltar que não é possível demarcar limites geográficos que abarquem uma determinada sociedade, uma nação e principalmente uma cultura. Isso posto, entende-se que fronteira, com ressalvas à geográfica, é móvel, incerta e imaginada:

Ninguém sustentaria hoje a existência de critérios de fundar classificações “naturais” em regiões naturais separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nada mais é que o produto de uma divisão à qual se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade”, conforme o grau e a intensidade de semelhanças entre os elementos aí envolvidos (podendo-se sempre discutir os limites das variações entre os elementos não idênticos tratados pela taxinomia como semelhantes) (BOURDIEU, 1996 p. 109).

A memória construída sobre a Nhecolândia impõe uma especificidade demarcada por uma fronteira rígida, utilizando, inclusive os marcos definidos no Estatuto de seu Centro de Criadores. Estabelece-se diferenciação de sua história em relação ao restante do Pantanal, ou seja, essa região era apresentada como uma terra sem mal, sem conflitos sociais ou ambientais, por isso a convergência entre a história da Nhecolândia com o Pantanal só era evidenciada quando fosse conveniente.

Do mesmo período, outro texto que entroniza os feitos desses pioneiros de forma acentuada pertence a Carlos Vandoni de Barros, político influente na cidade de Corumbá

que publicou em 1934, *Nhecolândia, Opúsculo escripto em commemoração a Primeira Feira Agro-pecuaria realizada na fazenda Santa Rita, Município de Corumbá- attestado eloqüente da lucta pelo progresso na riquissima região nhecolandense*.

Nesse texto, pode-se perceber a tentativa de perpetuar a posse das terras da Nhecolândia nas mãos das famílias pioneiras. Segundo esse autor, José de Barros Maciel, falecido em 1932, teve esse objetivo:

Declarou a sua vontade de que suas propriedades ruraes ficassem inalienáveis, para que os seus descendentes e herdeiros mantivessem sempre vivo e acentuado amor por essa região privilegiada do Estado, desbravada pelos seus sogros, com esforços sobre-humanos, devotamento, fé e confiança no futuro, além de notável resistência contra adversidades e sacrificios (Testamento de José de Barros Maciel. *Apud* C. BARROS, 1934, p. 26)⁵.

Através de um estudo que privilegia os aspectos geográficos, geológicos, sociológicos, ecológicos, demográficos e econômicos, o escritor José de Barros Netto, como o avô, José de Barros, também se dedica a destacar a atuação de seus antepassados, celebrando-os como os verdadeiros desbravadores da Nhecolândia. Lembra, também, de figuras como o Barão de Vila Maria. Em seu livro está explícita a idéia do Pantanal como um paraíso preservado e um local em que a cooperação entre empregados e patrões prevaleceu

graças ao comportamento moral elevado [que] implicava na elevada moralidade implantada pelos primeiros desbravadores, não só por terem sido eles descendentes, certamente, de pessoas de bons costumes, como, também, pela própria necessidade de união entre todos, que buscavam um fim comum com o trabalho e o progresso em um ambiente inteiramente bravo e distante (BARROS NETTO, 1979 p 37-39).

É preciso esclarecer que esse autor faz parte de um grupo de memorialistas que, a partir dos anos 60 e 70 incorporou o tema ecológico nos seus relatos, algo que evidentemente não está presente nos textos anteriores ao dele.

De todos os autores citados, o que tem uma variedade de obras significativas é Augusto César Proença, autor de contos, crônicas e romances. Juntamente com Abílio Leite de Barros, é o último escritor comprometido com a memória local e, por isso requer mais atenção na apresentação de seus textos.

⁵ Para facilitar a identificação nas referências bibliográficas dos autores com o sobrenome “Barros” acrescentei a inicial do nome, com exceção de José de Barros.

Augusto César Proença⁶, nome literário de o Augusto César Gomes da Silva, é descendente do mito fundador da Nhecolândia. De suas inúmeras obras literárias publicadas, a mais importante, talvez seja, *Pantanal Gente, Tradição e História*. Nesse livro, ele discorre sobre a trajetória histórica da região, enfatizando os entroncamentos culturais, mas não se desvencilhando da valorização da memória de seus antepassados. É um cronista comprometido com a memória da região e não um simples memorialista, pelo fato de dedicar-se a outros gêneros literários.

No livro citado, Proença não pretende ser ficcional; quer escrever a história mais fiel possível de uma região ao mesmo tempo acolhedora e inóspita, relembrando sua própria vivência no local. Contudo, mesmo quando envereda para a ficção, não se desprende da memória local. Assim o faz em *Raízes do Pantanal (Gangas e Ganzis)*. Nesse romance, o autor fala da história de uma família de retirantes, situação análoga à de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, em que uma família nordestina foge das agruras da seca. No romance de Proença também se faz presente a saga de uma família, tentando escapar das dificuldades que o meio impõe. Não obstante, a obra de Proença é original, ao tratar da fuga dessa família, não da seca, e sim das águas que atingem o Pantanal anualmente. Memória ficção e história se misturam:

Mas onde estaria o lugar que tanto falava, se há dias briquitavam naquele alagado de léguas, vencendo macegas, corixos, baías fundas-rasas, metidos num aguadão espreado, que cada vez mais se alargava nos passos dos bois lerdos?

Lá (apontava o poente) vamos encontrar a terra firme. Lugar onde ele trabalhou, viveu, até que os homens chegaram, invadiram, devastaram, dominaram a terra. Vamos viver sem receio do rio, das chuvas, erguer novo rancho, fazer nova roça. Sossegar.

Por causa das cobras, noite inteira, ela vigiava as crianças entre pés de acuris. Pousavam nas redes tivesse lua, dentro do carro, encolhidos, tivesse chuva ou ventasse, pois tinham medo dos bichos que rondavam o pouso. Das mandíbulas triturando coquinhos de acuris: capivaras queixadas, cachacos, caítitus; das onças pintadas, andejas, que, aguçadas pelo cheiro de carne-seca, apareciam largando catingas de urros estremecidos. Bafavam pertinho das redes dos guris, dos corpos, dos meninos. Medo dos bois baguais. Das patas estalando galhos, abrindo trilhas no mato cerrado. Medo da escuridão funda. Do vento trazendo vozes, assobios, sons de almas penadas, vindo e se indo, deixando só o

⁶ O sobrenome Proença foi herdado da mãe, parente do escritor e crítico literário Manuel Cavalcante Proença, que escreveu, entre outros, os livros *No Termo de Cuiabá; Roteiro de Macunaíma e Olfares*. São obras de Augusto César Proença: *Snack Bar* (1979); *Raízes do Pantanal (Gangas e Ganzis)* (1989); *A Sesta* (1993); *Pantanal Gente, Tradição e História* (1992); *A Condução* (1993); *Pra Qualquer Lugar* (1995); *Nessa Poeira Não Vem Mais o Seu Pai* (1997); *Memória Pantaneira* (2004).

silêncio, comprido, que o pio agourento de um urutau agoniado quebrava, audacioso (PROENÇA, 1989, p. 12).

Esse relato corresponde à busca das personagens do romance por terra firme na alagada planície pantaneira. Para tanto, utilizaram carro de boi para chegar a um lugar conhecido por eles e que estava abandonado por causa da invasão de elementos exógenos da região. É quase a transcrição - e transcrição - da fundação, invasão e re-ocupação da fazenda Firme, propriedade do Barão de Vila Maria e núcleo da expansão pecuarista naquela parte do Pantanal, abandonada nos anos 60 do século XIX, devido à invasão dos paraguaios que ocuparam a cidade de Corumbá, pilham as fazendas do Barão, inclusive a fazenda Firme, que teve todo seu gado roubado. Daquele momento perdura na memória da região um local próximo do Porto da Manga, denominado “curral do soldado”, onde as reses eram embarcadas pelos paraguaios e enviadas para Assunção. Barros (1934 p. 13-14) esclarece que a enchente periódica facilitava a navegação de embarcações para dentro do campo, numa distância de mais de duas léguas, do rio Paraguai até um capão, que com o tempo fica conhecido como Japorã, ou Yaporá, como prefere José de Barros Maciel (1922 p. 16). Mais tarde, passou esse local a ser conhecido como Japorá, nome do navio que transportava o gado roubado para o Paraguai. Após a Guerra, um dos herdeiros do nobre brasileiro tentou reencontrar a antiga fazenda localizada nessa parte do Pantanal.

Abílio Leite de Barros, outro descendente dos pioneiros, faz um estudo sociológico a respeito da região. Um dos aspectos evidenciados em seu livro *Gente Pantaneira; crônicas da sua história* é o caráter harmônico e pacífico quando da instalação de fazendas de gado nessa região:

O povoamento do Pantanal da Nhecolândia constitui um fenômeno estranho em termos de ocupação territorial. Não houve luta nem disputa de posse. Nenhum entrevero armado, nenhum tiro, tudo em paz. Não se viveu aqui nenhuma epopéia. Nem índios havia para serem desalojados. Tudo se fez naturalmente. (A. BARROS, 1998 p. 15).

Na realidade, o *vazio* encontrado pelos pioneiros da Nhecolândia era resultado dos conflitos com os povos indígenas ocorridos nos séculos anteriores. O mito do *vazio* demográfico, incorporado e atualizado pela memória escrita local, está assentada na perspectiva da história tradicional. O índio é sempre um incômodo quando se trata da construção da memória do pioneirismo de uma determinada região. Nas obras memorativas

da Nhecolândia, adotaram-se duas abordagens: uma incorporá-os ao processo de ocupação, definindo seu papel como entrave, mão-de-obra ou como um dos agentes da constituição da cultura local; a outra os excluí, negando a sua existência na área que o pioneiro ocupou:

No fim do século passado, época da ocupação destes pantanais não havia, entretanto, índios aldeados na região que delimitamos para nossos comentários, entre os rios Taquari e Negro. Sabe-se por referências já citadas que os guaicurus andaram por aqui, desde o século XVIII, mas sem aldeamentos fixos e sem se afastarem dos grandes rios para penetrar o interior distante. De outras tribos e, certamente, em épocas mais remotas, há vestígios de utensílios de barro, próximo de algumas lagoas e corixos. Não conhecemos pesquisa ou interesse de estudos desses achados. (A. BARROS, 1998 p. 190).

Nesse excerto, o autor quer reafirmar o caráter pacífico e harmonioso da instalação de fazendas de gado na Nhecolândia, ou seja, não existe registro de violência nem expropriação de terra indígena, fatores que acompanham a história de contato entre eles e os brancos nas outras regiões do Pantanal. Abílio Leite de Barros lembra que os Guaikuru já perambulavam pela região sem se afastarem muito dos rios. Na realidade, esse memorialista justifica a característica nômade desses índios por não se apossarem das terras. Nessa situação, a ocupação indígena “está organizada distintamente do modelo que o autor tem na cabeça” (ZORZATO, 1998), qual seja: povos nômades não ocupam território. Segundo o historiador e arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira,

desde antes do início da conquista Ibérica a região possuía grande sociodiversidade, sendo um verdadeiro mosaico cultural no centro da América do sul, área de intensos contatos interétnicos e zona ou rota de migração para onde muitos povos se deslocaram (OLIVEIRA, 2002 p. 151).

O pesquisador citado ainda argumenta que a “maioria deles foi exterminada durante os três primeiros séculos de contato com populações não-indígenas, por causa, dentre outros motivos, dos vários conflitos diretos e das epidemias”. (OLIVEIRA, 1999, p.26). Portanto, o vazio demográfico encontrado pelos pioneiros da região foi motivado pela contínua diminuição demográfica dos primeiros donos da terra, que se resumem, no final do século XIX, nos grupos Guató, Kadiwéu e Terena, nenhum vivendo de forma coletiva

na região da Nhecolândia. Dessa forma, o relato de Abílio Leite Barros é uma tentativa de afastar dessa região um aspecto incômodo da história do Pantanal: o conflito e a violência contra os índios, ao destacar que esses não existiam aldeados quando se instalaram fazendas de gado na área. Quer reafirmar que a história da região deve ser considerada a partir desse momento, qual seja, o da instalação das fazendas, ocorrida no final do século XIX. Na verdade, como afirma o historiador Valmir Batista Corrêa, a história da região:

“remonta a um tempo de longa duração e de trajetória de convivência e conflitos envolvendo europeus, portugueses e espanhóis, índios e todos seus descendentes e suas misturas raciais e culturais” (CORRÊA, 1999 p.112).

Mais adiante, argumenta:

(...) a identidade pantaneira contemporânea, que assenta suas raízes a partir de fins do século XIX, não deve ser entendida apenas através do processo de formação das fazendas, mas retroagindo à trajetória de conquista desde o século XVI, cujo legado evidencia a história de conquista pantaneira em totalidade. De fato, grande parte do êxito dessas fazendas deveu-se ao amansamento da região, em especial, com o controle e extermínio das populações indígenas. Aqueles que conseguiram sobreviver às etapas anteriores não fizeram frente aos novos senhores da terra (CORRÊA, 199 p. 116).

Mesmo assim, Abílio Leite de Barros insiste na construção de uma imagem de exclusividade perante os outros locais:

(...) o Pantanal foi a única área de Mato Grosso colonizada por mato-grossenses. Este fato deve nos levar a especulações de que a identidade de origem há de fazer essa gente pantaneira semelhante em seus traços psicossociais, e contrastante com o colonizador do planalto sul-mato-grossense, de origem predominantemente mineira e, em menor escala, gaúcha (A. BARROS 1998 p.89).

Para esse autor, a identidade pantaneira surge com os mato-grossenses, somente após o seu triunfo perante a natureza inóspita. Outros elementos se agregaram a eles para constituírem o homem do Pantanal. Essa é uma das formas de se reafirmar a legitimidade dos pioneiros mato-grossenses, exclusividade reafirmada por memorialistas de outras regiões do Pantanal:

Assim, eu considero o Pantanal a única área de Mato Grosso que foi colonizada exclusivamente pelo matogrossense, ou melhor, pelos cuiabanos, poconeanos, livramentanos e cacerenses, sendo as demais colonizadas por mineiros, goianos e gaúchos. (RIBEIRO, 1984 p. 23).

Com isso, querem dizer que quem realmente desbravou o Pantanal foram os proprietários, portadores e herdeiros das qualidades dos bravos bandeirantes paulistas. São os personagens principais de uma história na qual os demais segmentos, quando muito, são apenas coadjuvantes. Vaqueiros das mais diversas origens, como gaúchos, paraguaios, bolivianos e índios têm sua participação suprimida ou minimizada. Os costumes do pantaneiro, como os próprios memorialistas mais recentes demonstram, entretanto, provam o contrário. O tereré, bebida típica do Pantanal, introduzida pelos migrantes paraguaios, prevalece em detrimento do guaraná do norte. O chimarrão e o uso de bombachas, costume europeu introduzido na região platina foram trazidos por paraguaios ou gaúchos, que vieram para o sul do estado no final do século XIX. Ou seja, mesmo que seja exclusividade dos mato-grossenses instalar fazendas no Pantanal, contaram, para isso, com auxílio remunerado ou não, dos elementos das mais diversas origens que enfrentaram, como os proprietários, as mesmas agruras estabelecidas pelo ambiente.

Na Nhecolândia, a exclusividade mato-grossense existe em relação à posse da terra e é consequência da própria estratégia da sua ocupação. A fazenda Firme, por exemplo, possuiu, em 1909, 176,853 hectares (CORRÊA FILHO, 1946 p. 118), legalizados em 1899; já em 1922, possuía 383.193 hectares (BARROS MACIEL, 1922 p. 31). Em menos de vinte anos os proprietários dessa fazenda dobraram o seu tamanho, através do requerimento de terras onde, para assegurá-las, fundavam depois retiros ao longo de seus limites. Ao que parece, na Nhecolândia a fundação desses retiros muitas vezes precedeu o requerimento da terra. Assim, quase a totalidade dessa região passou a pertencer apenas às duas famílias.

Ainda sobre a influência de migrantes, devem-se registrar outras características platinas que sobreviveram, além da tralha, que é o conjunto de apetrechos usados para encilhar cavalos e que possui características platinas⁷. Na música, nos costumes, nos

⁷ A sela ou arreio usado no Pantanal utiliza conjuntamente o pelego, feito de lã de carneiro; a baldrana e a carona, apetrechos não presentes na sela utilizada pelo vaqueiro nordestino. Segundo NOGUEIRA (2002 p. 125), existem vários tipos de arreios utilizados no Pantanal como o libório, o carumbé, o bunda-de-pato, o selim, o cilhão, o pingo lindo, etc.

hábitos, contudo, deve-se considerar que as influências não ocorrem de forma homogênea em todo o Pantanal: a viola de cocho⁸, por exemplo, instrumento símbolo do Pantanal norte, teve pouco espaço no sul, sobrevivendo apenas na memória dos peões mais antigos da Nhecolândia. O chamamé, o rasqueado, a polca são incorporados à cultura⁹ pantaneira principalmente na sua parte sul; cabe, portanto, um questionamento sobre a cultura pantaneira única. Proença (1992) foi exato ao expor:

A influência paraguaia é notória nos traços fisionômicos de alguns vaqueiros, atuou sobretudo na culinária e na música. Depois da Guerra do Paraguai muitos paraguaios, não encontrando meios de sobrevivência no seu País, vieram para o Brasil trabalhar na lavoura e na pecuária, introduzindo seus costumes, influenciando, inclusive, no linguajar do pantaneiro do Sul (...). na culinária deixaram o puchero (espécie de cozido), a sopa paraguaia (tradicionalmente apreciada na semana Santa), a chipa (rosca feita de queijo). (PROENÇA, Op. cit p. 137).

Ou seja, esse autor, juntamente com Abílio Leite de Barros, ao contrário dos primeiros memorialistas, considera outros elementos no processo de re-ocupação do Pantanal e da Nhecolândia, não se restringindo aos cuiabanos, livrementanos ou poconeanos. Considerou também especificidades culturais das regiões do Pantanal, distinguindo o pantaneiro do sul. Essa situação pode ser entendida como uma atualização da memória local. No momento em que Proença fala outras problemáticas são consideradas, uma delas diz respeito a própria busca de identidade pós divisão do Estado de Mato Grosso e a criação do Estado de Mato Grosso Sul em que está inserida a Nhecolândia. Os escritores comprometidos com a produção memorativa local não deixam de falar de suas antigas raízes do centro norte do antigo Mato Grosso, mas também buscam traços culturais que defina a identidade do sul que se torna um novo Estado com marcante influência dos países com os quais faz fronteira.

Mesmo quando a memória escrita define o homem pantaneiro como resultado da miscigenação de índios, paraguaios, bolivianos e gaúchos, estes são considerados apêndices no processo histórico de ocupação do Pantanal.

⁸ Esse instrumento é mais conhecido na zona urbana de Corumbá, porém utilizado nas festas folclóricas que representam *cururu e siriri*, que o ILA tenta preservar através de divulgações e oficinas de construções desses instrumentos.

⁹ A questão das influências na cultura e na identidade pantaneira será abordada no terceiro capítulo.

Fica explícito que a identidade pantaneira é resultado do amálgama de todos os componentes históricos, apontados por Valmir Batista Corrêa, e não uma exclusividade dos chamados pioneiros mato-grossenses ou que sua constituição iniciou-se somente com eles. A instalação de fazendas de gado no Pantanal, no final do século XIX, está vinculada historicamente aos antigos tempos de violência, conflito e conquistas.

Como Proença, Abílio Leite de Barros também considera os entroncamentos culturais ocorridos no Pantanal. Para ele, “as três raças que fizeram o caldeamento nacional estão presentes na Nhecolândia, desde os primeiros tempos: brancos, negros e índios”. (A. BARROS,1998, p.187). Contudo, o autor não considera como esses elementos são incorporados nesse caldeamento cultural ao longo da história. Muitos grupos indígenas, por exemplo, após o período de conflito travado durante o contato e tentativa de ocupação branca foram pulverizados entre as propriedades rurais da região, passando de antigos senhores de terras para mão-de-obra nas fazendas de criação de gado.

Um dos autores que marcam a perpetuação da memória, tanto da Nhecolândia como também da cidade de Corumbá foi Gabriel Vandoni de Barros, membro da Academia mato-grossense de Letras e irmão de Carlos Vandoni de Barros. É considerado um fazendeiro- doutor. Publicou entre outros livros, *A Burla do Voto na República Nova*, em 1934 e *Origens da Coligação Mato-Grossense*, em 1936. Sobre a Nhecolândia, deixou uma série de artigos nos jornais de Corumbá. Fundou e manteve um dos locais da memória da região, o Museu Regional de Mato Grosso, mais tarde Museu do Pantanal, sendo que o prédio dessa instituição foi construído com recursos próprios. Doou sua biblioteca particular, com trinta mil volumes, à Fundação de Cultura de MS¹⁰. Foi co-fundador do jornal Folha da Tarde e atuou como jornalista nos periódicos Tribuna, O Momento, além de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Não somente os descendentes dos pioneiros da região dedicaram-se à construção ou legitimação da memória identitária, como também muitos historiadores ou pretensos historiadores se dedicam a versar sobre a Nhecolândia e o Pantanal. Lécio Gomes de Souza também dedicou-se de forma esporádica a descrever a região, destacando o sucesso econômico com a exploração da pecuária bovina que, segundo ele, “tomara um impulso vigoroso, refazendo-se inteiramente e progredindo auspiciosamente, de modo a transformar o município no mais importante reduto criatório do Estado” (SOUZA, s/d p.

¹⁰ Tanto o museu do Pantanal quanto essa biblioteca fazem parte do ILA. A biblioteca recebeu o nome de Gabriel Vandoni de Barros.

87) . Na realidade, o crescimento da pecuária na região realizou-se após a primeira Guerra. Esse historiador foi um dos que lançaram a idéia de que o gado é que cria o fazendeiro e não o fazendeiro quem cria o gado nessa região do Brasil. No prefácio do livro *A criação Empírica de bovinos no Pananal da Nhecolândia*, ele reforça a idéia de harmonia da região. Lécio Gomes de Souza não tem obras que falam especificamente a respeito da Nhecolândia e seus pioneiros. Ao prefaciá-lo, o faz como membro de instituições. Para o que lhe dava uma certa autoridade e legitimava o que a memória escrita registrava. Lécio Gomes de Souza era médico, General do Exército Brasileiro, membro das Academias Mato-grossense e Corumbaense de Letras, sócio correspondente do Instituto Espírito-santense de Letras. Além de tudo isso, foi professor e diretor do Centro Pedagógico de Corumbá, uma das unidades da Universidade Estadual de Mato Grosso.

Nos anos 50 e 60, Renato Báez escreveu uma série de artigos a respeito da Nhecolândia, que foram reunidos no livro *Corumbá: Evocações e Realidades*. O autor, que percorreu a região em 1937, nos seus escritos registrou, também, o convívio harmônico entre patrões e empregados e destacou, entre outros aspectos, o caráter religioso da região, que para ele se comprovava pelos nomes das fazendas, que predominantemente lembram santos católicos.

Contudo, é o historiador Virgílio Corrêa Filho quem mais fluência imprime no relato memorialista. Bem antes da edição de 1946 de *Pantanais Matogrossenses*, obra referendada como portadora da *verdade* sobre a região, os memorialistas comentados enxergaram, como um possível referencial explicativo, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso¹¹. Em 1955, Corrêa Filho publicou *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*, encomendado pelo Ministério da Agricultura em 1951. O objetivo dessa obra era fazer parte de uma ampla documentação da vida rural, organizada por aquele órgão federal. Essa documentação tinha pretensões ambiciosas: fazer o mais completo documentário da vida rural brasileira, abrangendo tanto aspectos econômicos como culturais.

O livro citado é relevante porque Virgílio Corrêa Filho foi o escritor escolhido para falar do Pantanal mato-grossense que, de todas as suas regiões, apenas a Nhecolândia foi

¹¹ A respeito das atividades desenvolvidas pelo IHGMT para construir uma memória regional, ver Zorzato (1998). Para esse autor, “além das narrativas em forma de crônicas, apresentadas ora como fontes, ora com intenções explicativas, há também os poemas épicos, nos quais também se apresentam a grandiosidade dos feitos mato-grossenses” (p. 28).

citada como exemplo e foi a única que teve um tópico específico. Nele o historiador ressaltou o papel desempenhado pelos seus pioneiros, colocando em letras garrafais o nome de Joaquim Eugênio Gomes da Silva, revelando suas estreitas relações com os fazendeiros dessa região. Uma das fontes utilizadas por ele, inclusive, foi o Boletim da Nhecolândia, o mesmo periódico que, em 1946, anunciava de forma enfática outro livro de Correia Filho que falava a respeito da região, *Pantanaís Matogrossenses*. Foi dele também o artigo publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, lembrando o centenário do Nheco, que em suas palavras foi o grande responsável pelo amansamento dessa parte do Pantanal, que até aquele momento se encontrava “em condições bravias, à margem da vida civilizada” (CORRÊA FILHO, Apud PROENÇA, 1992 p. 111).

Esses autores permitem-nos conhecer o passado da região; textualizam uma memória local na qual não se buscam como antepassados tão somente os pequenos sitiantes próximos às minas de ouro e sim aqueles de origem mais nobre. As famílias proprietárias são apresentadas como descendentes diretas dos bandeirantes paulistas, que *devassavam* Mato Grosso, enfrentando a natureza *bravia*. Buscaram uma origem nobilitada, rica em glórias e tradições que, para Lylia Galetti (1995, p 48-75) constituiu-se em uma tentativa de os mato-grossenses superarem o estigma de barbárie, ou seja, reagir às imagens negativas divulgadas sobre o estado nos grandes centros do país. Para Zorzato (1998), a memória historiográfica construída no IHGMT tem o objetivo de construir uma identidade mato-grossense, na qual as imagens de atrasados e selvagens são substituídas por sentinelas avançadas da civilização, guardiões da fronteira, herdeiros dos bravos bandeirantes.

Na realidade, as inquietações com relação à identidade estão circunscritas à região norte do Estado, de colonização mais antiga e que resente o estigma de incivilizados. Um dos principais historiadores do período, Virgílio Corrêa Filho, constituiu-se no precursor da construção identitária mato-grossense.

As especificidades históricas do sul do Estado, que abrangia a Nhecolândia, com a maciça migração de gaúchos, decorrente da Revolução Federalista e de paraguaios, devido aos conflitos internos e à guerra com o Brasil, permitem arriscar a hipótese de que a identidade mato-grossense não era uma urgência.

Soma-se fato de que a “civilização” chega primeiro ao sul do Estado, pelo menos em seus símbolos. O telégrafo e principalmente a estrada de Ferro Noroeste, no imaginário do progresso, estavam consolidados naquela parte do estado. Quero com isso dizer que os

nhecolandenses, de certa forma, ficaram isolados no sul, enquanto na verdade suas raízes estavam no centro/norte de Mato Grosso. Portanto, a coesão do grupo constituiu-se numa necessidade.

Na esteira do projeto identitário mato-grossense, os memorialistas do Pantanal da Nhecolândia buscaram, também, elaborar uma memória que é constantemente atualizada como suporte na construção da identidade pantaneira, a partir da ótica do pioneirismo. É comum encontrarmos, nas obras memorativas, a ligação entre a origem dos pantaneiros e os bandeirantes. Abílio Leite de Barros é um exemplo típico dessa menção. Ao justificar a migração dos antigos proprietários de fazendas do Pantanal da Nhecolândia, após a segunda metade do século XX, para os grandes centros urbanos como São Paulo e principalmente o Rio de Janeiro, atribuiu o fato de que essas cidades, notadamente a última, representavam a Corte, para onde os fazendeiros enriquecidos voltavam, fechando o ciclo monçoeiro/bandeirante.

Na perspectiva de perpetuar a memória local dos pioneiros da Nhecolândia, Abílio Leite de Barros ligou a história desses à dos bandeirantes que chegaram à região de Cuiabá no século XVIII, afirmando que os *desbravadores* do Pantanal eram descendentes dos *destemidos* bandeirantes paulistas. O autor vai mais longe ainda, ao tentar resgatar uma certa origem nobre dos pioneiros da região. Toma por base Oliveira Vianna e Capistrano de Abreu, para afirmar que a colonização brasileira foi feita por um número considerável de fidalgos, alguns descendentes das mais ilustres e notáveis casas da nobreza lusitana. Segundo esse escritor, muitos bandeirantes que exploraram as minas de ouro próximas a Cuiabá, portanto, têm essa origem.

Para Abílio, muitos desses bandeirantes, após o esgotamento das minas, mudaram de atividade; dedicaram-se a uma incipiente agricultura e à pequena pecuária em sítios nos arredores de Cuiabá e Livramento. Foram eles que migraram para o Pantanal nos anos seguintes, ou seja, os pioneiros da Nhecolândia tiveram suas origens autenticadas:

Existe uma expressão cuiabana muito típica e muito usada pra exprimir a autenticidade de origem. É a expressão “Chapa e Cruz”. Cuiabana de “Chapa e Cruz” tem o mesmo sentido de autenticidade que o brasão deveria conferir aos seus possuidores. Gente de chapa e cruz é gente simbolicamente brasonada (A. BARROS, 1998 p. 34).

Com isso, o autor quer afirmar que os proprietários de fazendas da Nhecolândia não são “paus rodados” (que não têm ancestralidade autenticada), são papabananas¹² de chapa e cruz. A última expressão teria origem no brasão de nobreza: a chapa refere-se à estrutura do brasão e a cruz era o símbolo que acompanhava os nobres cristãos.

De fato, é possível afirmar que os “povoadores” do Pantanal, em sua maioria, procedem da região em torno de Cuiabá, que nos séculos anteriores foi o destino de aventureiros em busca do enriquecimento rápido que o ouro, naquele momento descoberto, proporcionava. A descoberta de ouro nas regiões de Vila Bela e Cuiabá foi consequência do movimento bandeirante.

O problema apresenta-se no fato de que o mito bandeirante suscita várias interpretações, mesmo naquele período. Se por um lado, esses paulistas são vistos como íntegros, arrojados e corajosos, de outro, são apresentados como cruéis e assassinos, principalmente pelos jesuítas que deixaram relatos de suas incursões às missões ainda no período colonial.

Kátia Abud (1985), ao estudar a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras, e como o bandeirante transformou-se em símbolo do estado de São Paulo, afirmou que primeiro surgiu a imagem negativa cunhada por ela de *Legenda Negra*, através do relato de Montoya, Jarque e mais tarde Charlevoix e Vaisette, que relataram os ataques dos bandeirantes às missões jesuíticas. Somente no século XVIII, começou-se a construir a *Legenda Dourada*, através dos trabalhos de Frei Gaspar de Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Contudo, foi no início do século XX que historiadores como Ellis, Taunay, Paulo Prado, Alcântara Machado, entre outros, se preocuparam com o resgate do passado bandeirante, limpando a imagem forjada pela literatura jesuíta (ABUD, 1985, p. 4-5). Após essa limpeza, os bandeirantes passaram a ser considerados heróis, não somente de São Paulo como de todo Brasil, pois alargaram a fronteira do país.

Os memorialistas pantaneiros incorporam o bandeirantismo através da *Legenda Dourada*. Nela está contida a afirmação de que esses valentes bandeirantes são os grandes agentes do povoamento do Oeste brasileiro e ampliadores das fronteiras do país. Feita conscientemente, a “ocupação” do Pantanal seria a continuidade dessa ação. Não obstante, o principal objetivo das bandeiras foi a preação de índios visando à escravização, como demonstra Sérgio Buarque de Holanda:

¹² Expressão usada pelos Cuiabanos para designar os moradores dos sítios próximos à vila de Livramento.

(...) Apartados das grandes linhas naturais de comunicação com o Reino e sem condições para desenvolver de imediato um tipo de economia extrovertida, que torne compensadora a introdução de africanos, devem contentar-se com as possibilidades mais modestas que proporcionava o nativo, o “negro” da terra como sem malícia costumam dizer, e é para ir buscá-lo que correm o sertão. (HOLANDA, 1986, p. 26).

Em outra obra, o autor de *Extremo Oeste* lembrou que o primeiro descendente de europeu, Antonio Pires de Campos, que chegou à região do rio Cuiabá, não visava “a busca de ouro, mas do gentio Coxiponé, que vivia nas suas beiradas” (HOLANDA, 2000 p. 45-44). Mesmo se considerarmos a existência, no imaginário dos homens que compunham as bandeiras, da possibilidade de descobrir metais preciosos, o que realmente motivou os vicentinos a avançar no território sul americano foi a preação indígena.

Isso posto, é preciso entender por que a memória local incorpora essa representação do mito bandeirante como uma das versões de sua história. Parto da constatação de que esse mito nacional serve à memória como uma sustentação de uma identidade local, processo que não se restringiu apenas ao Pantanal, mas a todo o Mato Grosso. Dessa forma, não é de se estranhar o texto de Ozório Gomes de Barros:

Nheco, qual bandeirante audaz e destemido,
Dominando índios, feras, vencendo barreiras,
Imortalizou, sem prever, seu apelido,
“Firmando” nessas terras as sedes primeiras.
Encantados, da beleza natural escravos,
Lutaram com ardor e grande persistência,
Após Nheco, os filhos seus e mil outros bravos,
Para tornar a Nhecolândia uma potência.
(BARROS, Ozório Gomes de. Nhecolândia. *O Momento*, Corumbá, jun. 1951. p. 2)

O poema compara Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o pioneiro da Nhecolândia, ao bandeirante que supera os entraves com bravura e lega a sua alcunha, Nheco, para a região, reforçando o culto do fundador. É importante lembrar que, segundo os memorialistas, quando os pioneiros chegaram à região, não encontraram índios aldeados e, nesse caso, a existência deles teve o objetivo de reforçar o destemor do pioneiro. O poema é emblemático, quando liga a instalação das fazendas de gado no Pantanal ao movimento bandeirante do século XVII: esse discurso apresenta a natureza como um obstáculo

superado pelo fundador. A empreitada deve servir de exemplo, seguido pelos outros naturais da terra.

É interessante observar que os antigos bandeirantes, após o rápido esgotamento das minas, começaram a se dedicar aos pequenos sítios em que criavam e plantavam; tanto é que a expressão “papabananas” lembra que nesses sítios existiam grandes plantações de bananas. Com o tempo, esse caráter agricultor deixou de existir, quando os pioneiros migraram para o Pantanal porque “o homem havia sido posto ali nos inícios para campear e hortar. Porém só pensava em lombo de cavalo. De forma que só campeava e não hortava” (BARROS,1985 p.37).

Os primeiros memorialistas não consideraram os entroncamentos culturais. Às vezes, desprezaram os contatos com povos indígenas, paraguaios e bolivianos, minimizando esses elementos da história da região. Mesmo os últimos, ao tratar das culturais como Augusto César Proença e Abílio Leite de Barros, a partir da análise de Virgílio Corrêa Filho, desconsideraram o meio violento com que alguns desses povos são submetidos. Deram uma visão particular a todo processo histórico da ocupação e povoamento do Pantanal. Com relação aos primeiros memorialistas, deve-se ponderar que a memória construída da Nhecolândia sofreu influência no momento do início de sua constituição. A primeira metade do século XX foi marcada, no campo intelectual, por uma série de trabalhos que pensaram a fronteira sul-mato-grossense em termos de seu povoamento e, principalmente, da sua nacionalização. Esses intelectuais divulgaram suas obras nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e, ainda, em Cuiabá, justamente para onde se dirigiam os filhos dos fazendeiros daquela parte do Pantanal. Alguns tornaram-se memorialistas e foram influenciados por essas idéias; registraram ou gravaram aquilo que condizia ao que era genuinamente brasileiro e, por isso, não percebiam ainda a contribuição de outros povos na constituição da identidade nhecolandense/pantaneira.

Para propagar a memória, os memorialistas utilizam, além dos textos citados, os meios de comunicação, principalmente os jornais, “O Momento”, “Tribuna”, “Boletim da Nhecolândia”, todos de circulação estadual e o “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, de âmbito nacional. Nas páginas desses periódicos, os pioneiros da Nhecolândia foram exaltados como heróis e patriotas.

Ao dedicar-me ao estudo da construção de uma memória local, quero aclarar como o discurso memorialista afeta a história, subjugando-a como verdade incontestável. Essa

memória cristalizada, a partir da Nhecolândia, selecionou e incorporou imagens ao processo histórico em curso, dando-lhe um sentido de epopéia, consolidando e preservando uma identidade.

A memória é mítica e desfigurada: ao idealizar, o passado pode obscurecer tensões sociais. Por exemplo, perdura ainda a visão de uma relação pacífica e harmoniosa naquela região, justificada pela chamada parentela e camaradagem apregoada pelos memorialistas; Contudo, verifica-se que essa relação teve seus limites demarcados no tempo, não existe em todos os momentos e nem é homogênea em toda a região. Como demonstrei, a partir dos anos de 1920, duas tendências culturais antagônicas coexistiram: a dos empregados das fazendas e a dos proprietários. Constata-se, nesse ponto, a existência da visão dos proprietários das fazendas incontestada, por enquanto, pela História.

A partir da consolidação das fazendas de gado no Pantanal, iniciou-se a constituição de uma identidade nhecolandense, possivelmente, não percebida de forma tão contundente nas outras regiões. A identidade, nessa situação, é caracterizada pelo sentimento de pertencer ao grupo, desenvolvida por uma existência coletiva comum.

Para fortalecer essa identidade, propagou-se o sentimento de grupo, forjou-se uma memória local em que todos os fazendeiros foram apresentados como provenientes de um mesmo solo e de uma ou, no máximo, duas famílias. Dessa forma, colocaram-se barreiras de defesa diante da chegada de elementos exógenos ao meio.

Para isso acontecer, elegeram-se duas famílias pioneiras: os Barros e os Gomes da Silva, provenientes dos arredores de Cuiabá, do pequeno vilarejo de Livramento. Esses pioneiros foram apresentados como descendentes dos bandeirantes que desbravaram Mato Grosso e legaram a posse dessa região ao Brasil. Ou seja, não eram aventureiros ou simples posseiros os ocupantes do Pantanal da Nhecolândia. É verdade que a exclusividade das duas famílias, como apontei, é consequência da facilidade em adquirir terras, que são demarcadas indefinidamente. Requeriam ou compravam terras do governo do Estado, depois fundavam retiros localizados estrategicamente na imensidão das propriedades. Não obstante, ainda nos anos 20 do século passado, constavam outros nomes como proprietários de fazenda na região que não pertenciam a essas duas famílias.

Assim, a História da re-ocupação¹³ da Nhecolândia confunde-se com a memória coletiva construída como referência ao sentimento de identidade. Em termos cronológicos,

¹³ Uso o termo re-ocupação para contrapor ao de ocupação, consolidado na memória escrita e em algumas obras da historiografia regional, que remete a idéia de que a região, antes do final do século XIX, constitui

deve-se considerar, como data da fundação do Centro de Criadores da Nhecolândia, o início da sua construção. Contudo, foi o pequeno, mas expressivo livro de José de Barros, apresentado, anteriormente, o marco memorialista da região. Como demonstrei, o autor inicia sua narrativa em 1910, cobrindo o período de 1859 a 1938. Contemporâneo ao período de instalação das fazendas, serve como fonte aos outros memorialistas. Na apresentação, o autor explicita o objetivo da obra:

Espero que meus filhos terão o cuidado de ler e guardar estas memórias, como eu conservo, qual um tesouro, todas as cartas que meu pai me dirigiu. Escrevendo um grosseiro estilo devido à minha ignorância, estou certo de que não seria capaz de exprimir como desejo; entretanto, não duvidarei que a leitura destas narrativas lhes possa dar estímulo no trabalho e cumprimento de seus deveres conhecendo as privações por que tenho passado, para, com a favor da Providência Divina, poder conservar os nossos meios de subsistência. (BARROS, 1959, p. 9).

José de Barros lembra do seu pai, evidenciando a valorização dos antepassados, ao mesmo tempo em que lembra as dificuldades enfrentadas. Tem o claro objetivo de perpetuar os laços familiares; o título *Lembranças Para Meus Filhos e Descendentes* demonstra de forma clara essa idéia.

Ficou evidente que a construção de uma memória da Nhecolândia tem à frente os descendentes e herdeiros das primeiras famílias, através de vários mecanismos, não só orais mas, principalmente, de forma escrita. Dessa forma, Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o *Nheco*, tido como fundador da região, era definido como:

(...) um homem forte, inquebrantável, operoso em excesso sem instrução alguma, mas de iniciativa inteligente e larga visão das cousas.

Companheiro inseparável do General Rondon, de quem foi amigo sincero e estrênuo admirador, acompanhou o desbravador dos nossos sertões, na construção da linha telegraphica de Aquidauana a Corumbá, ao bravo militar serviços de real valia. (BARROS MACIEL, 1922, p.17).

Fica explícita a exaltação dos primeiros fazendeiros: são inquebrantáveis até prevêm o sucesso econômico da região. A Nhecolândia, com isso, é personificada na figura de um homem, Joaquim Eugênio Gomes da Silva; a ele é creditada a fundação da

um vazio demográfico. Algumas obras de memorialistas usam o termo, mas para distinguir a ocupação branca feita depois da Guerra com o Paraguai.

primeira fazenda de gado da região e não a seu pai, Barão de Vila Maria. José de Barros e outros foram seus seguidores e continuadores.

A ligação feita com uma figura histórica como o general Rondon reforça a tentativa de passar a idéia de heróis e patriotas. O próprio Rondon é uma personalidade usada na construção de uma identidade mato-grossense. É visto como *sertanista, geógrafo, civilizador do sertão* (MARTINS, 1963 p. 15)¹⁴ enfim, alguém perfeito para representar um Estado de Mato Grosso, que até aquele momento é visto como atrasado, incivilizado, onde feras andam nas ruas das cidades. Os próprios memorialistas locais cuidam de forjar uma imagem que demonstre que estão perfeitamente integrados à civilização. Lembram que a região possui duas estações telegráficas, uma no Porto da Manga e outra na fazenda Firme, “esta apresentada como a melhor talvez de todo o Estado, pelas suas qualidades e condições naturaes, como pela situação próxima de Corumbá” (BARROS MACIEL, 1922 p.14). Além do telégrafo destacava-se, através da memória local, o desenvolvimento dos meios de comunicação, o carro de boi convivia com os automóveis e nos anos de 1930, o Sindicato Condor, que mantinha uma linha área Cuiabá-São Paulo, possuía um avião que fazia escala semanalmente na fazenda Firme. Na mesma década, foi instalada mais uma estação telegráfica na fazenda Santa Rosa (C. BARROS, 1934 p.29).

Estendendo os fios do telégrafo por todo centro Norte do Brasil, Rondon é colocado como um dos heróis que levaram a civilização ao sertão. A esse respeito, Souza (2001, p. 20-21) lembra como a imprensa periódica de Corumbá recebeu de maneira eufórica a inauguração do telégrafo, em 1904, que simbolizou a chegada da modernidade na região, ou seja, se o telégrafo representava a modernidade, a memória local lembra que ele chegou primeiro na Nhecolândia, e depois alcançou a cidade de Corumbá.

Por isso, Rondon foi cultuado durante toda primeira metade do século XX, como símbolo da memória mato-grossense. O IHGMT, fundado em 1919, em consonância com o IHGB, produz os heróis e grandes personagens portadores de qualidades que lembram o bandeirantismo (GALETTI, 2000, p. 80). Rondon seria esse novo bandeirante, considerado, por alguns memorialistas, “o maior de todos os pantaneiros” (BARROS, 1991?). Um dos mecanismos utilizados pelo IHGMT é a sua revista, na qual reforçava o

¹⁴ Ainda sobre Rondon, consultar: MACIEL, Laura Antunes. *A Nação Por Um Fio: Caminhos, Práticas e Imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC, 1988. Para essa autora, a construção do telégrafo em lugares remotos não tinha apenas o objetivo de diminuir as distâncias na comunicação, mas sim “penetrar, ocupar e conquistar territórios e povos” (p. 164). Na Nhecolândia, já desbravada por seus pioneiros, o telégrafo comprovou, para os memorialistas, a chegada simbólica da civilização.

culto rondoniano (Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, 1928 p. 03-10). Não é estranho, portanto, ligar a figura do *Nheco* a Rondon.

Anos depois da inauguração da linha telegráfica, Rondon volta à Nhecolândia acompanhando o ex-presidente americano Roosevelt, seu filho Kermit e uma comitiva, com o objetivo de coletar espécimes da flora e fauna brasileira. Visitaram a fazenda Palmeira, às margens do rio Taquari, e tencionavam chegar até a fazenda Firme.

Nessa situação, os primeiros fazendeiros eram tidos, realmente, como desbravadores, pioneiros de um território inóspito e nunca habitado. Essa visão expõe as armadilhas que a memória apresenta, por ser mítica e em parte deturpada. Na análise das fontes memorialísticas, fica clara a seleção daquilo que se deseja registrar. Ou seja, o passado é idealizado e atualizado: num primeiro momento os homens dominam a natureza; num segundo, convivem de forma pacífica e harmoniosa com o meio.

A camaradagem, em que o vaqueiro tinha certos privilégios, não se estendia a todos os empregados da fazenda, principalmente aos flutuantes, que não se fixavam por longos períodos em uma só fazenda. Aliás, segundo a memória local, o vaqueiro pantaneiro, mesmo mudando de fazenda, permanecia na região, o que de certa forma se comprova. Contudo, pelo menos no início do século XX, vaqueiros de outras regiões passaram longos períodos nas fazendas da Nhecolândia. Izabel de Arruda Viégas, em seu livro *Pantanal, Reminiscências de Nossas Vidas* registra que os serranos se deslocaram para o Pantanal, trazendo tropas de cavalos para vender, que eram atacados pelo mal das cadeiras. Muitos desses tropeiros, invariavelmente, permaneciam no Pantanal por algum tempo, trabalhando como vaqueiros (VIÉGAS, 1997, p. 59). Com relação ao tempo, a camaradagem não se estendia ao longo dos anos, mesmo antes do surgimento das leis trabalhistas que, segundo a memória local, foi uma das razões que motivaram seu fim.

Na realidade, a parentela e a camaradagem são um traço comum nos primeiros anos de instalação da pecuária bovina na região. Naquele momento, o proprietário residia na própria fazenda e desempenhava as mesmas tarefas que seus empregados, permitindo uma relação muito próxima entre eles. Ou seja, trabalhavam em nível de igualdade. Contudo, essa situação mudou ainda na primeira metade do século XX. Um exemplo disso eram as festas que ocorriam na região. O empregado da fazenda,

ao chegar nas festas geralmente à noite, amarrava o cavalo, cumprimentava os donos da casa e se dirigia para o baile de segunda,

como era chamada a sala de baile freqüentada pelos peões e outros convidados das fazendas vizinhas (VIÉGAS, 1997, 60-61).

O baile de primeira, realizado em outro recinto da fazenda, era reservado ao proprietário da fazenda, seus familiares e pessoas mais próximas. Abílio Leite de Barros admite essa situação, mas explica que “à época daquele baile, os povoadores do Pantanal da Nhecolândia já tinham deixado a querida Livramento, mas haviam, por certo, trazido a postura, anseios, altivez, grandezas e preconceitos daquela gente de nome” (A. BARROS, 1998, p. 21). É importante lembrar que essa proximidade entre proprietários e camaradas não foi exclusividade da Nhecolândia. No sul do Brasil, nas fazendas pecuaristas, o uso do mesmo tipo de roupa, hábito de tomar chimarrão, o churrasco, reuniam patrão e empregado, dando uma impressão de igualdade, que inclusive pode ser questionada.

A memória local, também ao longo do tempo, nobilita o vaqueiro pantaneiro; outras categorias ocuparam lugar inferior e até desprezível. Não por acaso, o *praieiro*¹⁵ era visto como aquele que não prestava para o nobre trabalho de campo. Quem exercia essa função não possuía as habilidades do vaqueiro no trato com o gado ou estava velho demais para a lida no campo. Como se as funções fossem estabelecidas de acordo com a destreza de cada um, desconsiderando-se a própria escolha individual dos empregados da fazenda. Muitos, por exemplo, preferiam trabalhar como empreiteiros e possuíam habilidades no trato com o gado. Além disso, não era raro vaqueiros se tornarem *praieiros*, logo após *capatazes*, *mascates* ou *empreiteiros*. A imagem do vaqueiro pantaneiro como símbolo da identidade local foi construída a partir da consolidação das fazendas de gado na região, antes:

Seria de conveniencia a substituição de tal methodo de trabalhar, bruto e desumano, mas enquanto o vaqueiro do Pantanal não for substituído, por pessoal mais educado e menos bruto, continuará cruelmente estragando os animaes. (BARROS MACIEL, op cit p. 17).

Para José Barros Maciel, o trabalho realizado pelo vaqueiro pantaneiro ainda era bruto, e possivelmente machucava os animais. O autor esclarece que o trabalho de gado no Pantanal, naquele momento, ainda era *rudimentar*. O gado era apartado no corredor, uma espécie de curral primitivo, quando não se trabalhava exclusivamente em campo aberto, onde a captura do gado era feita com laço. Em aproximadamente uma década, o mesmo serviço desempenhado era valorizado.

¹⁵ Denominação dada àquele que cuida da “praia” da casa, uma espécie de caseiro.

O fazendeiro da Nhecolândia, longe de despertar inveja ao seu empregado, pelo contrário estimula-o porque nos serviços mais arriscados, na luta diária com os brejos nos serviços do laço, fazendeiro e empregado se nivelam heroicamente. (C. BARROS, 1934, p. 23).

As duas situações descritas são registradas num espaço temporal de doze anos e revelam opiniões contrárias de dois memorialistas. Essa contradição pode ser justificada ao analisarmos o momento em que cada uma é expressa: o método de trabalhar o gado, até os anos 20 do século XX, era quase que exclusivamente em campo aberto. A partir dos anos 30 do mesmo século, introduziu-se o brete australiano, permitindo uma melhor racionalidade com relação ao trato com o gado, sem que se extinguissem os métodos tradicionais, como, por exemplo, a bagualhada. Por outro lado, essas citações revelam a tentativa da memória de homogeneizar, no espaço e nos diversos momentos, as relações sociais na Nhecolândia.

Empregado e vaqueiro pertenciam à mesma categoria. Numa análise mais apurada, comprova-se que a sua relação com o proprietário da fazenda nem sempre era amistosa; porém, a idéia que perdura foi a da segunda citação, em que não existiam conflitos ou contradições. Não se trata de estabelecer qual citação é verdadeira ou falsa, e sim como o discurso memorialista é construído, registrando a história desejada e não a de fato e como a imagem do vaqueiro, como um símbolo da identidade pantaneira/nhecolandese, foi construída. José de Barros Maciel tinha apenas a preocupação em destacar a ação dos pioneiros, enquanto Carlos Vandoni de Barros preocupava-se como esses pioneiros se relacionavam com os outros, principalmente os empregados das fazendas. Vandoni também lembra que os fazendeiros-doutores realizavam os mesmos serviços arriscados que os empregados/vaqueiros, serviços esses que os seus ancestrais/pioneiros realizavam em tempos passados.

É evidente que existe uma hierarquia simbólica estabelecida entre os empregados das fazendas, em que bom é ser vaqueiro, de preferência ginete (habilidoso) no trato com o gado, mas isso tem exceções.

Acredito que uma das características da memória local é tentar eleger o vaqueiro como um dos símbolos da identidade nhecolandense, colocando-o no topo de importância. Para Banducci Júnior (1995), realmente, na escala de importância, o vaqueiro campeiro se destaca, porque o seu trabalho está diretamente ligado às atividades com o gado. Não

obstante, esse antropólogo, ao fazer uma significativa pesquisa sobre a *sociedade e natureza no pensamento pantaneiro*, registra a importância dos outros trabalhadores: tratoristas, empreiteiros, roceiros, cozinheiras, sem os quais as fazendas de gado não funcionariam de forma satisfatória.

Essa hierarquização dos trabalhadores da Nhecolândia é uma tentativa de estabelecer o arquétipo da identidade pantaneira na figura do vaqueiro. Por isso, os proprietários-memorialistas se vangloriam em realizar os mesmos serviços desses empregados, dando uma falsa impressão de igualdade entre ambos.

Mais adiante, a memória busca a reconstituição da ascendência familiar, o que não é algo inédito. É comum que pelo menos um membro de uma determinada família, se preocupe em traçar as linhas de sua ancestralidade. O aspecto original nos textos dos memorialistas nhecolandeses é que, a partir dessa ancestralidade, entre outras ações, eles lograram que conseguiriam construir uma identidade para toda a região e que extrapolaria o registro escrito. A memória é tipificada em busto do seu homem/símbolo no museu do Pantanal que, além disso, guarda e expõe alguns dos seus objetos pessoais.

Como foi anotado, não se buscam os antepassados tão somente nos pequenos sítios próximos a Cuiabá e sim nos de origem mais nobre, ou melhor, nobilitados do bandeirantismo. Assim, as famílias proprietárias foram apresentadas como descendentes diretas dos bandeirantes paulistas que *devassam* Mato Grosso, enfrentando a natureza. Essa visão é reforçada pela imprensa escrita de Corumbá:

Joaquim Eugênio Gomes da Silva (...) foi um bandeirante dos sertões de Mato Grosso, foi pioneiro do desenvolvimento pecuário do nosso município (Nheco – O Desbravador – Como se conta em rápidos traços, a história de uma rica zona pecuária. *O Momento*, Corumbá, p. 7, 13 de jun. 1946)

O interessante é que o mesmo jornal publica, na íntegra, o mesmo artigo, dez anos depois, em homenagem ao centenário do *Nheco*, numa tentativa de realimentar a memória sobre o mito fundador. O periódico, naquela ocasião, transcreveu o Diário Oficial da União do dia 12 de outubro de 1956, em que o senador Filinto Muller proferiu, na sessão do senado, um discurso relativo à data (*O Momento*, Corumbá, p. 1, 19 out. de 1956). Dessa forma, a comemoração do centenário do fundador da Nhecolândia foi uma forma de ritualizar o passado da região.

O citado artigo não foi assinado, mas provavelmente pertence a João Leite de Barros, na época redator chefe desse jornal e que anos mais tarde editou o livro do pai, José de Barros. Além do texto, o artigo contém uma foto em que estão presentes Joaquim Eugênio Gomes da Silva a sua esposa Maria da Mêrces Gomes da Silva, Leôncio Nery Otília Gomes Nery. A fotografia foi tirada no início do século XX, por ocasião do noivado dos dois últimos que, após casados, instalaram a charqueada Otília, às margens do rio Paraguai.

A preocupação evidenciada no artigo foi heroificar a figura de Eugênio Gomes da Silva. Seu autor lembra que os heróis não são apenas aqueles que lutam bravamente por um ideal e são abatidos nos campos de batalha ou que comentem estoicismo ou valentia, mas podem ser aqueles que enfrentam as vicissitudes da vida com abnegação, sem vaidades ou egoísmo. O artigo deixa claro que o Nheco preenchia esses requisitos de herói e que, além disso, poderia ser encarado como um exemplo de dedicação ao trabalho que visava ao bem de uma coletividade, em detrimento de tirar proveito próprio. Um homem que deveria ser sempre lembrado porque abdicou dos prazeres da cidade e foi viver no campo, longe do conforto da civilização.

A Nhecolândia é exposta nacionalmente. É aprovada pela Câmara Federal a emissão de selos comemorativos do centenário, evidenciando a força política que seus fazendeiros têm. Esse poder é minimizado pelos memorialistas, que justificam pelas sucessivas derrotas eleitorais. Essa impopularidade, quase rejeição política, é explicada pela aversão que os moradores da cidade têm à “classe rural”. Com isso, perdura a seguinte opinião:

É fora de dúvida, e o povo sabe disso, que pecuaristas há que nem sequer se dão o hábito de residir nesta cidade alguns aqui só vêm uma ou duas vezes por ano, se tanto, para contar e auferir o lucro das vendas dos bezerros ferrados, lucro que vão empregar a investir no Rio de Janeiro, São Paulo, Campo Grande e outros centros (LEITE, 1978 p. 54).

A relação fazendeiros/cidade apresenta-se de forma incoerente à memória escrita, que não aceita a idéia acima, chegando, inclusive, a justificar a emigração dos fazendeiros da Nhecolândia pelo fechamento do ciclo do bandeirantismo, ou seja, o Rio de Janeiro como capital representava a Corte, retorno natural do monçoeiro enriquecido. Nesse caso, percebemos duas situações: pelo menos até os anos 30 do século XX importantes proprietários da Nhecolândia ou ligados a eles desempenharam papel de destaque na política local. Com o aval da população de Corumbá, Salustiano Antunes Maciel,

proprietário da fazenda Livramento, exerceu o cargo de intendente por duas vezes, de 1913 a 1914 e de 1927 a 1929. Deputado Estadual em 1924, fundou em 1910 a Associação Comercial de Corumbá. Além disso, é um dos fundadores da Sociedade Beneficência Corumbaense.

Os irmãos Carlos e Gabriel Vandoni de Barros também exerceram cargos públicos. O primeiro elegeu-se deputado estadual em 1930 e federal por duas vezes, sendo o primeiro mandato de 1934 a 1937. O segundo exerceu o cargo de Secretário Geral do Estado de Mato Grosso, no governo Mário Corrêa da Costa, foi deputado na Assembléia Constituinte de Mato Grosso, em 1936, e membro da Academia Corumbaense de Letras.

Além desses três exemplos, os pecuaristas João Leite de Barros, André M. de Barros, Manoel de Barros Botelho e Paulino Gomes da Silva tiveram atuação política, ligada tanto ao meio rural, como também à cidade. Quero com isso demonstrar que a idéia de repulsa à classe rural nhecolandense por parte da cidade de Corumbá, e vice-versa, pode ser relativizada.

É evidente que, a partir da segunda metade do século XX, muitos fazendeiros da Nhecolândia mantiveram uma segunda residência no Rio de Janeiro ou Campo Grande e com o tempo mudaram definitivamente para essas cidades. Corumbá passou a ser uma simples escala para as fazendas. A cidade deixou de ser o pólo abastecedor das propriedades.

Ainda no que se refere à fundação das fazendas de gado no Pantanal, é relevante esclarecer que o emprego da noção de re-ocupação ocorre para, de certa forma, problematizarmos o discurso memorialista de ocupação e devassamento a que o processo histórico é reduzido. Foi creditado o pioneirismo na fixação humana da Nhecolândia, e do Pantanal como um todo, às famílias proprietárias. Essa idéia despreza o contato com povos indígenas naquele meio.

Mesmo as obras tidas como analíticas reproduzem da memória escrita termos como desbravadores, como se o Pantanal não tivesse sido permeado por nações como os Guató, os Guaikuru e os Paiguá¹⁶. Estes últimos, inclusive, marcaram a história da região por uma relação de tensão e conflito, ora com espanhóis, ora com portugueses. Os conflitos, às vezes, eram seguidos de acordos, numa teia de interesses que envolvia índios e ibéricos, repercutindo posteriormente na diminuição populacional da região. Somente depois desse

¹⁶ Os nomes dos grupos indígenas estão redigidos com a primeira letra maiúscula, sem flexão de gênero e número, conforme a Convenção sobre a grafia dos nomes tribais da Associação Brasileira de Antropologia.

período foi que os fazendeiros entraram em cena, aliás, aproveitando-se das cinzas deixadas pelas nações indígenas, entre elas o gado bovino que se espalhava pelo Pantanal. Mesmo trazendo gado, quando migravam, os pecuaristas do centro de Mato Grosso aproveitavam o gado bagual. A fazenda Firme, por exemplo, organizava bagualhadas, que consistia na captura de bois bravios campo afora.

O termo desbravadores, consolidado na memória escrita e na historiografia regional, reforça a idéia de que a Nhecolândia, assim como todo Pantanal, era um território inóspito e nunca habitado e um verdadeiro entrave à atuação humana. Após a chegada dos chamados pioneiros, passou por um processo de amansamento: de inferno a paraíso natural. Essa ambigüidade também marcou o discurso memorialista quanto à preservação desse ecossistema. No discurso memorialista atualizado, prevalece a visão romântica que propaga a convivência harmoniosa do homem pantaneiro com a natureza. A coexistência das duas visões, inferno/paraíso, mascara práticas de agressão ao meio, principalmente aos animais silvestres, entendida como uma maneira de dominar a natureza bravia. Contudo, para construir uma identidade almejada, a memória escrita local destaca uma certa consciência ecológica dos pantaneiros.

No discurso memorialista, estão presentes os elementos do período em que é elaborado. Por isso, dependendo do momento, nem sempre as afirmações coincidem. Mas, de qualquer maneira, a memória fixa uma versão de como ocorreu a instalação de fazendas no Pantanal da Nhecolândia e como, a partir dela, constituiu-se uma identidade local portadora de adjetivos até contraditórios, como desbravador e conservador da natureza.

Capítulo II

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM EDÊNICA DA REGIÃO

*Chalés modernos, banquinhos rústicos.
Charafariz. Serraria. Ponte.
Meus olhos não cansam, minhas pernas não bambeiam.
Olho isto, olho aquilo; subo morro, desço morro.
Beleza para olhos e trabalho para o cérebro.*

Lobivar Matos
Sarobá (1936)

2.1. Dominação e amansamento da natureza.

Os versos acima, usados como epígrafe neste capítulo, falam de um local para onde a seleta sociedade corumbaense se deslocava quando ansiava por um pouco de natureza. O local, conhecido como Urucum, já era famoso por possuir uma das maiores reservas de minério de ferro e manganês do país, mas também era o destino daqueles que procuravam descanso ou cura para algumas doenças. Tanto o Exército como a Marinha, desde o final do século XIX, mandavam para lá seus doentes de beribéri¹ a fim de se restabelecerem, aproveitando o seu clima e uberdade. Os versos também evidenciam que, mesmo se tratando de um lugar afastado da cidade, estava perfeitamente integrado à civilização, com seus chalés modernos servidos por banheiros externos, prontos para banhos de ducha ou de imersão, contando também com uma estação telegráfica e com a rede telefônica. Tudo construído para receber, de forma confortável, qualquer visitante que podia alcançar esse

¹ Entre os anos de 1890 e 1920, a fazenda Urucum recebeu, em média, 80 pessoas com essa doença, diagnosticada atualmente como decorrente da deficiência da vitamina B 1 (tiamina), que provoca no indivíduo anemia e dores neurálgicas (BÁEZ, 1964 p. 90).

local com os moderníssimos veículos automotores, que causavam um único inconveniente: as nuvens de poeira vermelha levantada da “Estrada do Barão”, que o ligava à cidade de Corumbá, numa distância de aproximadamente 25 quilômetros.

Tanto o Urucum como o Pantanal compõem a zona rural de Corumbá. Não obstante, no momento em que esses versos foram registrados, o Pantanal, para a população dessa cidade, ainda era aquele outro geográfico, vizinho inconveniente, um obstáculo, local terrível e inóspito. Nesse mesmo momento, consolidava-se a instalação das enormes fazendas de gado na Nhecolândia, muitas ostentando luxo e conforto, demonstrando que o Pantanal não era tão terrível assim. Contudo, para forjar a identidade local daqueles que ocuparam parte da planície pantaneira, foi preciso primeiro “resgatar” o passado, acentuando-se as dificuldades que o ambiente impôs, alçando os pioneiros como os desbravadores amansadores desse local terrível, para depois construir uma outra imagem, que seria incorporada à identidade local, a de preservadores da natureza. Os proprietários e ex-proprietários de terras na Nhecolândia consideram-se os responsáveis pela conservação dessa região. Assim, desbravadores e conservadores são adjetivos incorporados à identidade local. Dessa forma, conforme a imagem construída em determinado momento do Pantanal, a memória escrita atualizou, segundo a conveniência, o papel desempenhado pelos pioneiros na re-ocupação desse espaço.

Constantemente a memória escrita reafirma que o Pantanal era uma área agressiva, de difícil ocupação, exigindo dos pioneiros tenacidade e dedicação para superar as barreiras naturais envoltas em mistérios e temores típicos das terras desconhecidas, caracterizadas também pelo isolamento e solidão. Como foi exposto no primeiro capítulo, os pioneiros consideram-se descendentes dos monçoeiros paulistas. Por isso recorriam a relatos como o de Taunay que, em *Relatos Monçoeiros*, descreve os imensos sofrimentos enfrentados pelos paulistas quando atravessavam o Pantanal através dos seus rios, Paraguai, Taquari e São Lourenço. É evidente que esses memorialistas selecionam aqueles textos simpáticos àquilo que querem reafirmar. Affonso de E. Taunay está no rol dos autores que construíram a simbologia bandeirante. É preciso esclarecer que os memorialistas não distingue a fase monçoeira da bandeirante². Para eles, ambas são parte de um mesmo passado glorificado que fazem questão de lembrar e relacionar à história da ocupação branca do Pantanal.

² Para Sérgio Buarque de Holanda, “A história das monções do Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da História das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil Central” (HOLANDA, 2000 p. 43). Não obstante, as monções e as bandeiras tinham especificidades e objetivos diferentes.

Mesmo ocupando grandes latifúndios, os construtores da memória da região tratam de reafirmar que não foi somente o desejo de posse que levou esses homens a ocupar aquele espaço e sim qualidades como “coragem e determinação, ousadia” (A. BARROS, 1998 p. 90), que fazem deles pessoas incomuns. Seus descendentes herdaram essas qualidades. Seriam eles os únicos capazes de suportar os inconvenientes que continuaram a existir, mesmo após o amansamento da região, entre eles o calor insuportável e os insetos hematófagos.

Percebe-se que a memória escrita alterna vários conceitos a respeito da região. Conforme a conveniência ou o contexto histórico, pode ser descrita como inferno ou paraíso.

Quando se analisa a história do Pantanal, conclui-se que esse ambiente recebeu várias representações. A historiadora Maria de Fátima Costa (1999) estudou as diversas narrativas que fixaram, desde o século XVI, suas impressões a respeito da região. Primeiramente a região foi vista como um lugar maravilhoso - o paraíso terrenal - pelos espanhóis que chegaram procurando riquezas, tentando encontrar um caminho que levasse à lendária Serra de Prata, ao Rei Branco. Reconheceram a região como um espaço fluvial lacustre e depois cunharam o nome de *Xarayes* ou *laguna de los Xarayes*, plural de *Xaray*, povo indígena que habitava as terras próximas às grandes lagoas Gaíva e Uberaba. A designação *Xarayes* perdurou desde o século XVI até a metade do século XVIII. Apareceu pela primeira vez nas narrativas de Alvar Núñez Cabeza de Vaca que, como *adelantado*, comandou uma expedição que chegou à região em 1542, seguido por outros súditos de Castela que, atraídos pela promessa de riqueza, exploraram parte da bacia do rio da Prata. Esses homens analisaram a paisagem em questão, movidos principalmente pela cobiça do ouro e por relatos míticos que acusavam a existência de seres fantásticos. Em suas viagens os espanhóis divulgaram notícias de um lugar encantado, onde existiam muitos mitos e riquezas. Tentaram, então, incessantemente, achar um caminho que os levasse à riqueza, e nessa busca transformaram o Pantanal em um lugar de passagem.

Depois de várias tentativas de encontrar o lugar imaginado, os espanhóis de Assunção comprovaram que ele já tinha sido conquistado por outros espanhóis³ e, felizmente para os portugueses, não insistiram ou não puderam explorar o rio Paraguai na

³ Apesar de o português Aleixo Garcia, através do Pantanal e do Chaco, atingir a fronteira do território Inca, em 1520 Francisco Pizarro já havia atravessado os Andes, conhecidos na época por Cordilheira Nevada, e conquistando o Peru (COSTA, 1999 p.35 e 37).

sua parte norte, a que os levaria às cercanias de Cuiabá. A importância desse relato está na imagem construída pelos espanhóis a respeito da região. Sendo homens ainda com comportamento medieval cristão, registraram suas impressões refletindo seus princípios e dogmas. O homem europeu daquele período acreditava na possibilidade de chegar ao paraíso na terra, esse lugar mítico repleto de ouro e outras riquezas, que poderia ser encontrado em alguma terra distante (HOLANDA, 1994 p. 32-33). Por isso, construíram a imagem de um lugar encantado, definindo a região como hostil, mas fantástica e paradisíaca. Já os luso-brasileiros, especificamente os monçoeiros que sucederam os bandeirantes nas visitas à região, inventaram o termo Pantanal⁴. Nos seus relatos, tinham a clareza de que não se tratava de um pântano, apesar de o termo consolidado por eles lembrar muito as regiões alagadas da Europa que, antes de serem drenadas para o desenvolvimento urbano e agrícola, eram locais insalubres, alagadiços e impróprios para a existência humana.

Os luso-brasileiros perceberam que não se tratava de uma região totalmente homogênea, mas sim uma grande planície inundável, com diferentes paisagens. Contudo, adjetivaram o lugar de forma negativa, afastando a imagem de terra maravilhosa transformando o antigo paraíso dos espanhóis em inferno em que os entraves naturais somavam-se à atuação dos temíveis Payaguá. Esses índios haviam sido descritos nas narrativas espanholas, mas marcaram de forma mais enfática as narrativas portuguesas, que os qualificavam como extremamente ágeis, que se opuseram ao domínio do conquistador. Foi a partir da conquista portuguesa que a oposição desses índios ajudou a construir a imagem negativa da região. Em suas canoas, atacavam as embarcações que seguiam pelos seus rios. Além dos índios canoeiros também havia os Guaikuru, nação que não constava nas narrativas hispânicas, porque a migração deles do chaco para o Pantanal foi posterior à tentativa de domínio espanhol. Esse povo impediu a viagem dos não índios por terra. Montados em cavalos adquiridos dos espanhóis, os Guaikuru completavam o martírio daqueles que se aventuravam em transpor o Xarayes rumo às terras mais ao norte. Pode-se afirmar que esses dois povos, em conjunto, impediram qualquer tentativa de fixação banca nas terras ao sul do Rio São Lourenço, região em que está localizada a Nhecolândia, mesmo que essa parte do Pantanal não tenha constituído território desses dois povos.

⁴ Para Maria de Fátima Costa, foram especificamente os mamelucos paulistas que deram o nome definitivo de Pantanal à região (COSTA, 1999 p.19). Mesmo sendo inadequado, esse termo permaneceu pelo costume.

Como os espanhóis, os portugueses definiram a região como um local de passagem. Os mamelucos paulistas seguiram os rastros deixados pelos bandeirantes que chegaram no século anterior naquelas paragens à procura de índios ou eventualmente ouro, ultrapassaram os tênues limites que separavam as possessões dos dois países ibéricos, destruíram Guairá e Itatim na metade do século XVII e, no início do século XVIII, descobriram ouro no vale dos rios Coxipó e Cuiabá. Transformaram a região em caminho obrigatório entre São Paulo e as minas descobertas. Diferentemente dos espanhóis, não consideraram o rio Paraguai como o principal rio, na epopéia perigosa que constituíam as viagens monçoeiras. Os mamelucos não só ignoraram o termo secularmente consolidado pelos espanhóis, mas também construíram outra representação desse espaço, figurando-o como um possível inferno. Desse modo, a sua parte sul foi ocupada pela pecuária cem anos depois da chegada da primeira boiada a Cuiabá.

A pecuária foi uma atividade presente em Mato Grosso desde 1737, quando a primeira boiada, com número expressivo de gado, veio de Goiás a Cuiabá (LEITE, 2003 p.55-56). A partir desse momento, os rebanhos espalharam-se pelas campinas próximas aos rios Paraguai e São Lourenço. Já no século XIX, a antiga província de Mato Grosso constituiu o destino de várias correntes de expansão pecuarista, oriundas do Triângulo Mineiro, de São Paulo e até do Nordeste: estes últimos entraram por Goiás e, do mesmo modo, instalaram-se perto de Cuiabá e Vila Bela. Mineiros e paulistas penetraram pelo sul, atingindo a região de Coxim. A província constituiu-se, então, na maior parte, como área de criação. Porém, a parte sul do Pantanal somente foi ocupada com atividade pecuária a partir da metade do século XIX. Essa ocupação tardia deveu-se ao fato da imagem negativa que a região possuía, ainda ligada ao tempo das correrias indígenas, cessadas depois da construção do Forte Coimbra em 1775 e dos núcleos populacionais como Cáceres e Albuquerque em 1778.

Após cessar o conflito com os povos indígenas, a região foi visitada por outros viajantes. Os naturalistas que percorreram a região, quase sempre através dos seus rios, descrevem as dificuldades e os perigos existentes nas cercanias. Mesmo que algum deles considerassem a beleza cênica do lugar, na maioria das vezes suas impressões aproximam muito dos relatos monçoeiros.

Durante séculos vários olhares fixaram impressões a respeito da região: “inicialmente, a imensa planície inundável foi descrita como um lugar maravilhoso,

paradisiaco; depois, como inóspito, até ser determinado geograficamente” (COSTA, 1999 p. 239).

Ou seja, diversas narrativas referem-se a esse mesmo lugar, dando-lhe diferentes conceitos, dependendo do narrador e do contexto da sua narrativa.

No *Album Graphico de Matto Grosso*, por exemplo, o Pantanal no início do século XX aparece como um elemento de propaganda. Seus rios são divulgados como navegáveis, o que possibilitava o transporte de mercadorias interligando a região também à ferrovia. Os seus campos recebem descrição positiva, tentando já, naquele momento, afastar a idéia de possíveis dificuldades para aqueles que pretendiam ocupá-los.

Eis em modesta linguagem, como são os campos de pantanal em Matto-Grosso, os quaes muito longe estão da supposição que geralmente fazem aquelles que desconhecem por completo a natureza d'esses nossos campos, e julgam que elles são verdadeiros tremedaes, constituídos por brejos impenetráveis e inhabitaveis por causa das exhalações mephiticas que dos seus lodações emanam. Ao contrario de tudo isso, elles constituem verdadeiros dotes feitos pela natureza, onde milhões de cabeças de gado vaccum e cavallar vivem e procriam maravilhosamente, e muitos mil habitantes acham o meio para a sua subsistencia e elementos para se enriquecerem, constituindo enorme somma de riqueza para o Estado de Mato Grosso. (*Album Graphico do Estado de Matto Grosso*, 1914 p. 287).

Tenta-se retirar a idéia de que o Pantanal é um brejo improdutivo ou um ermo desabitado. Pelo contrário, seus campos são descritos como excelentes para a criação de eqüinos e bovinos, o que de certa forma se comprovou. Em nenhum momento se relatam as dificuldades que alguém poderia encontrar se pretendesse ocupar suas terras. Pelo contrário, até as enchentes foram descritas de forma amena, não se constituindo um problema, e sim uma solução para o esgotamento do solo, processo comum em qualquer frente de ocupação econômica. O exagero está no fato de a propaganda dar ênfase à presença expressiva de habitantes. Fica claro que, ao registrar um número expressivo de habitantes, quer também demonstrar que é possível o domínio do homem sobre essa natureza. Mesmo já habitado, nessa situação, o Pantanal é apresentado como um recurso a ser explorado. Como uma das intenções do Álbum era *vender* o Estado de Mato Grosso, sua natureza foi apresentada de forma positiva. Na realidade, esse álbum⁵ foi um dos mecanismos usados na construção da identidade de Mato Grosso, um estado até então com

⁵ Para uma análise mais detalhada sobre o Álbum Gráfico de Mato Grosso, consultar a tese de Osvaldo Zorzato (1998), principalmente o capítulo 2 da primeira parte.

uma natureza pródiga e exuberante, mas que, ao mesmo tempo, atrapalhava seu desenvolvimento. Deve-se levar em conta, também, que o Álbum Gráfico editado em Hamburgo, na Alemanha, em 1914, foi uma iniciativa dos empresários ligados à importação-exportação, sediados em Corumbá que, com apoio oficial, divulgaram através desse mecanismo seus empreendimentos e as potencialidades econômicas do estado de Mato Grosso. Temos, assim, a imagem do Pantanal segundo o álbum, que tinha alguns objetivos definidos para aquele momento. Um deles foi o de tentar reverter imagem negativa do seu meio natural, enaltecendo suas possíveis qualidades. Mesmo assim, para a maioria da população citadina, inclusive aquela que vivia em Corumbá, prevalecia ainda o Pantanal como entrave, um local ainda a ser dominado pelo homem. Por isso, os memorialistas aproveitaram essa imagem para reforçar as qualidades dos pioneiros: a coragem e a ousadia, pois dominaram uma região ainda selvagem, em que a natureza se impunha como o mais implacável inimigo e “sua conquista teria implicado numa luta ferrenha entre o homem e o meio, uma frente de batalha da qual resultaria o heroísmo dos desbravadores do sertão inóspito” (ZORZATO, 1998 p. 35). Assim se apresentava o Pantanal naquele momento.

Inclusive um dos autores do Álbum, Virgílio Corrêa Filho, em *Fazendas de gado no pantanal (1955)*, lançou a idéia de que foi graças aos pioneiros da Nhecolândia que o Pantanal transformou-se de inferno em um local civilizado, iniciando a construção de uma imagem dicotômica desse espaço. Corrêa Filho destaca a luta travada entre os pioneiros e os insetos, principalmente as mutucas e os mosquitos, que assaltavam os visitantes, auxiliados pelos eventuais carrapatos e marimbondos; as cobras e feras, que sondavam animais domésticos e os homens, num lugar ainda distante da representação literária que se construiria nas décadas posteriores. Nessa situação em que o Pantanal passou por um amansamento, a eliminação dessas feras que o habitavam foi perfeitamente justificável, já que representavam obstáculo às vidas dos homens naquele meio. A onça, por exemplo, foi posta como aniquiladora da criação doméstica, que invariavelmente atacava as pessoas, portanto era natural a sua caça, assim como a de outros animais considerados nocivos.

Para Álvaro Baducci Júnior (1995), esse padrão de convívio com o mundo natural foi definido através de séculos de convívio do homem com aquele meio. Assim, os animais domésticos ou selvagens não eram abatidos somente para atender às necessidades de alimentos ou proteção, mas também pela representação simbólica que adquiriam em sua relação com o homem, quando punham em risco os limites que separavam os domínios

humano e natural e se de algum modo ameaçavam a reputação do peão frente a seus companheiros. Até mesmo alguns animais inofensivos podiam ser abatidos para o peão exibir sua destreza, a pontaria, por exemplo. Mas além dessas motivações apontadas por Baducci Junior, existiu outra menos nobre, que pode ser verificada quando Corrêa Filho descreve a técnica de caça à onça, destacando o cuidado que se tinha para não danificar a sua pele durante o abate: “Seguros na pontaria escolhem a parte mais vulnerável da fera quando possível entre os olhos, por onde penetra a bala sem estragar a pele de alta cotação”. (CORRÊA FILHO, 1955 p. 13). Além de armas de fogo, usavam a zagaia, arma herdada dos índios que viviam mais ao norte, próximos das lagoas Gaíva e Uberaba. Primitivamente, tinha a ponta de osso; posteriormente, foi substituída pelo punhal com pouco mais de um palmo de comprimento por duas polegadas de largura e era limitada por uma cruzeta “que não deixa entranhar-se em demasia, a pontiaguda lança” (CORRÊA FILHO, 1955 p. 13). Ou seja, o abate dos animais não era feito apenas por representar perigo, mas pelo alto valor que possuía. Percebe-se que essa situação é descrita nos anos 50, quando as fazendas de gado no Pantanal estavam consolidadas. Porém, já no início desse mesmo século, a caça desses animais constituía importante fonte de renda: “Fazenda Firme. Rogamos conseguir uma pelle de onça perfeita remetendo com toda urgência avisando Vasques” (Livro de cópias de cartas da Casa Comercial Vasques e Cia de 30/11/1918).

A encomenda era da casa Vasques, Filhos & Cia, fundada em 1900, que tinha sua sede na cidade de Corumbá e era especializada na importação de farinha de trigo, mas anunciava que o seu ramo de exportação constituía *de todos os gêneros do Estado*, entre os quais estavam couro vacum, penas e peles. Seu telegrama é específico para a fazenda Firme, núcleo da fundação da Nhecolândia, não só por possuir uma estação do telégrafo, o que facilitava a comunicação com essa propriedade, mas também por ser um dos locais no Pantanal com maior facilidade de encontrar animais silvestres. Alguns anos antes, quando o ex-presidente norte-americano Roosevelt, em companhia de seu filho Kermit e do general Rondon, visitou a região, cogitou-se a possibilidade de chegar a essa fazenda, contudo limitaram-se a caçar apenas na fazenda Palmeiras, na margem do rio Taquari. A expedição comandada por Rondon e Roosevelt dividiu-se em várias turmas, que ficaram encarregadas de caçar pássaros e mamíferos, que tinham suas peles preparadas pelos profissionais dos museus de história natural de Nova York e do Rio de Janeiro.

A expedição Roosevelt/Rondon tinha caráter pretensamente científico. A caça foi motivada pela obtenção rápida de dinheiro, ou gêneros de primeira necessidade, já que a permuta também foi praticada regularmente. A violência contra a fauna esteve presente desde o início da re-ocupação da Nhecolândia. Não só a onça pintada, a capivara e mais tarde o jacaré foram sistematicamente abatidos. A primeira, talvez, foi a mais perseguida, aparentemente por dois motivos utilitaristas: por representar prejuízos aos fazendeiros ao atacar novilhos, e pelo alto preço de sua pele, chegando a ser negociada por 250\$000, o que correspondia ao preço de quatro bois (MACIEL DE BARROS, 1922). Mas a eliminação desse felino também é considerada um ato extraordinário, digno de ser registrado e lembrado:

Quando avistávamos os cavalheiros com couro ou couros das onças, atados na garupa dos cavalos. Então encostavam a escada e nós descíamos em algazarra, correndo ao encontro de Papai e dos outros caçadores. Acariciávamos os cachorros especialmente o mestre de onça. (SILVA, Eugênio Gomes da. A Propósito de Onças. *Boletim da Nhecolândia*. Corumbá, jan. 1948. n 2, anno 1, p. 2).

Esse trecho, descrito por um dos filhos de Joaquim Eugênio Gomes da Silva, demonstra a alegria que o abate desses animais proporcionava, pelo alto valor de suas peles no mercado e pela prevenção contra seu o ataque ao gado bovino. Mas o jornal passa um outro significado que, inclusive, coincide com o relato oral, que permaneceu no imaginário dos trabalhadores das fazendas da Nhecolândia. A caça à onça era considerada um ato elevado, tanto ao cão, mestre de onça, encarregado de encontrá-la na mata, como principalmente ao zagaieiro, que enfrentava o animal frente a frente apenas com a zagaia. Enfrentar esse animal, matá-lo ou mesmo capturá-lo representava coragem e ousadia para quem o fizesse. Para esse jornal, eram qualidades inerentes ao pioneiro. O autor do artigo, que relembra o momento da infância, argumenta que, na época, esse animal ia sondá-los bem perto dos ranchos, fato que levou o seu pai a construir um estrado alto de madeira coberto com folha de acuri, onde ele e os irmãos ficavam quando os caçadores saíam, descendo apenas quando avistavam os cavaleiros voltando das caçadas, tendo atadas em suas garupas as peles desses animais. O artigo é finalizado com uma descrição detalhada da zagaia, arma utilizada nesse tipo de caça. Além disso, lembra como foi abatido um desses animais, detalhando que, mesmo depois de morto, era atacado pela cachorrada, mas esclarece que “dente de cachorro não fura couro de onça. Se furasse, o couro perderia todo

o valor” (idem, p. 2). A mesma preocupação é descrita por Virgílio Corrêa Filho, com relação ao cuidado em não danificar a pele. Esse ritual, perpetuado na memória local, condizia com a tentativa de reafirmação da identidade pretendida. A natureza era considerada como algo a ser conquistado. O Pantanal, naquele momento, constituía um ermo, um lugar perigoso, uma imagem ainda distante de paraíso ecológico. E, como tal seu ambiente podia ser explorado de qualquer maneira. Naquele momento sua fauna silvestre era muito atacada.

As aves também eram vítimas. A Casa Vasques, por exemplo, registrou, no início do século XX, o preço diário de penas de garça, exportadas via fluvial. O próprio Joaquim Eugênio Gomes da Silva, quando se deslocava para Corumbá levava, além de carnes secas, peles e couro, uma grande quantidade de penas dessas aves para serem vendidas no porto de Corumbá.

Depois de consolidadas as fazendas, seus proprietários passaram a ter a comercialização do gado como a principal atividade econômica, passando o comércio de peles e penas para os empregados, que não precisavam levar esses produtos até o porto de Corumbá. Os mascates encarregavam-se de intermediar esse tipo de comércio. Devido à falta de dinheiro, permutavam-se peles de animais com os diversos produtos que levavam. A figura do mascate era ansiosamente esperada, tanto os que percorriam a região em lanchas, aproveitando os rios e até os corixos, quanto os que seguiam por via terrestre em carro de boi. Muitos desses profissionais tiveram tanto sucesso que, com o tempo, trocavam os antigos carros puxados por bois por veículos automotores.

Como se expôs, as motivações da caça de animais silvestres vão além da econômica. Mesmo após a proibição da caça, a nocividade de alguns animais justificava sua eliminação. Os tatus não eram benquistos, pelo fato de abrirem buracos nos campos, o que freqüentemente causava acidentes: quando o vaqueiro ia “correr” uma rês podia sofrer uma rodada. O resultado levava, às vezes, à morte do cavaleiro e da montaria, como explica um pantaneiro:

Di primero eles pagava pra mata porque buriacava demais o campo não dava nem pro ce corre, roda quebrar o pescoço do cavalo, quebra o peão né. Então os patrão antigo pagava pra matar tatu cascudo (Entrevista Benedito Cláudio de Oliveira).

Com o passar dos anos, os proprietários deixaram de pagar pelo abate desses animais. Mesmo assim, os empregados eliminavam-nos ou deixavam-nos inválidos,

cortando suas patas, numa tentativa de afastar o perigo de acidente. É comum encontrar, nos cemitérios das fazendas, túmulos de antigos vaqueiros, vitimados pelas rodadas que aconteciam, como também por outros motivos. A queda do cavalo para a frente poderia ser causada pelo tropeço do animal em árvores caídas.

Da mesma forma, as cobras peçonhentas, além do perigo ao homem pantaneiro, ao gado e aos animais domésticos, representam a possibilidade de dinheiro. Em algumas fazendas, os proprietários incentivavam, através de remuneração, a morte de cobras venenosas. Segundo a narrativa local, os vaqueiros aguardavam a saída das serpentes perto do seu ninho, às dezoito horas ou às cinco horas da manhã, horários que compreendiam a saída e o retorno da caça. Os vaqueiros as abatiam e guardavam a ponta da cauda para depois entregar ao proprietário da fazenda, que “Pagava assim, quem fumava eles dava se era fumo de rolo dava uma carta de fumo se matava uma cobra, ou então um maço de fósforos. Tudo a turma aceitava porque tudo custava, ele comprar na dispensa era só no dinheiro né” (Entrevista Benedito Cláudio de Oliveira).

Carlos Vandoni de Barros (1934 p.20) incluiu o ofidismo como um problema veterinário, pois a cobra mais comum do Pantanal, a *botropos neuwisii*, conhecida como “boca de sapo”, “bocuda” ou boipeva”, atacava mais os cavalos.

Da mesma forma, animais como a jaguatirica, o lobinho e o gambá, ao se aproximarem das fazendas, eram mortos porque representavam perigo aos animais domésticos. Além disso, a caça até os anos 70 era considerada como algo lúdico.

Imperava na Nhecolândia, zona propícia para repouso, férias e caçadas, a lei seca resultante de ideal e oportuna convivência entre patrões e empregados, que vivem na maior camaradagem, trabalhando pelo sempre crescente desenvolvimento daquela vasta e importante zona pastoril. (BAEZ, 1965, p. 56).

Além de sua atividade econômica - a pecuária - a região era local de excursões de caça em que animais como caititu, queixada, veado pardo e os de pequeno porte como tatu, cutia, aves, na sua imensa variedade, eram abatidos em meio ao grande estoque de carne de gado bovino. As questões ecológicas ainda não faziam parte das preocupações memorativas. Como se vê no fragmento citado, o mais importante é reafirmar a existência da camaradagem que se caracterizava pela fidelidade e compromisso mútuo entre patrões e empregados, numa clara intenção de passar a idéia de uma sociedade harmoniosa, quase sem hierarquia. Até mesmo a lei seca imposta pelos proprietários é apresentada como o

desejo natural dos empregados, que aparecem sempre como disciplinados, submissos e úteis: cumprem perfeitamente seus papéis.

A dominação do Pantanal caracterizou-se pelo conflito com a natureza. Como em qualquer frente de ocupação econômica, também ali se orientou na eliminação de obstáculos que impediam a sobrevivência do homem ou de animais domésticos, ou mesmo como meio de sobrevivência do pantaneiro.

Esta riqueza de caça facilita muito os criadores na economia de seu gado. Os principiantes em geral economizam a carne de vaca e se servem da caça. É assim que vários deles se sustentaram para constituir essas ricas e dilatadas estâncias de hoje. A do Firme, por exemplo, foi custeada com caça e pele de onça por muitos anos, até que rebanho se avolumou se tornou invencível (BARROS MACIEL, 1922 p. 27).

Até o início do século XX, a preocupação dos fazendeiros da Nhecolândia foi lotar os campos de gado. Por isso, o abate de reses limitou-se à produção de carne seca para vender no porto de Corumbá, evitando-se, em algumas fazendas, a carneada para o consumo local. Essa afirmação de José de Barros Maciel está de acordo com a carta da Casa Vasquez. Ainda em 1934, Carlos Vandoni de Barros afirmou:

Mas a fauna é incomparavelmente mais variada e abundante. Chaco, região de caça, é natural que assim fosse. Não parece, entretanto, necessário determos na enumeração. Basta referir que são exportados somente pelo porto de Corumbá mais de 100.000 peles de animais silvestres anualmente, todas provenientes dos pantanais, e destinadas aos cortumes norte-americanos. Capivaras, caietús e queixadas na grande maioria (C. BARROS, 1934 p. 12).

A legislação permitia a caça e a venda da pele de alguns animais. Contudo, como apontarei mais adiante, ao se atualizar a memória local, em que o Pantanal é apresentado como paraíso ecológico, como um lugar adâmico, a prática da caça, de certa forma foi apagada. Antes da proibição da caça, o Pantanal era visto como uma possibilidade de exploração, como uma riqueza inesgotável, e também como um inconveniente que marcava não só a identidade pantaneira, como também a de todo Estado.

a impressão que tem (...) quando ouve ao falar em Mato Grosso, antes de conhecê-lo é que todo Estado é coberto por espessa vegetação silvestre, onde as feras mais bravias e os ofídios mais venenosos pululam e vagueiam pelas ruas das cidades (O que pensam de Nós. *Tribuna*, Corumbá, p. 4, 14 set. 1938).

A natureza mato-grossense, em que está incluído o Pantanal, mesmo exuberante, ainda é vista como um fator negativo de sua geografia, um lugar que deve ser domesticado. O artigo do jornal “Tribuna” demonstrava como a própria cidade de Corumbá, na época um *Sertão Cosmopolita* (SOUZA, 2001), tentou afastar a idéia de que todo o estado era composto de uma natureza ainda indomada, caracterizando ausência de civilização. Dessa forma, a cidade manteve uma relação curiosa, até de negação do seu meio rural, representado em parte pelo Pantanal. Esse conjunto de ecossistemas foi visto como estorvo pela população urbana, pois impedia uma comunicação mais rápida com outros centros civilizados. Antes da construção da ferrovia, a ligação com o Rio de Janeiro, capital federal no período, era feita pelos rios Paraná, Paraguai e o Oceano Atlântico, viagem que durava aproximadamente 30 dias. A inauguração do trecho da ferrovia que ligou Itapura a Porto Esperança, em 1914⁶, cumpriu temporariamente a missão de satisfazer o imaginário do progresso corumbaense, ao encurtar a ligação com os grandes centros. Curiosamente, a partir desse fato, a elite econômica de Corumbá, primeiramente composta pelos antigos comerciantes do porto e depois pelos próprios pecuaristas, começou a reivindicar grandes obras que pudessem ligar essa cidade, localizada no extremo oeste, diretamente aos grandes centros urbanos. Entre 1914 e 1952 a obra considerada redentora seria a ponte ferroviária sobre o rio Paraguai, que evitaria o transbordo em navios de Porto Esperança à sede do município. Depois de pronta a ponte, iniciou-se o discurso que preconizava a construção de uma rodovia que ligasse essa cidade portuária a Campo Grande. Assim, sucessivas obras eram reivindicadas como solução para o futuro dessa cidade, que tinha sua história assentada no mito do porto⁷, que se constituiu a partir de um passado nostálgico localizado entre o final do século XIX e início do XX. Nesse período, Corumbá presenciava um dinâmico movimento comercial de exportação e importação, feito por comerciantes brasileiros e estrangeiros. A cidade contava com consulados e representações bancárias de diversos países.

Deve-se levar em conta que, em termos geográficos, o município de Corumbá possuía seu território quase todo no Pantanal, mas não se identificava com aquele meio.

⁶ Paulo R. C. Queiroz esclarece que a ferrovia Itapura-Corumbá foi construída em duas frentes. Em maio de 1908, a extremidade de Mato Grosso teve início a partir de Porto Esperança (QUEIROZ, 1997).

⁷ Alguns trabalhos já demonstram que a vida na cidade de Corumbá não se limitava apenas à região portuária, conhecida como cidade baixa, mas também na parte alta em que se revelava uma *outra* cidade, com uma população que não estava ligada diretamente ao comércio portuário. Esse aspecto pode ser esclarecido com os trabalhos de SOUZA (2001) e AQUINO (2003).

Por isso, quando os cidadãos urbanos ansiavam por um pouco de natureza, dirigiam-se à morraria do Urucum. É evidente que esse local era devidamente preparado para ter, ao mesmo tempo, as características de um ambiente natural, mas também o conforto e a segurança do urbano. Como lembra Gilmar Arruda (2000), naquele momento fazia-se a divisão em dois espaços simbólicos dicotômicos: o da cidade, sinônimo de progresso, de avanço, de civilização e o sertão, como lugar de atraso, de arcaísmo. Para a população de Corumbá, o Pantanal era o sertão. Somente nos anos 70 essa urbe começou a conhecer e identificar-se com esse meio.

Minha intenção, com essa exposição, é demonstrar que a visão romântica, que propaga a convivência harmoniosa do homem pantaneiro com natureza, não existe. Pelo contrário, a relação homem \times meio na Nhecolândia é conflituosa e violenta. A própria memória escrita registra essa situação, inclusive justificando a eliminação dos animais como uma necessidade imperiosa dos pioneiros. Na realidade, a memória vai se adequando à imagem construída sobre o Pantanal ao longo dos anos.

Portanto, a Nhecolândia não se constituiu numa ilha de conservação da natureza. Isso se deveu mais à sua complexidade geomorfológica do que à atuação do homem. Não se fez ainda um trabalho sobre o impacto da ocupação não índia no Pantanal, nem é a minha intenção. Mas quando se compara a memória escrita nos diversos momentos de sua elaboração, desde a fundação das primeiras fazendas na Nhecolândia, percebe-se que alguns animais rarearam. Mesmo assim, a memória escrita a partir dos anos 70 consolidou a idéia de que o homem pantaneiro é um exemplo de conservação da natureza porque viveu em harmonia com meio, o que, como demonstro, não se verificou.

2.2. A Nhecolândia e o Pantanal como paraíso ecológico.

Com a instalação de fazendas de gado no Pantanal da Nhecolândia, ocorreu também a mudança de visão do Pantanal, de entrave a lugar amansado e depois um paraíso natural. Ao elaborar uma memória que servisse de sustentação para a identidade, o pantaneiro ora foi apresentado como o desbravador que dominou a natureza, ora como o grande responsável por sua preservação. Deve-se levar em conta a perspectiva histórica, a perspectiva de quem elaborou essa memória e como as representações desse ambiente foram mudando ao longo dos anos. Um exemplo de mudança de visão a respeito do

Pantanal pode ser verificado na opinião de Roberto Campos, que viveu na Nhecolândia nos anos 30.

Na minha ótica de primeira infância, o Pantanal me parecia mais perigoso que belo.

A beleza do Pantanal, com seus corixos, baías e várzeas, que no começo das chuvas pareciam jardins formais com riqueza de flora e fauna, só entraria na minha percepção trinta anos mais tarde, quando ali voltei, como superintendente do BNDE, ciceroneando uma turma de banqueiros do Eximbank, de Washington, que queria avaliar as perspectivas da Nhecolândia. (CAMPOS, 1994 p. 112-133)

Roberto Campos, quando ficou órfão de pai, foi morar na Fazenda Firme de propriedade de seus parentes, os Gomes da Silva. No período da sua infância, o Pantanal era o outro geográfico, local distante da idéia de civilização e por isso perigoso. Trinta anos mais tarde, ele visitou a região como superintendente do BNDE, acompanhando uma turma de banqueiros que visavam avaliar as potencialidades da Nhecolândia e a possibilidade de dragagem do Rio Paraguai. Campos percorreu as principais fazendas da região e teve outra visão a respeito do mesmo espaço. Sua opinião não mudou porque tornou-se adulto, nem porque visitou o Pantanal numa época favorável, e sim porque a imagem do Pantanal tinha mudado. Mas, antes de o Pantanal tornar-se um jardim, como Roberto Campos o define, ele passou por outra imagem.

Quando Virgílio Corrêa Filho (1955) descreve as agruras dos primeiros anos de atividade pecuarista na região, não tem ainda as preocupações ecológicas, mas começa a construir outra imagem para a Nhecolândia, que naquele momento constituía o exemplo de civilização no campo. Para esse autor, a presença de automóveis⁸, em suas estradas, substituindo os carros de boi, simbolizava a consolidação da modernidade na região. Somava-se, ainda o melhoramento genético do gado, que demonstrava, para ele, que essa região se diferenciava:

A fazenda Firme, o mosaico de propriedades em que se repartiu a tradicional fazenda, de cujo núcleo inicial irradiou a civilização para as zonas contíguas. Considerada em conjunto, dificilmente se encontrara, em Mato Grosso, alguma outra, de tamanho comparável e tão valorizada pelo trabalho dos seus proprietários (CORRÊA FILHO, 1955 p. 42).

⁸ É interessante observar que o automóvel foi introduzido na Nhecolândia por volta de 1923. Mas o carro de boi continuou a ser o principal meio de transporte. Entre suas funções estava o transporte de carga do porto da Manga às sedes das fazendas, trajeto que levava até quatro dias, quando a propriedade se localizava no centro da Nhecolândia.

Fica evidenciada a ligação estreita que Virgílio Corrêa Filho tinha com os proprietários de fazendas da região. Utilizou, inclusive, o Boletim da Nhecolândia como fonte. O objetivo foi o de construir especificidade positiva para a região. Suas fazendas e seus proprietários eram diferentes do restante do Pantanal. Com isso, vai consolidando a imagem de terra amansada, como se pode verificar no trecho a seguir: “Vontade de expandir, de desvendar o brio Pantanal cheio de índios e de feras, terras desconhecidas e pagãs. E surgiu um gigante: Nheco Gomes da Silva” (Corumbá: Gênese, Evolução e Lutas. *Tribuna*, Corumbá, p. 1, 12 agost. 1958).

Mais uma vez é lembrada a figura do Nheco. O interessante desse trecho está no fato de que, no passado, o Pantanal era lembrado como uma terra desconhecida. Os índios eram equiparados às matas que ocupavam mas não povoavam. Como no poema de Ozório de Barros, apresentado no primeiro capítulo, aparecem como obstáculos, como mais um componente que reforça a idéia de selvagem para a região. A ocupação do Pantanal, por fazendas de gado, permitiu seu amansamento, de um lugar terrível a um paraíso ecológico. Tal processo de mudança se completou nos anos 60 do século XX.

Em termos históricos, foi a partir de 1940 que a memória escrita começou a construir a imagem do Pantanal da Nhecolândia como santuário, paraíso a ser preservado. No ano de 1948, o jornal *O Momento* estampava, como título de um dos seus artigos, “Nhecolândia, O Paraíso Perdido”. Foi um dos primeiros relatos a construir a visão edênica da região; seu autor registrava que a Nhecolândia deixava de ser somente uma zona de produção de gado bovino, para ser também uma fonte para turistas sedentos de natureza virgem. Entre esses, turistas destacavam-se, os escritores Paulo Prado e João Guimarães Rosa⁹. Este último definiu a região como o éden preservado, em uma carta de agradecimento ao Boletim da Nhecolândia. Mas essa imagem convivia ainda com a antiga, que via o Pantanal ainda selvagem e passível de ser explorado. Por isso, na década posterior, ainda se encontravam nos jornais propagandas como de Kassar e Cia Ltda, que recebia, diretamente da Bélgica, as conhecidas espingardas de caça de um e dois canos da afamada marca Janssem Fls 7 Ca e as carabinas Remington, calibre 22 de todos os tipos. Portanto, a caça na região de Corumbá constituía uma prática comum. Isso se estendia até

⁹ Foi nesse período que João Guimarães Rosa, acompanhado de uma turma do Instituto Rio Branco, do Itamarati, visitou a Nhecolândia e, na fazenda Firme, entrevistou José Mariano da Silva. Essa entrevista serviu de suporte para o trabalho *Com o Vaqueiro Mariano*, publicado em 1947, no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro. O texto em questão pode ser encontrado em “Entremeio: com o vaqueiro Mariano”, in *Estas estórias* (1985).

a região da Nhecolândia, que possuía, em suas fazendas, infra-estrutura adequada até para receber aviões de porte médio como o “Douglas”, aeronave do Exército americano que trouxe um grupo de oficiais dos Estados Unidos à região. Tal notícia valeu a primeira página nos jornais locais:

Sexta-feira última desceram no campo de pouso da fazenda Firme, dali se dirigindo em companhia do Dr. Nheco Gomes da Silva para a fazenda Alegria, de propriedade de nosso amigo Sr. Cel. Paulino Gomes da Silva, onde passarão alguns dias caçando, os seguintes oficiais da aviação norte-americana que se encontraram no Brasil a convite de nosso governo (Em Visita à Zona da Nhecolândia Diversos Militares Vieram Realizar Caçadas na Fazenda Alegria. *O Momento*, Corumbá, p.1, 1947).

Essa situação já foi observada em outras citações. Contudo, o que tem de novo é a constatação da convivência e da participação dos proprietários nesses eventos. Vale lembrar que, por volta de 1930, a imagem do Pantanal passou a ser promovida pela imprensa nacional como um lugar exótico e selvagem, adequado para as caçadas, uma alternativa mais barata que os safáris africanos. Por isso, a região atraiu tanto brasileiros quanto estrangeiros ávidos por se aventurarem em matas desconhecidas em busca de algum troféu, que poderia ser representado pela foto ao lado de algum animal selvagem abatido. Em um determinado momento, porém, essa prática passou a ser condenada. Novas idéias sobre o mundo selvagem e a natureza começaram a questionar a relação do homem com a natureza.

O ecologismo ou conservacionismo surgiu após a segunda Guerra Mundial, foi intensificado nos anos 60, e refletiu a crise vivida naquele momento, consequência do profundo desencanto com a sociedade de consumo européia e norte-americana. Ao mesmo tempo, descobriam-se as mazelas do socialismo soviético e questionava-se a ocupação norte-americana no Vietnã.

As certezas estabelecidas até então foram abaladas, valores foram questionados e acentuou-se o choque de gerações. Surgiram os movimentos pacifistas, naturalistas, feministas, os protetores dos animais, os hippies e os ecologistas. Esses movimentos abandonaram as grandes causas, como a revolução socialista, em favor de causas mais restritas, em que se propõe o respeito aos direitos das pessoas e a melhor qualidade de vida. Muitos indivíduos envolvidos em alguns desses movimentos embrenharam pela América do Sul em busca de lugares alternativos. Um desses lugares foram os Andes, principalmente a parte localizada no Peru.

É desse período a composição da música Trem do Pantanal¹⁰, que expressa em seus versos “a perplexidade de uma geração diante de tantos e de nenhum caminho” (SIMÕES, apud ZILIANI, 2000 p.75). Seus compositores, Paulo Simões e Geraldo Roca, como outros, dirigiam-se para Santa Cruz e em seguida para Machu Pichu. Utilizavam o trem da Noroeste, que ligava o Estado de São Paulo a Mato Grosso do Sul. A linha férrea entre as cidades de Bauru e Corumbá passaria, a partir da cidade de Aquidauana, pelo Pantanal. Entretanto, para evitar os terrenos alagadiços, preferiu-se construí-la buscando as encostas da Serra de Bodoquena. Somente a partir de uns 40 quilômetros a leste de Porto Esperança é que os passageiros podiam ver, pelas janelas do trem, o Pantanal. Nesse trecho, os olhos dos viajantes registravam as paisagens, que realmente se revelavam paradisíacas, principalmente a partir da estação de Carandazal¹¹, em que podiam vislumbrar as muitas formações vegetais e as diversas espécies de aves se alimentando nas baías, nos corixos e vazantes, ou descansando nos ninhais, além dos diversos animais da fauna pantaneira.

Os passageiros do trem gravavam o olhar, protegidos dos inconvenientes do lugar. Somente quando paravam em alguma estação, dependendo da época do ano, eram obrigados a se proteger das nuvens dos mosquitos. Vale lembrar que a viagem de trem é bem mais confortável que na primeira metade do século XX. A locomotiva a Diesel já não expelia tanta fumaça ou pequenas fagulhas que sujavam e às vezes queimavam as roupas dos passageiros que, com condições favoráveis, podiam contemplar o cenário pelas janelas do trem. As condições da viagem interferiam na construção da imagem feita pelos viajantes, que poderiam lançar muitos elogios à paisagem, seguidos de críticas aos problemas enfrentados.

Dentro do movimento ecológico, ressurgiu também a idéia de parques nacionais desabitados, que tiveram origem nos Estados Unidos em meados do século XIX, com o objetivo de proteger a vida selvagem. Essas áreas naturais protegidas seriam abertas às populações urbanas norte-americanas que podiam, dessa forma, contemplar a essência pura da natureza. Como diz Diegues (1996), a idéia de parque nacional retomou o mito de paraísos naturais intocados, à semelhança do Éden. Esse mito atribuiu ao mundo natural

¹⁰ Paulo Simões afirma que essa música foi feita em 1975, quando ele e Geraldo Roca, o outro compositor, se dirigiam para Santa Cruz e de lá para Machu Pichu, no Peru. Quando criaram o poema não tinham a intenção de promover nem o Pantanal nem o trem. Contudo, como ZILIANI (2000 p. 75) demonstra, essa música se tornou o ícone da representação sobre o Pantanal e seu trem.

¹¹ Uma das estações existentes entre as cidades de Miranda e Corumbá. Nesse trecho, a ferrovia passa pelo Nabileque, uma das regiões de alagamento mais intenso no Pantanal.

todas as virtudes e à sociedade, todos os vícios. Foi, na realidade, uma reação ao culturalismo, que via na natureza a enfermidade do homem, o primitivismo, a selvageria. Por isso, justificava-se a criação de espaços a serem conservados intocados, como uma espécie de paraíso em que a natureza pudesse ser plenamente reverenciada. O suporte ideológico parte da “concepção biocêntrica das relações homem/ natureza, pela qual o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano” (DIEGUES, 1996 p. 56). Contudo, esse autor alerta para o fato de que as áreas protegidas, configuradas como um dos mitos modernos, confrontam com a presença e com os mitos que populações tradicionais têm em relação à natureza. Por isso, mesmo nos Estados Unidos, os parques nacionais foram criticados, não por ignorar as formas tradicionais de manejo, como a seleção das áreas a serem preservadas, considerando somente as importantes sob o ponto de vista estético, e sim por discriminar as demais. Mesmo assim, o modelo de parque norte-americano foi exportado para o restante da América Latina, principalmente a partir do século XX.

A idéia de natureza intocada e intocável reelaborou não somente crenças antigas, como a velha idéia de reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden, mas incorporou, também, elementos da ciência moderna, como a noção de biodiversidade. Propunha-se a criação de Parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas, unidades que não permitem a presença de populações humanas. Assim, algumas regiões foram definidas como Santuários Ecológicos, que deveriam se constituir em locais sagrados para os ambientalistas, locais em que se resguarda a natureza.

Em sintonia com essas idéias, em 1970 iniciaram-se os estudos para a instalação do Parque Nacional do Pantanal, visando à preservação da vida selvagem na região. A intenção do IBDF era considerar reserva de flora e fauna toda a área do Pantanal sul do rio São Lourenço, tendo as serras de Maracaju e Bodoquena a leste e a fronteira boliviana a oeste. Esse projeto teve o apoio da Secretaria de Agricultura de Mato Grosso que, no mesmo período, firmou convênio com a SUDEPE, visando à normalização e fiscalização da pesca em todo o Estado, tentando eliminar os chamados abusos.

Em 1971 foi oficialmente criado o parque Nacional do Pantanal Mato-grossense. Mesmo localizado mais ao norte, esse parque, e principalmente as idéias que fundamentaram sua criação, de alguma forma tocaram fundo no orgulho dos proprietários de fazendas no sul do Pantanal, onde está localizada a Nhecolândia.

Antes da criação desse parque, órgãos como a SUDEPE e a Polícia Federal iniciavam as primeiras tentativas de coibir a pesca ou a caça ilegal. Em maio de 1968, fez-se a primeira apreensão de peles de jacarés que seguiam por via férrea. Foram despachadas da estação de Urucum com destino ao Estado da Guanabara cinco mil peles de jacarés. Apesar da proibição, a carga seguia com nota fiscal, declarando um número bem menor que o apreendido. Mas parece que essa ação foi a exceção naquele momento. Um ano após essa apreensão, o periódico *Folha da Tarde* publicou uma série de artigos denominados “Portarias e Caçadas”, criticando a ação do IBDF. Segundo o jornal, ao tentar regulamentar a caça no estado de Mato Grosso, esse órgão federal não estava levando em conta as particularidades da região, o que dificultaria a fiscalização. A opinião da *Folha da Tarde* oscilou entre a liberação e a proibição da caça. Para os locais, defendeu que essa prática era um costume arraigado no meio rural, seja como profissão, como fonte de alimento ou como desporto, todos obedecendo às normas, sem exagerar. Segundo o periódico, a proibição e a fiscalização deveriam ser contra os aventureiros “dos grandes centros que por aqui vêm passear, super equipados com mortíferos engenhos descarregando suas neuroses urbanas em tudo que voa e anda pelo mato, e dê-lhe tiros enquanto houver munição nas cartucheiras desses jims das selvas frustrados, sem verba para as gordas taxas dos safáris africanos” (Portarias e Caçadas. *Folha da Tarde*, Corumbá, p. 2, 13 mai.1969). A preocupação é com a chegada de *estranhos* ao Pantanal. Ao justificar a aplicação da lei de forma diferenciada, explica que são eles que dizimam indiscriminadamente a fauna local.

O preocupação do Jornal *Folha da Tarde* reflete o momento em que o Pantanal apresentava-se como um possível potencial turístico, mas também era alvo do preservacionismo, que prega ilhas de conservação em que a natureza seja intocada.

Um ano depois, o mesmo jornal lançou um concurso de fotografias sobre Corumbá, Ladário e Pantanal, que visavam a focalizar as atrações turísticas da região, para depois organizar um folheto de propaganda em que fossem mostrados os atrativos e as possibilidades econômicas relacionadas ao rio Paraguai e à vida nas fazendas, numa clara tentativa de criar uma imagem do Pantanal para o consumo. Nesse momento, a região começou a ser visitada por pescadores amadores dos grandes centros. Também eles ajudaram a renominar o Pantanal como paraíso ecológico.

O Pantanal, por sua singularidade natural, passou a ser defendido como um dos possíveis nichos selvagens. Por isso, os órgãos de proteção premiavam os fazendeiros comprometidos com a preservação, como Totó e Sophi Rondon, proprietários de fazendas

na região do Rio Negro, vizinha à Nhecolândia. Esses fazendeiros receberam, em 1970, da Associação de Preservação da Vida Selvagem, o título de conservacionistas. Esses títulos eram concedidos numa tentativa de incentivar a preservação do ambiente por parte dos proprietários, haja vista as preocupações com o futuro da região.

Não somente os jornais começaram a divulgar mais freqüentemente o Pantanal. Revistas de circulação nacional publicaram artigos enfocando o Pantanal como um possível lugar de visita, de flora complexa e fauna rica e numerosa. Começaram a distinguir as diversas regiões que o compõem. O Pantanal passou a ser conhecido nos seus mais diversos aspectos morfológicos, hidrográficos e climáticos. A partir desses conhecimentos, o Pantanal era percebido como um local de diferentes paisagens e diversos ecossistemas, não só como uma grande planície de inundação, mas também possuidor de áreas de cerrado protegidas das enchentes. Ao mesmo tempo em que se abordava a ecologia, destacavam-se os aspectos econômicos que a pecuária desempenhava. Mas havia um alerta:

O pantanal já começa a perder suas características. Suas matas, antes bem mais densas, tornam-se ralas. A araputanga – ou mogno -, a cerejeira, o louro, o angico e outras madeiras de qualidade começam a desaparecer, devido à necessidade de desmatar para criar novos pastos. (MARIGO, Luiz Cláudio. *Águas e Terras do Pantanal. Geográfica universal*, Rio de Janeiro, nov. 1976. p.92)

Revistas como esta até elogiaram a pecuária pantaneira que, no passado, fora o principal fornecedor de gado magro para o estado de São Paulo, destacando que o gado se adaptou perfeitamente às condições ambientais do Pantanal. Não obstante, não deixam de tecer comentários negativos que essa atividade poderia ter sobre o meio ambiente. Na realidade, esse profetismo alarmista fazia parte do discurso de alguns enfoques ambientalistas. Entre essas previsões catastróficas, pode-se incluir a do sueco Arne Sucksdorff, que declarou, em 1971, à revista *Manchete*, que o Pantanal poderia ficar despovoado de sua fauna em uma geração. Arne baseou-se na observação feita por ele enquanto fotografava a região para as revistas “*Manchete*” e “*Life*”.

Em seu projeto identitário, o grupo fundiário da Nhecolândia consolidou seus alicerces na saga dos pioneiros que demonstraram bravura e tenacidade na dominação da natureza. Os anos 70 obrigaram-nos a atualizar suas memórias, conforme a necessidade vigente.

Foi nesse contexto que se criou o mito de que os proprietários foram os grandes responsáveis pela preservação da região; segundo eles, o gado criado à solta nos campos, alimentando-se de pastagens naturais, pouco interferiu no seu ambiente. Ajustaram seus discursos ao preservacionismo, como se pode verificar no argumento do neto de José de Barros:(...) “a Nhecolândia é o Paraíso Verdadeiro, não há o que tirar nem pôr, há necessidade de todos que ali vivem para conservar sua existência não o depredem, porque é uma verdadeira depredação usá-lo sem parcimônia” (BARROS NETO, 1979 p. 109).

O autor chama a atenção para a preservação do paraíso verdadeiro, adequando seu discurso ao ambientalismo: argumenta que o uso racional do Pantanal significa utilizar seus recursos com paciência e cautela. Nesse momento, muitas fazendas tentam aumentar o pasto, introduzindo vegetações exógenas. Para isso, derrubam grandes áreas de vegetação nativa, o que os transforma em alvos dos ecologistas. Por isso José de Barros Neto esclarece que apenas alguns fazendeiros, na tentativa de aumentar a produção, não adotaram critérios adequados para melhorar as pastagens. Acrescenta que foram imprudentes; investiram sem aproveitar porque plantaram as melhores pastagens sem verificação mais minuciosa da viabilidade econômica do projeto. Justifica as queimadas, dizendo que mesmo que alguns técnicos a condenem, essa antiga prática ainda é imprescindível para a rebrota do capim. Barros Neto culpa a super lotação dos campos e a seca pelo desaparecimento de alguns animais silvestres. Detalha que a falta das macegas pisoteadas pelo gado e a diminuição dos bebedouros obrigam esses animais a migrarem para outras regiões do Pantanal, mas esclarece que, com a volta das cheias, os animais naturalmente retornam aos campos. Ou seja, para o autor, a exploração da pecuária não ocasionou mudanças profundas no Pantanal, o que poderia depredá-lo.

O trabalho de José de Barros Neto foi lançado em 1978. Aparentemente visava, como o próprio título sugere, expor como se constituiu *a criação empírica de bovinos no Pantanal da Nhecolândia*, mas também significou uma resposta para as mudanças que estavam ocorrendo e que colocavam em perigo o domínio dos descendentes dos pioneiros sobre a região.

Os quatorze anos de seca (1960-1973), seguidos de cinco anos de grandes enchentes, atingiram muitos dos pecuaristas, que se viram descapitalizados. Esse problema foi agravado pela divisão das propriedades, devido a heranças e pela a persistência no uso do sistema tradicional de criação de gado, que pouco se modificou em quase um século de criação. No auge da pecuária pantaneira, a região, que era a principal fornecedora de bois

magros para as invernadas de São Paulo e do Triângulo Mineiro, não conseguia mais concorrer com os sistemas intensivos de criação. A crise mundial afetava também a pecuária. E a própria visibilidade que o Pantanal adquiriu, como uma possibilidade de exploração turística e, conseqüentemente, da chegada de “estranhos”, fez com que a memória local reafirmasse a legitimidade dos pioneiros e seus descendentes, justificando a utilização econômica da região e se defendendo das idéias conservacionistas que surgiam.

Vale lembrar que, diante da crise por que passava a pecuária local, foi criado, em abril de 1974, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, pelo Governo Federal, tendo como prioridades cinco setores básicos: Transporte, Energia, Saneamento, Pecuária e Indústria. Esse progresso desejado estaria em consonância com o plano de Integração Nacional, executado pelos militares e que se utilizou muito do isolamento de Mato Grosso, um estado que possuía recursos abundantes esperando para serem explorados, bastando dotá-lo de infraestrutura, como se pode perceber no seguinte depoimento:

De uns tempos para cá, o pantanal passou a despertar grande interesse pela sua potencialidade econômica, cuja riqueza até agora não foi totalmente explorada. Até mesmo a pecuária, que é a sua atual base econômica, não apresentou o rendimento esperado, justamente por falta de apoio maciço, que somente agora começa a tomar corpo, através da Transpantaneira (JUCÁ, Pedro Rocha, Pantanal. O Paraíso Terrestre. *Revista do IHGMT*, São Paulo, 1977 p.126)

Porém, como se pôde verificar, mesmo defendendo esse programa, José de Barros Neto não percebeu melhorias para os proprietários da Nhecolândia. Um dos fracassos do PRODEPAN, como ficou conhecido esse programa, foi no setor de transporte. A principal via a ser construída, a Transpantaneira, que cortaria o Pantanal de norte a sul, não chegou nem na metade do percurso previsto. Essa rodovia foi programada para atender às principais regiões de produção bovina do Pantanal, que ficavam isoladas durante as cheias. Porém, apenas o trecho que ligou Poconé à localidade de Porto Jofre ficou pronto, percurso de 147 km aproximadamente, dos 302 km previstos até Corumbá. Iniciada em 1972, na euforia do regime militar, a estrada tinha o objetivo de integrar o Pantanal ao “progresso brasileiro”, mas os longos períodos de seca e a enchente inesperada de 1974 sepultaram essa rodovia, que no pequeno trecho construído tem 125 pontes.

O trabalho de José de Barros em questão foi lançado um ano após o bicentenário da cidade de Corumbá. Durante os festejos, o único livro lançado foi de o Fernando Leite,

Corumbá – Histórica e Turística 1778/1978 que, como era de se esperar, não poupou elogios aos pioneiros da Nhecolândia, principalmente aos contemporâneos de Joaquim Eugênio Gomes da Silva. Porém, registrou algo novo. Leite criticou os grandes pecuaristas que, mesmo tendo suas fazendas no município, aplicavam o capital proveniente das suas propriedades nos grandes centros. Segundo esse autor, o capital era conseguido com um tipo de exploração primitivo, sem investimentos, e o que seria pior, à custa do trabalho de “sofridos vaqueiros e peões aqui nascidos ou criados” (LEITE, 1978, p.53). Esse ataque atingia a velha idéia de harmonia entre patrões e empregados. E, de fato, as relações cordiais que perduraram ao longo dos anos deixaram de existir. Segundo José de Barros Neto, o advento das leis trabalhistas obrigavam, em caso de indenização, a calcular os valores de arrendamento dos animais, das terras, do sal comum ou mineralizado. Tudo isso extinguiu a antiga parceria que, não por acaso, fora extremamente conveniente aos proprietários. Como o próprio José de Barros Neto explicava, não manter um bom relacionamento com os empregados poderia trazer prejuízos, pois ao deparar-se com problemas, como um bezerro bichado, uma cerca danificada, uma rês ou um cavalo doente, poderiam não avisar ao proprietário.

Em outro trabalho, denominado *A Vontade Natural e o Pantanal da Nhecolândia*, Barros Neto defende a idéia de que a região é um ambiente em mutação, sujeito a perder parte de sua população animal e vegetal. Essa transformação é ocasionada pela deposição de detritos e pela modificação no comportamento das precipitações atmosféricas. Nessa situação, os serrados vão substituindo os campos limpos e diminuindo as baías, o que proporciona a redução da fauna característica desses lugares e o surgimento da chamada fauna mateira. Além disso, esses cerrados e matas vêm sendo invadidos por plantas que impedem a penetração dos animais em busca de alimento. Conseqüentemente, essa transformação também leva à diminuição da capacidade de lotação dos campos. Por isso, justifica-se a eliminação dos serrados, inclusive aqueles que circundam as lagoas, vazantes e corixos, o que beneficiaria não só o gado bovino, mas também toda a fauna silvestre.

Vê-se que mais uma vez o homem pode aparecer como salvador também, defendendo sua economia, plantando pastagens para seus bovinos em certos lugares altos. Tendo erradicado os espinhos para o plantio de pastos, obviamente, a agricultura desses lugares vem servir para nutrição e proteção de toda a fauna dela dependente (BARROS NETO, 2001, p. 47).

Na realidade, Barros Neto propõe um tratamento diferenciado dos órgãos de fiscalização, permitindo a queima ou a derrubada de áreas consideradas de conservação. E confirma a idéia de que o Pantanal foi preservado por causa da antevisão ecológica dos proprietários. Sem eles, seria fácil perceber as dificuldades dos animais, caso não encontrassem o seu *anjo da guarda*, o homem, que agiu de forma tão oportuna e amiga, que se tornou verdadeiramente indispensáveis. Como um dos exemplos, lembra que, desde 1937, os fazendeiros, procurando salvar suas reses, buscam no subsolo a água capaz de satisfazer a todos os animais. Suas explicações evidenciam a valorização desempenhada pela pecuária na região.

Essa inquietação atingiu principalmente a geração de transição de proprietários, aqueles que vieram após os mais antigos, chamados de pioneiros, e antes dos mais novos. Entre os proprietários de transição, está o último governador de Mato Grosso integrado. Cássio Leite de Barros propôs-se também a contar em um opúsculo a *verdadeira* história do Pantanal. Com um sugestivo título de *Pantanal Mato-grossense: sentir para compreender (1991?)*, faz comentários sobre a região, defendendo-se do que, para ele, significava campanhas desinformadas, preocupações suspeitas feitas por aqueles que não conheciam a região. Segundo ele, somente quem vive lá muitos anos tem autoridade e conhecimento para tecer comentários sobre ela. Naturalmente o autor se coloca como uma das pessoas autorizadas para esse fim. Sua crítica não inclui nomes, mas é endereçada a autoridades, jornalistas, empresários e até técnicos que comentam a respeito da região, baseados em pretensiosas bases científicas. Ele lembra, inclusive, uma das idéias consideradas absurdas, que defendia a existência, no Pantanal, da maior reserva de petróleo e de fosfato do país, idéia que surgiu por volta de 1930, dentro de uma crença mais antiga e também superada, de que o Pantanal já foi mar, o Mar de Xaraés. Muitos cronistas, devido à grandiosidade aquática, suspeitavam estar diante de um mar interior. Monteiro Lobato foi um dos defensores dessa idéia, afirmando, em 1936 em seu *O Escândalo do Petróleo*, que o território de Mato Grosso, em eras remotíssimas, constituiu um fundo de mar, baseando-se na existência de conchas e das lagoas conhecidas como salinas. Prosseguindo nas explicações, defendeu que na região existiam enormes reservas de petróleo. Segundo ele, até os bois sabiam da existência do petróleo em determinada lagoa, recusando-se a beber sua água. Mesmo falando nos anos 30, a opinião de Lobato perdurou durante as décadas seguintes. Ainda no final dos anos 70, muitos argumentavam que os animais recusavam-se a beber a água escura, considerada oleosa, de alguns corixos ou

baías. A idéia de Lobato, criticada por Cássio Leite de Barros, foi, durante muito tempo, seguida pelos proprietários da Nhecolândia.

Mar interior, reserva de petróleo, tornaram-se algumas das construções simbólicas atribuídas a esse espaço, conhecido como Pantanal. Dependendo do contexto, essas construções são reafirmadas ou negadas. Para Cássio Leite de Barros, o Pantanal ainda foi um antigo mar interior; contudo, negava a existência de petróleo na região. Mas o que mais incomodava esse político e pecuarista eram as propostas de transformar a região em reserva ecológica. Como José de Barros Neto, defendeu a pecuária como a mais perfeita atividade econômica para a região. Para ele, esse tipo de exploração econômica, longe de se constituir uma ameaça, representou um fator de conservação, pois o boi e o cavalo introduzidos pelos pecuaristas agregaram-se, de forma natural, aos animais campestres já existentes no local, ou seja, foi a perfeita adequação da economia com a ecologia.

Para Cássio Leite de Barros, todas as ameaças e perigos vêm de fora do Pantanal, como a garimpagem, feita ao norte, que polui os rios e córregos que correm para a região pantaneira. A mesma situação diz respeito ao rio Taquari, assoreado, segundo ele, devido à erosão das terras agrícolas do planalto, que são carregadas para os leitos dos rios pantaneiros até as usinas de álcool instaladas nas proximidades. Essa afirmação de que os problemas do Pantanal estão fora de sua planície é compartilhada por outros memorialistas, para quem é no planalto que circunda a região que se pratica um desenvolvimento imediatista e devastador que, desde os anos 70, vem ocupando as terras vizinhas ao Pantanal, constituindo uma severa agressão à sua diversidade biológica.

Quanto à extinção de alguns animais, explica:

É preciso que se saiba que esses atos de vandalismo predador são praticados por elementos financiados por contrabandistas de peles e frigoríficos de peixe. Foram raríssimos os casos de fazendeiros que se meteram em tais aventuras (C. BARROS , 1991? p. 4)

Esse trecho é a reafirmação de que a caça e a pesca predatória foram feitas por invasores de propriedade à revelia dos tradicionais criadores de gado.

Apesar de seu trabalho não ser utilizado nesta discussão, é possível afirmar que foi nesse contexto que também surgiu Manoel de Barros, o maior expoente intelectual da Nhecolândia, e que se tornou referência poética nacional. Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu em Cuiabá em 1916, e viveu parte da infância na fazenda Campinas,

fundada por seus pais. Como a maioria dos filhos dos pioneiros da Nhecolândia, foi enviado para estudar em outras cidades; aos oito anos foi para o colégio interno em Campo Grande, depois para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito. Publicou poesias desde os anos 30. Não obstante, recebeu seu primeiro prêmio em 1960, com o livro *Compêndio para uso dos pássaros*, concedido pela academia Brasileira de Letras. Nequinho, como um dos jornais de Corumbá designava o poeta, recebeu o “Prêmio Orlando Dantas”. Antes disso, o poeta não tinha relevância nem para os seus pares, os memorialistas da região, apesar de publicar alguns pequenos textos no Boletim da Nhecolândia desde os dezoito anos de idade. Quando se organizou o Museu do Pantanal, por exemplo, os manuscritos de Pedro de Medeiros, outro poeta corumbaense, é que foram expostos em suas salas. Manoel de Barros começou a ter a visibilidade ao falar do Pantanal, de seus animais e da natureza em geral, divulgando uma imagem que pode ser confundida como se fosse a compreensão de todo o segmento de proprietários em relação à ecologia. A poesia de Manoel de Barros teve ressonância na sociedade urbana, que a consumiu como sendo uma das formas de ver e dizer a realidade do Pantanal.

Essa relevância que o poeta sul-mato-grossense adquiriu a partir de 1960 não foi por acaso. Foi nesse momento que o Pantanal começou a ter visibilidade como paraíso ecológico; a representação poética por ele desenvolvida ajudou a promover a região com essa nova imagem.

Não quer dizer que uma imagem substituía automaticamente a outra. Pode-se dizer que, até os anos 60 do século XX, coexistiam duas visões: inferno e paraíso. Na primeira, o Pantanal era o “outro” geográfico, local a ser dominado pelo homem; no segundo, deveria ser preservado. Por isso é possível entender a afirmação de Abílio Leite de Barros, de que os fazendeiros da Nhecolândia preservam a natureza, ao mesmo tempo em que se comprovavam práticas de agressão, principalmente aos animais silvestres, ao longo da ocupação pecuarista, entendida na época como uma maneira de dominar a natureza bravia. Como apontei, além de outras situações, os animais tinham suas peles encomendadas pelos comerciantes de Corumbá, mas isso deve ser esquecido pela memória local, para se consolidar a idéia de que

O Pantanal foi preservado porque sempre se constituiu numa ilha de fartura, na área rural. As fazendas eram grandes e fartas principalmente no fornecimento de carne, que ainda hoje é feito gratuitamente, para três refeições diárias. O pantaneiro não caça, a não ser esporadicamente e sem programação. (A. BARROS, 1998 p. 228-229).

Nessa citação, percebe-se que o passado foi idealizado, a memória foi atualizada, transparecendo uma visão romântica do convívio humano com a natureza, justamente o contrário do que expus no início do capítulo. Mesmo utilizando o trabalho de José de Barros Maciel, Abílio Leite de Barros desconsidera a citação de que, no início da instalação das fazendas, os pioneiros não carneavam para consumo próprio, valendo-se da carne de caça. Lembrar essa situação não era conveniente para Abílio Leite de Barros, no momento em que ele e seus pares eram alvos de críticas em passeatas que pregavam a conservação da natureza, chegando, inclusive, a colocar em perigo o domínio secular dos pecuaristas sobre a região, com propostas de transformá-la em área de conservação ecológica. Daí a afirmação dos memorialistas de que a região sempre foi preservada graças aos proprietários, que sempre forneceram carnes aos seus empregados, três vezes ao dia, diferentemente de outros lugares, em que o consumo de carne limitava-se a uma ou, no máximo, duas refeições. Tendo a carne bovina todos os dias, o pantaneiro não precisava caçar.

Para reforçar suas idéias, lembra que a caça predatória tem origem na fome. Por isso, segundo ele, no Nordeste os animais e as aves silvestres são muito mais atacados que no Pantanal.

Como os outros memorialistas, além de adequar seu discurso ao ecologismo, Abílio Leite de Barros faz duras críticas a esse movimento, dizendo que fizeram do Pantanal o altar de suas orações, impregnados de fanatismo e exageros, que vieram acompanhados de demagogias de políticos contagiados de idéias distorcidas, que aprovaram leis equivocadas em relação à preservação do meio ambiente. Para esse memorialista, o Pantanal da Nhecolândia correria mais riscos nas mãos dos novos proprietários, especialmente os que vinham de fora, que estavam mudando os costumes locais.

As fazendas estão sendo rapidamente divididas, por sucessão hereditária, as rendas estão minguando e os costumes mudando. Mudarão mais rapidamente pela migração e chegada dos novos. Já conheço fazenda em que o novo dono, homem das Minas Gerais, esperto fazedor de contas, reduziu drasticamente o abate para o consumo da fazenda. A bugrada assustou. Uns pediram conta, outros passaram a completar o rango com carne de caça. Tem gente comendo até capivara. Pior do que isso, achando bom (A. BARROS, 1998 p. 229).

Não só mineiros, mas também paulistas, gaúchos, enfim, muitos *estranhos* adquiriram fazendas na Nhecolândia, por sucessão hereditária ou por compra. Muitas das tradicionais fazendas, entre elas a Firme, considerada núcleo da ocupação branca na região, passaram a ser propriedades de pecuaristas ou empresários de outras partes do país. Esse fato causou incômodo aos antigos proprietários da região, “por isso, como todo grupo social em crise, esta elite tradicional tenta deter sua morte” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999 p. 79). Era preciso desqualificar as práticas desses novos donos, demonstrando que eles não tinham uma vivência pantaneira, que chegavam fazendo obras que acarretavam danos ao meio ambiente. Dessa maneira, eram definidas como forças negativas prejudiciais ao Pantanal, que perturbavam o equilíbrio natural da região em nome do lucro. Ao mesmo tempo, deveriam reforçar os alicerces da representação constituída a respeito dos pioneiros e seus descendentes, representação altamente elogiosa. Ou seja, se o Pantanal está preservado é graças a eles, que mantiveram uma convivência sem tensões ou diferenças sociais entre eles, os patrões, e seus empregados, todos vivendo de forma harmoniosa com a natureza. Esse discurso, que se intensificou nos anos 70, propunha reafirmar os pecuaristas como preservadores da natureza e também liberá-los para possíveis intervenções na natureza para o desenvolvimento da região, como argumentou o escritor Augusto César Proença.

Então será necessário compatibilizar desenvolvimento com preservação, para isso, nada melhor do que voltar os olhos ao passado para aprender como os pioneiros como é que eles conseguiram conservar uma das mais pródigas áreas naturais do mundo (PROENÇA, 1992 p. 143)

Além da questão ecológica, o futuro da pecuária na região preocupava os fazendeiros. Por isso, trataram também de reivindicar assistência por parte das autoridades, a fim de fazer voltar aos seus tempos de apogeu.

Os últimos memorialistas são unânimes em dizer que, mesmo encontrando a região desprovida e selvagem, o pantaneiro sempre teve a consciência de preservá-lo. Essas afirmações não foram exclusividades dos pecuaristas da Nhecolândia. Nessa mesma linha, Orlando Rondon, ex-pecuarista na região do Rio Negro, afirmou que os pecuaristas sempre respeitaram a natureza, nunca houve devastação no Pantanal, pelo contrário, a preservação fazia parte do cotidiano da fazenda Rio Negro (RONDON, O, in Tom do Pantanal, 2002).

A partir de 1960, o discurso ecológico passou a ser difundido em todo o mundo. Para se adequar às novas idéias ambientalistas, o discurso memorialista, a partir dos anos

70, apresentou o Pantanal como um lugar feito para a contemplação, o paraíso preservado graças à *sublime visão ecológica* dos fazendeiros da região, que antecederam os ecologistas em relação às preocupações preservacionistas.

Nesse sentido, aqueles preocupados em solidificar a memória a partir da visão dos proprietários, cuidam de apresentar o papel do modelo econômico adotado na região na preservação do Pantanal. Assim, a pecuária feita em latifúndios é vista como a única atividade possível de ser explorada na região sem que a degrade. Para Barros (1998), a divisão das grandes fazendas da Nhecolândia devido à sucessão hereditária é um dos motivadores da mudança de costumes e do baixo rendimento econômico da região, e que pode levar à sua destruição. Como se a pequena propriedade levasse necessariamente a baixa renda e à ruptura daquela cultura pantaneira, assentada em tradições que não podem ser alteradas.

A partir desse momento, o antigo império do boi transformou-se também em produto para o consumo dos turistas, que viam a região no campo do exotismo e da curiosidade. De certa forma, o Pantanal continuou sendo o outro geográfico, mas com outra imagem construída. Tornou-se objeto do olhar do turista, que visita a região para ver uma paisagem diferente do seu cotidiano, onde pode satisfazer suas expectativas de devaneios e fantasias. Assim, a região passa a ser contemplada como uma pintura distante. Local de visita. Que num primeiro momento foi considerado realmente um paraíso idílico, uma terra inexplorada, sem ação dinâmica do homem, que a ocupa há mais de 10 mil anos. Depois se reconheceu a presença humana na região.

Também esses habitantes foram objetos do reconhecimento, tanto dos visitantes que não conheciam a região e quem a habitava, quanto daqueles que viviam na região e que, de alguma forma, precisavam de um arquétipo que servisse de identidade para o novo Estado, que surgia a partir de 1977.

Os memorialistas ligados à Nhecolândia, sempre vigilantes, trataram de reinventar esse habitante da maior planície alagada do mundo. O pantaneiro passou a ser a preocupação das construções memorativas, elegendo quem deve ser considerado pantaneiro, caracterizando seus hábitos, costumes e tradições.

Capítulo III

IDENTIDADE PANTANEIRA/NHECOLANDENSE

O tirador comprido à cintura, o lenço ao pescoço, o chapéu carandá de barbela à cabeça, vestindo a bombacha e a camisa, de perneiras e esporas, eilo: o vaqueiro, o príncipe dos nossos campos sem fim, domador da nossa natureza semi-selvagem, que ainda guarda no seio tanto mistério para o homem da cidade. Não o intimidam nem o poldro chucro, nem a onça pintada, que muitas vezes lhe segue a batida. Quer montado no redomão de poucos repassos, quer no seu pingo amestrado, não teme que lhe saia pela frente, na cabeceira da vaquejada, o barrigudo orelha que vem retouçando; em cem metros que lhe sacode a corda no guarda-cigarros e fá-lo virar de patas pra o ar.

João Leite de Barros

O Vaqueiro (1947)

3.1. A construção de um símbolo para a região.

Os memorialistas locais atuaram, também, na construção de uma identidade pantaneira/nhecolandense. Apesar da diversidade de funções dentro das fazendas, elegeram e buscaram o tipo mais representativo da região. E quando o Pantanal passou a ser conhecido em todo Brasil, apropriaram o direito de definir quem deveria ser considerado pantaneiro.

Os Barros e os Gomes da Silva constituíram um grupo social por meio de alianças e relações sociais. Alguns de seus membros ou pessoas ligadas a eles atuaram na constituição de uma identidade da qual são os protagonistas. Como em outras regiões do

país, atribuíram um passado nobre aos pioneiros. Foram considerados descendentes dos destemidos bandeirantes, dos quais herdaram as qualidades.

Segundo as construções memorativas, desafiaram e dominaram a natureza selvagem e implantaram um império pecuário, diferente de outros espalhados pelo país, porque foi norteado por uma convivência pacífica e harmoniosa entre patrão e empregado, diante de uma natureza exuberante, por cuja preservação são os grandes responsáveis. Cunharam, para a segunda geração de fazendeiros, o termo fazendeiros-doutores, o que lhes conferia, além das habilidades no trato com o gado, a qualidade de serem letrados. Ou seja, mesmo ligados ao meio rural, constituíam uma camada social culta, urbanizada, moderna e civilizada marcando, assim, sua diferença tanto em relação a pecuaristas de outras regiões do país, quanto aos seus empregados. Estes últimos, notadamente o vaqueiro, como se pode verificar na epígrafe, foram reconhecidos, a partir dos anos 40, como o símbolo de toda a região, como os “príncipes” dos campos alagados do Pantanal. O autor, João Leite de Barros, descreveu o que para ele era a indumentária do símbolo da região, sugerindo algumas influências externas, principalmente a gaúcha, que imprimiram seus hábitos na maneira de vestir do vaqueiro local.

Com relação a outras influências, o reconhecimento nem sempre foi possível, principalmente pelos primeiros memorialistas, que não admitiam como seus iguais aqueles que não tinham origem nobre autenticada, ou que fossem considerados inferiores. Rejeitaram os entroncamentos culturais, desprezando os contatos e trocas culturais com outros povos.

Na verdade, as primeiras memórias estavam mais preocupadas em construir uma especificidade da Nhecolândia em relação ao restante do Pantanal. Considerada um oásis, era como a terra do progresso, onde as fazendas já formadas ostentavam luxo e conforto, em que os patrões não eram simples fazendeiros, mas doutores formados nos grandes centros do país.

Um fato que ilustra bem essa situação ocorreu em 1937. Um dos capatazes de José de Barros comunicou-lhe que deixaria de prestar os seus serviços à sua fazenda para assumir as terras herdadas por sua mulher, localizadas do outro lado do rio Taquari, numa região que mais tarde receberia o nome de Paiaguás. Surpreso com a decisão, o pioneiro e autor do livro *Lembranças (1959)* não acreditou no intento de seu empregado, conhecido como Zezinho, ou José Viégas.

Aventurar fora das terras da Nhecolândia era um risco; diziam que as terras do outro lado rio “não prestavam e que as pessoas, lá, não progrediam” (VIÉGAS, 1997 p. 95). Além disso, deixar o cargo de encarregado de uma das fazendas do desbravador seria um ato que levaria, com certeza, ao fracasso. A memorialista ainda argumenta que “não passava despercebida a grande diferença das terras da Nhecolândia com as do Taquari, ou Paiaguás. Lá, as sedes das fazendas, muito bem organizadas, com casas boas, currais modelo, etc., eram bastante diferentes dos nossos ranchos de palha” (VIÉGAS, 1997 p. 175).

Essa situação mudou a partir dos anos 40, quando alguns fazendeiros da Nhecolândia começaram a adquirir terras em outras regiões do Pantanal, principalmente no Paiaguás, onde os preços eram três ou quatro vezes menores. Atraídos pelo preço e na ânsia de estenderem seus domínios, muitos nhecolandenses adquiriram terras do outro lado do rio Taquari. Assim a “Nhecolândia e Paiaguás (tornaram-se) as duas regiões limítrofes que se completam, que se identificam pela força dos mesmos interesses. Se diferença há é apenas de idade, já que a primeira é muito mais nova, foi descoberta há pouco tempo” (Nhecolândia e Paiaguás - o Pantanal: As Mais Ricas Fazendas. *Terra e Gente, Mato Grosso Ilustrado*. Rio de Janeiro, 1º semestre, 1957). Segundo essa mesma revista, os antigos ranchos de palhas, que foram descritos por Izabel de Arruda Viégas em suas memórias, foram substituídos por casas de alvenaria servidas por luz elétrica gerada por motores, além de contar com campo de aviação e modernos currais, com bretes australianos semelhantes aos da Nhecolândia. É interessante observar que o artigo considerou que a região só foi ocupada a partir da chegada dos fazendeiros, menosprezando o período de ocupação indígena.

Foi a partir desse momento que se começou a pensar num símbolo para a região, que portasse todas as qualidades desejadas pelos memorialistas fazendeiros.

As fazendas da Nhecolândia foram demarcadas não conforme a necessidade, e sim pelo alcance da ambição. Nesse processo, os fazendeiros contaram com o auxílio de alguns companheiros, considerados coadjuvantes dos fazendeiros-pioneiros, que não fizeram parte das construções memorativas até por volta dos anos 40, a não ser quando se cogitou a sua substituição.

Em 1922, José de Barros Maciel sugeriu a troca dos trabalhadores das fazendas da Nhecolândia por outros de regiões em que o trabalho fosse mais racional. Naquele momento, para os trabalhos de marcação e castração, os animais eram pegos e derrubados

com o laço, tanto no campo como no curral, “nas correrias o vaqueiro atira a laçada, prende com o laço as mãos delle e colhe o laço cahindo a rez com o impulso da correria em que vinha” (BARROS MACIEL, 1922 p. 19). Barros Maciel argumentou, ainda, que muitas vezes a rês saía com o chifre quebrado, o pescoço deslocado ou as pernas partidas, o que provocava o sacrifício do animal, quando não morria instantaneamente ou depois de algumas horas.

A queixa do autor diz respeito à falta de cuidado porque “o vaqueiro não procura derrubar o animal com jeito para não machucá-lo, seu fito é derrubá-lo e quanto maior for o tombo, maior é a sua façanha” (BARROS MACIEL, 1922)

O trabalho de José de Barros Maciel, uma das primeiras memórias escritas a respeito da região, foi publicado no início da construção da auto-imagem dos proprietários. Sua preocupação girou em torno da afirmação da nobreza de origem dos proprietários pioneiros, heroificando as suas ações desses indivíduos. Os empregados, principalmente os vaqueiros, na sua narrativa, aparecem como um componente negativo das fazendas do Pantanal do rio Paraguai, como era conhecida a Nhecolândia naquele momento. Para ele, os vaqueiros locais eram portadores de defeitos que não os qualificavam para trabalhar na região. Eram indisciplinados e aplicavam uma técnica no trato com o gado antiquada e antieconômica, porque machucava ou eliminava os animais. Além disso, não se esforçavam em mudar; pelo contrário, insistiam em derrubar os animais por pura diversão.

Vale lembrar que o texto em questão tinha como referência o IHGMT, ainda influenciado pelo evolucionismo social unilinear, que servia para identificar quem era atrasado e selvagem em oposição a quem era avançado e civilizado. Essas idéias cientificistas e darwinistas-sociais circulavam no Rio de Janeiro e São Paulo¹, justamente o local em que o texto em questão foi apresentado.

Os vaqueiros, na maioria, eram considerados bugres, e por isso não eram portadores das qualidades de seus patrões, os mais puros representantes da civilização européia. Por isso José de Barros Maciel não teve nenhuma intenção de sugerir que os fundadores da Nhecolândia fossem descendentes de índios ou negros, ou que tiveram alguma importância no processo de instalação das fazendas na região. E talvez por isso sugeria a substituição

¹ Intelectuais com Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira atribuíram maior eugenismo à “raça” paulista, devido à sua superioridade como meio e como povo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999 p. 44). Os intelectuais do IHGMT, para não serem considerados pertencentes a uma população que estava num estágio atrasado na escala evolutiva, trataram de construir uma auto-imagem em que fossem vistos como um grupo diferenciado, culto. (GALETTI, 2000 p. 248-248).

dos trabalhadores das fazendas da Nhecolândia, por outros, considerados por ele mais civilizados.

O trabalho publicado por Virgílio Corrêa Filho, na mesma época, é esclarecedor com relação a uma suposta hierarquia de raças. O livro *Mato Grosso (1922)* foi lançado durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil. Nele, Corrêa Filho trata da composição étnica dos mato-grossenses. Para esse autor, Mato Grosso foi palco de uma fusão de raças, unindo o componente europeu, pelo lado bandeirante, e o nativo, representado pelos povos indígenas. Dessa união resultou o tipo cuiabano, como eram conhecidos, na maioria, os mato-grossenses. Fica claro, na exposição de Virgílio Corrêa Filho, que o lado paterno dos cuiabanos consistiu nos portadores da civilização e de traços de nobreza; o lado materno foi representado pelos índios que, mesmo considerados corajosos, eram portadores de defeitos como rudeza e hostilidade. O contato com os bandeirantes retirou dos índios os seus defeitos, ressaltando suas qualidades. Cada grupo étnico deu a sua contribuição, processando-se uma seleção natural, que fez surgir um tipo adaptado aos diversos ambientes que compunham o Mato Grosso, desde as espessas florestas e pântanos inóspitos, ao norte, até os pantanais do rio Paraguai, ao sul. Algumas décadas depois, Corrêa Filho utilizou parte dessas explicações para definir o vaqueiro pantaneiro. E foi também com base nessas explicações que outros memorialistas incorporaram os bugres na identidade local, algo que José de Barros Maciel, como memorialista, não fez.

Esse trabalho de Virgílio Corrêa Filho foi um dos poucos em que trata da composição étnica dos mato-grossenses, ainda influenciado pelo evolucionismo. Foi um incômodo reivindicar a descendência indígena ou negra, considerada inferior. *Mato Grosso* foi uma das obras encomendas para compor o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, organizado pelo IHGB (GALETTI, 2000 p.286). Esse dicionário foi lançado nas comemorações da independência do Brasil. Em cada estado da união um intelectual foi escolhido para escrever sobre as especificidades locais para compor a nacionalidade que então se buscava na história de cada região.

Nesse momento, não existia ainda, por parte dos memorialistas ligados à Nhecolândia, a preocupação em buscar um tipo representativo da região em que todos se espelhassem, inclusive os proprietários.

No opúsculo de Carlos Vandoni de Barros, o vaqueiro e os demais trabalhadores das fazendas já aparecem de forma aproximada dos seus patrões. Contudo, o destemido

trabalhador rural, como Vandoni de Barros define o empregado das fazendas, tem pouco destaque na sua descrição. Na verdade, ele se dedica muito mais a descrever a região e suas fazendas do que a falar da maioria da população que a habita.

A exceção diz respeito aos proprietários e seus descendentes, que têm seus nomes constantemente lembrados, notadamente o de José Eugênio Gomes da Silva e de seus parentes, como se pode verificar no trecho a seguir.

Foram seus cooperadores, além de outros, seu cunhado Gabriel Patrício de Barros, já falecido, organização completa de homem de bem, veterano da guerra contra o governo do Paraguai, homem recto e bom, coração sempre aberto a caridade; Manoel Gomes da Silva, já falecido, alma intrépida e infatigável, que foi sem dúvida alguma, um dos mais odorosos companheiros de Nheco; José de Barros, homem que todos nos conhecemos e admiramos, o homem-exemplo, como já escrevemos alhures, que é hoje uma das veneradas figuras dessa região, onde a sua palavra é acatada e respeitada, João Batista de Barros, organização de homem alegre e bom coração magnânimo incentivador de energias, espírito acolhedor e affável, e Antonio Pedro da Costa, um dos mais dedicados colaboradores de Nheco, que foi em vida um desses temperamentos inconfundíveis, um carácter como poucos, em homem honrado na mais alta expressão da palavra (C. BARROS, 1934, p. 7-8).

Carlos Vandoni de Barros descreve algumas qualidades daqueles que, junto com Nheco, desbravaram a Nhocolândia. Os “outros” não são descritos, seguramente porque não tiveram importância na fundação das fazendas da região. Seus nomes sequer são mencionados e muito menos sua descendência étnica, já que muitos são definidos de forma genérica, como bugres. Segundo Vandoni de Barros, alguns desses bugres tiveram o privilégio de trabalhar numa região em que a harmonia reinava e em que os patrões tratavam de forma carinhosa e respeitosa seus empregados, aproximando-se do seu nível, principalmente quando realizavam os serviços arriscados do campo.

Apenas quando faz menção ao trabalho com o laço, surge a presença dos colaboradores menos ilustres. Para realçar as qualidades do fazendeiro, reafirma-se que realiza os mesmos serviços arriscados que seus empregados.

Tanto nos textos de José de Barros Maciel quanto de Carlos Vandoni de Barros não aparece o termo pantaneiro. Os proprietários são apresentados como pioneiros,

desbravadores, ao passo que os outros componentes aparecem como cooperadores ou colaboradores, que deveriam igualar-se aos primeiros, e não o contrário. Mas fica claro que, a partir desse momento, o vaqueiro foi eleito como um símbolo da identidade local.

O vaqueiro ou peão passa a ocupar papel de destaque nas construções memorativas. Como trabalhador nas fazendas, sua principal atividade era o manejo do gado. Em outros momentos, dedicava-se a amansar os cavalos xucros, confeccionar e engraxar sua tralha. Nessa situação, afastava-se de qualquer atividade ligada à agricultura.

Para construir a imagem do vaqueiro pantaneiro, era preciso compará-lo com outro tipo regional, também ligado à atividade pecuarista. Ao justificar a fama de furador do gado pantaneiro, Pedro Paulino de Barros afirmou que:

Os rapazes sendo bons laçadores e querendo dar expansão ao seu instinto de gaúchos, provocam as reses mais ariscas do lote a furar, para sentirem a delícia de ver seu laço atingir as guampas, sem orelhas, do bicho em disparada. É bonita, de fato uma gauchada dessas (BARROS, Pedro Paulino de. Aos Rapazes do Campo. *Boletim da Nhecolândia*, abril de 1948 p. 1).

Mesmo considerando que a maneira de trabalhar prejudicava o gado, o autor exalta as qualidades dos vaqueiros, que os igualavam aos vaqueiros gaúchos. Fazer uma “gauchada”, além de proporcionar prazer, tornou-se sinônimo de desafio de valentia por parte do vaqueiro, demonstrando sua capacidade profissional e dando-lhe prestígio, tanto aos companheiros ou a eventuais visitantes, quanto ao patrão. Com o passar do tempo, “estar gaúcho” significou estar elegante, bem vestido, devidamente equipado com faca e chaira guardados dentro da bainha, acompanhadas do revólver preso na guaiaca, devidamente municiado. Isso também se estendia à tralha usada pelo vaqueiro, que era distinguida pelo uso do pelego de cor vermelha e pela qualidade e quantidade de argolas usadas na cabeçada e na peiteira.

O artigo evidencia que a perseguição ao gado manso, como se fosse bravo, remete à reprodução de uma forma tradicional de lidar com o gado que, naquele momento, era valorizada. Contudo, já se considerava também que a existência do gado bagual em uma fazenda significava atraso. Por isso, a solução apontada pelo autor do artigo foi manter um lote de gado para ser trabalhado pelo sistema antigo, para que os vaqueiros mais jovens pudessem “fazer um touro virar de patas para o ar com a pealada certa”, preservando o velho costume em que a qualidade do pantaneiro era externada.

As particularidades da pecuária da Nhecolândia e do Pantanal permitiram que a maior parte do gado se tornasse arisco. Criados soltos em grandes extensões de terras, muitos animais isolavam-se por muito tempo nos cerrados altos ou nas cordilheiras. Sem ter contato com o homem tornavam-se arredios, ou gado orelha, também conhecido como orelhano, porque foi costume, desde antes das construções das cercas que delimitavam as fazendas e as invernadas, marcar o gado cortando-se sua orelha², sendo que cada criador tinha o seu tipo de corte. Esse corte identificava, no meio de um lote de gado, a quem pertencia determinado animal. Se em uma fazenda encontrava-se um animal sem nenhuma marcação, inclusive na orelha, era considerado sem dono. Se a fazenda criava gado de vários proprietários, passava a pertencer ao dono das terras.

Na opinião de um pantaneiro, “gado no pântano, no campo antigamente era sem dono né, orelha de tudo” (Entrevista: Benedito Cláudio de Oliveira). O entrevistado ainda informa que os próprios vaqueiros das fazendas se encarregavam da bagualhada. Com o tempo, formaram-se grupos de vaqueiros contratados especialmente para esse tipo de serviço, já que o tamanho das fazendas da Nhecolândia, apesar da construção de retiros, contribuía para o gado ficar arisco.

Além disso, como afirmou Virgílio Corrêa Filho em *A Propósito do Boi Pantaneiro* (1926), a intensificação do cruzamento do gado europeu com o zebu produziu um gado bravio de difícil manejo. Esse fato teria se agravado no Pantanal, devido às enormes extensões de terras em que esses animais vagavam sem limites, campo afora, afastando-se cada vez mais dos pequenos ranchos dos fazendeiros e seus camaradas.

Muitos desses animais ficaram celebrados nas trovas de cururu, como foi o caso do boi barroso: “era um boi afamado que tinha numa mata, e ele saía só de noite, era difícil de pegá ele, tudo tem um dia. E quando foi um dia ele saiu, pegaram ele”.

Nunca mais ele vortô nessa campina,
Mataram ele.
Ai fizeram laço dele, do coro
O laço do boi barroso muita gente admirou
Deu quarenta parmo de laço
Fora o coro que ainda sobrô.
(Entrevista: Irio Franco Vernoqui)

² Esse tipo de marcação também é usado no porco monteiro. Quando é castrado no campo, o vaqueiro faz um corte na orelha do animal. Esse corte, que é específico de cada vaqueiro, não lhe confere a posse do animal, mas ajuda a distinguir o “capado” dos outros porcos.

O boi barroso poderia ser confundido com soca, também conhecido como manheiro, um tipo de gado que não é considerado bravio, mas que se esconde quando percebe a aproximação de vaqueiros, inclusive deitando no capim para não ser visto. Na maioria das vezes, tanto o manheiro quanto o bagual passam o dia inteiro quietos nos lugares de matas fechadas. Saem no largo somente à noite para pastarem, por isso só podiam ser pegos em noite de lua cheia (A. BARROS, 1998 147).

Esse tipo de gado não só evitava o contato com o homem, fugindo na primeira oportunidade, como muitos investiam contra o cavaleiro. Por isso, a atividade de bagualhação era realizada por vaqueiros considerados corajosos e destemidos.

A bagualhação existiu desde a fundação das fazendas da Nhecolândia, quando o gado alçado³ tinha que ser pego no campo e conduzido para as fazendas. No início reunia-se um grupo de vaqueiros, que preparavam as peias, os maneadores e, principalmente, os laços, tudo devidamente engraxado para não arrebentar. Um cavalo era escolhido como cargueiro para transportar os víveres, que consistiam em sal, farinha, feijão, açúcar e carne seca. Uma tropa de cavalos era preparada numa proporção de três cavalos por vaqueiro. Tudo preparado, rumavam na direção em que se suspeitava a presença do gado bagual. Passavam vários dias à procura deles campo afora, e quando os encontravam, cada vaqueiro saía atrás de um animal (Entrevista Benedito Cláudio de Oliveira). E por não ter a possibilidade de rodeio, as reses eram pegas a laço e amarradas pelos chifres com o maneador, de maneira que pudessem rodear em torno da árvore, às vezes durante dias, até serem amansadas. Como nas correrias muitos vaqueiros se distanciavam ou se perdiam do grupo, utilizavam-se de formas de localização, como cortar um galho, apontando o rumo que tomara determinado vaqueiro.

A partir do uso mais sistemático do sal na alimentação do gado, percebeu-se que este também poderia ser um aliado na captura do gado bravio. Nas áreas em que existia esse tipo de animal, tentava-se atraí-lo em cercados em que estivesse o cocho com sal.

A maneira mais segura e talvez mais prática consistiu no uso de sinuelos, lotes de bois mansos e treinados para se misturar com o gado bagual e conduzi-lo ao curral. Na Nhecolândia, foi usada tanto a técnica de sinuelo quanto as outras.

³ Após a Guerra com o Paraguai, muito gado espalhou-se pela planície pantaneira. Não se sabe ao certo se os encontrados na Nhecolândia foram animais abandonados pelo Barão de Vila Maria ou faziam parte das boiadas dos índios Guaikuru.

Contudo, mesmo quando trabalhando com o gado manso, o vaqueiro incentivava algumas reses a *furar*⁴, para testar e exibir sua destreza. Justamente aquilo que José de Barros Maciel em 1922 condenava, agora é visto como um traço característico do vaqueiro local.

A caça ao gado bravo significava o maior desafio para o vaqueiro porque apesar de ser realizado em grupo, prevalecia muito a sua individualidade. Quase sempre os bagualhadores saíam em um lote de “gado brabo cada um sai num, eu lacei uma novilha assim atrás do mato peiei ela”. (Entrevista: Benedito Cláudio de Oliveira, 2004).

Essa atividade passou a ser tão marcante na cultura pantaneira, que baguá foi uma das inúmeras analogias que os pantaneiros usavam para classificar certos comportamentos humanos: “é que tava meio baguá né! Já fazia ... vinte e dois dias. Ai ele me pegô ai ponhou eu na garupa. Daí ele montou, aí trouxe eu aqui na Berenice. Aí me sortaram, entregaram eu aí. Me entregou aí, mas eu queria ir pro mato outra vez (Entrevista Lucídio Soares, 2004)⁵. O entrevistado passou quase um mês no Pantanal, alimentado-se de frutos silvestres e bebendo água nos corixos, vazantes e baías que encontrava. Dormia em árvores. Nessa situação, ele próprio classifica sua atitude com se fosse de um bicho, ou baguá.

Com o tempo, diminuiu a quantidade de gado bravo na Nhecolândia. Mesmo assim, o trabalho no campo exigia agilidade do vaqueiro, que sempre utilizou o laço para pegar os bezerros e curar o seu umbigo, ou mesmo as vacas e bois atacados por bicheiras: “então lá, nós vamos fechar um gado, vamos curar um bizerro. Se tiver uma rês grande nós pega cura, né. Aí você larga esse vai noutro, se tiver mais vai pegando, vai curando né” (Entrevista: Lucídio Soares). Também exigia-se agilidade para pegar a matula, rês escolhida para ser abatida e carneada. No rodeio ao gado manso sempre um animal pode querer fugir; por isso, os vaqueiros devem estar prontos para fazê-lo voltar ao lote de gado rodeado para ser observado.

Ainda sobre o artigo “Os rapazes do campo”, publicado no Boletim da Nhecolândia, os vaqueiros não eram apenas os empregados. O periódico faz questão de

⁴ Designa -se de “furador” o animal rebelde ao encerramento que, na primeira oportunidade, tenta fugir do lote de gado em que está.

⁵ Lucídio Soares, mais conhecido como “Tordo”, quando tinha sete anos de idade, ficou 22 dias perdido nos campos da Nhecolândia, no final de 1947. O fato foi divulgado nos jornais de Corumbá e no Boletim da Nhecolândia. Na época suspeitou-se que ele teria sido levado pelo “mãozão”, uma das inúmeras entidades sobrenaturais do Pantanal. Sobre esse caso especificamente, e outros mitos e lendas no Pantanal, ver os trabalhos do pesquisador Frederico Augusto Garcia Fernandes indicados na bibliografia.

afirmar que os filhos dos proprietários eram tidos também como os melhores vaqueiros da região, ou seja, os proprietários reconhecem aquele que possui as características mais marcantes, com que pudessem se auto-identificar para transformá-lo no símbolo da identidade local. É evidente que a auto-identificação se limitou às habilidades e não à composição étnica. Como se pode observar quando cita os nomes dos companheiros que ajudaram a fundar as primeiras fazendas:

Felizardo Custódio da Silva da raça dos bugres do Albuquerque, provavelmente guaicurus e seus descendentes, os exímios cavaleiros; Fortunato Rafael Gomes, Jose Antonio Barroada Velho, que era pai de Tobias, Julio e Mario; Andrade um preto, também de cor e seu Fidelis, riograndense (SILVA, Eugenio Gomes da. *Se não Me Falha a Memória. Boletim da Nhecolândia*, janeiro de 1948 p. 2)

Reconhece-se a presença de outros elementos na região, destacando suas qualidades, definindo suas filiações étnicas e, principalmente, seu lugar social. Admitidos como trabalhadores, são tidos como meros coadjuvantes da história heróica dos pioneiros.

O autor utiliza o termo bugre para designar aquele que não era índio nem branco, mas que aparecia perfeitamente integrado à civilização. Essa denominação também reforça a negação da existência de índios *puros* na região. Felizardo, por ser de Albuquerque, passou pelo processo de aldeamento, pela catequese religiosa, fato que o teria purificado. Suas qualidades como cavaleiro teriam sido consequência de sua descendência Guaikuru, etnia que adquire uma nova imagem: de traiçoeiros e vingativos para bravos guerreiros ou excelentes cavaleiros, imortalizados na gravura de Debret. Esses índios passaram a ser conhecidos como índios cavaleiros devido à habilidade de utilizar equinos em suas mobilizações. A sugestão de que Felizardo era descendente de Guaikuru foi uma tentativa de atribuir uma origem mais nobre dos índios cavaleiros, ao invés de considerá-lo descendente dos Chané (Guaná, Kinikinau e Terena), etnia que se dedicava à agricultura e que formava a maioria dos índios aldeados em Albuquerque.

Segundo Verone Cristina da Silva, os índios aldeados em Abuquerque, na Missão Nossa Senhora da Misericórdia e no aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho, foram incorporados como mão-de-obra⁶. Tornaram-se camaradas nas fazendas de gado, “remadores, medidores do nível de água do rio, descarregadores de embarcações,

⁶ Segundo Manuela Carneiro da Cunha, desde a época de Pombal a catequese de índios visava também a prepará-los como mão-de-obra (CUNHA, 1992 p. 142).

trilhadores de estrada servindo a expedições punitivas” (SILVA, 2001 p. 118)⁷. Além disso, dedicaram-se à coleta de poaia e realizavam serviços de ferreiros e marceneiros. Ou seja, tornaram-se “índios úteis” para a sociedade dita civilizada. Foram usados como mão-de-obra desqualificada, mas importante, nas fazendas de gado do Pantanal.

Além disso, a incorporação de Felizardo como trabalhador, por ser um ex-aldeado, teria sido pacífica e voluntária. Felizardo teve seu nome várias vezes citado nos relatos memorialistas: era o prático, espécie de vaqueiro que liderava as comitivas que saíam para os rodeios campo afora. Ao que parece, conhecia muito bem a região. Nos rodeios de gado, principalmente na bagualhação, era ele que definia o rumo que o grupo de vaqueiros deveria tomar. Se algum membro se perdia na vastidão dos campos, era ele que saía à procura.

Os homens de cor eram provavelmente ex-escravos do primitivo dono de parte das terras da Nhecolândia, o Barão de Vila Maria, que os utilizou principalmente na fazenda Palmeira. E provavelmente foram eles que guiaram o filho do Barão na re-ocupação da fazenda Firme pois, após ser abandonada devido à guerra com o Paraguai, deixou-se de conhecer a sua localização exata. Muitos dos negros que vieram para o Pantanal acompanharam os pioneiros quando deixaram a região de Livramento e Cuiabá.

Não existe menção de estrangeiros. Tenta-se reafirmar que a re-ocupação do Pantanal foi realizada por nacionais ou mesmo uma exclusividade dos mato-grossenses de “chapa e cruz”, apesar de se citar a presença de um sul-rio-grandense.

O artigo em questão é justamente de um período em que se pensava a região de fronteira, principalmente com o Paraguai, como uma área a ser abasileirada, tornando-a homogênea étnica, lingüística e culturalmente. Para isso, cogitou-se até a definição precisa da fronteira e sua vigia constante. Além disso, as terras expropriadas ou não de povos indígenas deveriam ser ocupadas por brasileiros considerados legítimos, neutralizando qualquer influência cultural externa.

Na realidade, a região foi ponto de contato entre várias etnias indígenas. Tornou-se uma antiga passagem para alguns aventureiros na época colonial que visavam chegar às lendárias riquezas dos Andes ou às minas de Cuiabá, para finalmente tornar-se, após a independência dos países sul-americanos, o local de contato entre povos que utilizavam o rio Paraguai como caminho. Não somente aqueles comerciantes, industriais e banqueiros

⁷ Para um detalhamento histórico dos “índios de Albuquerque”, consultar, além de SILVA (2001), SCHUCH (1998).

que, no final do século XIX, aportavam em Corumbá ou Cuiabá, como também aventureiros e desvalidos que atravessavam a fronteira em busca de oportunidades ou trabalho. Na cidade de Corumbá tornaram-se aguateiros, estivadores, carroceiros ou vendedores ambulantes⁸.

Os paraguaios tornaram-se maioria e ingressaram no mercado como mão-de-obra desqualificada, em trabalhos que exigiam força física de baixa remuneração. Aportavam em Corumbá devido às dificuldades do pós-guerra, que forçaram uma acentuada imigração para o Brasil. O endividamento externo e a falta de capital para investimentos geraram constantes crises políticas internas, forçando os paraguaios a imigrar ou refugiar-se no Brasil. As contendas políticas obrigaram os paraguaios a transpor as suas fronteiras, porque nessas disputas políticas a vitória só era conseguida com a eliminação física do derrotado ou a perseguição dos seus simpatizantes. Os derrotados, temendo represálias e perseguição política, exilavam-se no Brasil, que no final do século XIX, objetivando à aquisição de colonos e trabalhadores, ofertou passagens gratuitas para aqueles imigrantes dos portos platinos até o Porto de Corumbá (CORRÊA, 1999).

De Corumbá alguns paraguaios foram para o interior do Pantanal, para se dedicar à atividade de comércio ou pecuária, ou as duas juntas, como fez Sebastião Rolon, que fundou, no outro lado do rio Taquari, o Porto Rolon, na região que mais tarde recebeu o nome de Paiaguás. Muitos deles, juntamente com uruguaios e correntinos, empregaram-se nas charqueadas que começaram a ser instaladas nos anos 20 às margens do rio Paraguai, que passou a ser navegado pelas chalanas⁹ paraguaias.

Na Nhecolândia, muitos paraguaios fixaram-se como empreiteiros, segundo a memória local, numa tentativa de evitar o endividamento ou o trabalho compulsório¹⁰, realizando serviços de construção de cercas e currais. Mas também prestavam-se como vaqueiros. Algumas paraguaias que chegavam a Corumbá se prostituíam ou se tornaram vendedoras ambulantes de chipa e sopa paraguaia. Algumas dirigiam-se para o Pantanal, empregando-se como cozinheiras nas sedes das fazendas ou nos acampamentos de

⁸ Sobre a imigração, principalmente dos paraguaios para Corumbá, consultar o trabalho do historiador João Carlos de Souza (2001), especialmente o capítulo VI “Alternativas de trabalho e sobrevivência”.

⁹ O termo é de origem paraguaia e no passado designava as embarcações que levavam passageiros do porto de Corumbá para os navios ancorados na outra margem do rio.

¹⁰ Segundo Corrêa (1999), o Barão de Vila Maria utilizou-se do trabalho escravo dos paraguaios em sua fazenda Piraputangas, logo após o término da guerra. Souza (2001) também percebeu essa utilização do migrante paraguaio, afirmando que o citado Barão “trouxera trinta e tantos paraguaios de Assunção para trabalhar no reerguimento de suas fazendas afetadas pela guerra” (SOUZA, 2001 p. 213).

empreiteiros encarregados de construir cercas e currais, desmatar e limpar os campos ou acerar cercas.

Os paraguaios imprimiram hábitos, costumes e gostos no ambiente pantaneiro. Deles se assimilou o gosto pelas músicas de ritmo rasqueado: polcas e guaranias, que se somaram ao chamamé de Corrientes, do norte da Argentina. Mas foi hábito de tomar o tereré a contribuição mais marcante da cultura paraguaia-guarani. Ao contrário do chimarrão, a água tomada com o tereré não é quente. Toma-se nos intervalos das atividades desenvolvidas nas sedes das fazendas. Quando está no campo trabalhando com o gado, o vaqueiro leva a água em cantis e em seu sapicuí a erva mate para ser colocada na guampa feita de chifre de boi, que compõe o conjunto de apetrechos da tralha do vaqueiro. A guampa fica presa ao arreio, juntamente com a bomba. Na Nhecolândia, em internadas em que existam vazantes, corixos ou baías, é comum tomar essa bebida montado nos cavalos. Para isso, desata-se o novelo de tento¹¹ comprido, preso na guampa, que facilita pegar a água, mesmo que o cevador esteja montado.

Portanto, o vaqueiro pantaneiro foi fruto de influxos culturais e étnicos. A miscigenação foi consequência do convívio intercultural que sempre marcou a história de ocupação do Pantanal, que se tornou local de heterogeneidade. Os chamados pioneiros papabananas trouxeram, além do gado, seus hábitos e costumes. Além disso, assimilaram muitos aspectos de mineiros e paulistas que então se deslocavam para a região em busca de gado magro e vendendo touros reprodutores zebus. Pelo rio Paraguai chegaram mais influências culturais platinas e do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos pode-se descrever que a maioria dos pantaneiros tem pele morena escura, cabelos pretos e lisos e traços faciais delicados (BARROS, 1998 p. 213), resultado da integração intercultural e interétnica.

Foram esses indivíduos, segundo a memória local, que formaram uma sociedade harmoniosa, isenta de contradições. A única diferença que marcava patrões e empregados era a posse da terra, mas tinham o mesmo estilo de vida e a mesma visão de mundo. Essa afirmação pode valer para a primeira geração de fazendeiros¹². A partir da segunda geração, muitos fazendeiros passaram a ostentar símbolos de diferenciação social. A

¹¹ Tiras de couro que, além de servirem como alça para algumas guampas de tereré, principalmente aquelas presas ao arreio, são usadas para fazer o laço ou prender objetos ao arreio.

¹² A primeira geração é composta pelos fundadores das fazendas de gado, que viviam a maior parte do tempo nas fazendas, como José de Barros, que faleceu em 1950. Seu filho, o médico João Leite de Barros, pertencente à segunda geração, chegou à região por volta dos anos 30 e faleceu em 1964.

escolarização concorreu também para a mudança do ideário e do seu modo de vida. A relação passou a não ser tão amistosa. Por isso era importante relembrar o passado constantemente, principalmente a época da fundação das principais fazendas.

Em 1953 foi organizada, na fazenda Paraíso, a semana do vaqueiro Nhecolandense, numa clara tentativa de resgate e fortalecimento do símbolo local, reafirmando as especificidades e realimentando o sentimento de pertencimento.

Está sendo organizada uma semana ruralista que terá lugar na fazenda Paraíso, de propriedade do senhor Lucídio Medeiros, com uma reunião dos vaqueiros nhecolandeses a começar no próximo dia 16 de agosto.

Quem diz vaqueiro Nhecolandense diz patrões e empregados, os quais tomarão parte nos vários concursos regionais que terão lugar. (Semana do Vaqueiro Nhecolandense – Escolhida a fazenda “Paraíso” para sede das comemorações. *O Momento*, Corumbá, p. 4, 24 de jul. 1953).

Esse tipo de festa visou a reproduzir as relações sociais em que os patrões e os empregados se identificavam com o símbolo festejado, o que lhes dava uma pretensa igualdade. Tentavam-se encenar situações rotineiras realizadas no passado.

Os patrões realizavam tarefas como tirar leite, trançar laço e arrear um cavalo em menos tempo. Os concursos dos empregados consistiam em domar cavalo xucro, laçar bezerros a cavalo, e pear o animal no curral. As tarefas mais perigosas ficavam a cargo dos empregados. Aos fazendeiros eram reservadas as tarefas mais fáceis e menos perigosas. Ao disputar o título de vaqueiro, os fazendeiros pretendiam relembrar o passado, em que os pioneiros realizavam os mesmos serviços dos seus empregados.

Nessa situação, ambos se identificam como vaqueiro, passando uma imagem de igualdade, forjando a harmonia e a unidade dessa coletividade. Tentam relembrar o passado, quando nas primeiras fazendas a relação de poder era bastante diluída pela presença constante do patrão na fazenda e nas atividades cotidianas.

Durante os festejos, também realizavam corridas, divididas em duas categorias; uma com cavalos de trato, animais criados especialmente para corridas. A outra era para os cavalos campeiros, usados nos serviços de campo.

O vaqueiro passa a ser ator principal da memória local. Como na descrição de João Leite de Barros, aproxima-se do gaúcho.

A partir da segunda metade do século XX, outros grupos passaram a ser considerados na composição dos vaqueiros. O que em 1922 Virgílio Corrêa Filho apenas

sugeria, em 1955 afirmava que os habitantes do sul do Pantanal, em que está localizada a Nhecolândia, receberam a contribuição de diferentes etnias na sua formação. Para o autor de *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*, índios de diferentes grupos, juntamente com os paraguaios e os bolivianos, constituíram a formação dos peões do sul do Pantanal.

Esses peões do sul possuíam a destreza na lida campeira, mas nenhuma vocação para o trabalho agrário, diferentemente do vaqueiro do norte, que manejava tanto a enxada quanto o laço.

Mesmo considerando outros componentes na diferenciação dos vaqueiros do sul, os desenhos utilizados por esse historiador foram do vaqueiro do norte, o mesmo tipo descrito por ele em 1922, definido como cuiabanizado: “chapéu de carandá com barbela, camisa e calça arregaçada. Pés descalços protegidos pela caçamba ou guarnição de sola dos estribos. Arreios simples, em geral basto de confecção regional. Cavalos crioulos, pequenos mas resistentes” (CORRÊA FILHO, 1955 s/p).

Para Corrêa Filho, a Nhecolândia possuía “aspectos comuns a ambas. Em suas fazendas operam vaqueiros procedentes de Cuiabá e arredores com hábitos e costumes de lá trazidos e paraguaios e bolivianos, acostumados a diferentes regimes de vida” (CORRÊA FILHO, 1955 p. 25).

Para fazer a diferenciação dos vaqueiros do Pantanal, Corrêa Filho utiliza, como fonte, os textos de João Leite de Barros e Pedro Paulino de Barros publicados no Boletim da Nhecolândia.

Essa memória textual, ao construir o símbolo da identidade local na figura do vaqueiro, ignorou qualquer conhecimento de outros elementos que compunham o universo social pantaneiro, tanto daqueles que realizavam outros serviços, além do manejo do gado nas fazendas, quanto daqueles que não estavam diretamente ligados às atividades da pecuária.

3.2. A Invenção do Pantaneiro Pela Memória Escrita.

Até esse momento, os memorialistas tentaram construir a memória de uma identidade local em que os proprietários eram os grandes agentes.

A partir dos anos 70, assiste-se à descoberta do Pantanal pelos meios de comunicação. E como fizeram em outras regiões do país, trataram de conhecer também seus habitantes. O ponto de referência é de onde falam as revistas e jornais, ou seja, os grandes centros, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, considerados locais dos costumes nacionais. Nas representações veiculadas pela mídia, o Pantanal aparece como uma área do interior e é visto como regional e estranho. Seus habitantes exóticos convivem com animais também exóticos e imensos, e são portadores de costumes que atizam a curiosidade dos leitores dos grandes centros. Uma região ainda considerada selvagem, em que o rio Paraguai e seus afluentes transbordam, inundando uma área com a dimensão do estado de São Paulo “e cuja natureza indomada condiciona e determina a vida do homem” (MORIGO, Luiz Cláudio. *Águas e Terras do Pantanal. Geográfica Universal*, Rio de Janeiro, p. 79, nov. 1976)

Luiz Cláudio Morigo, repórter do grupo Bloch¹³, ficou impressionado pelo aspecto ermo e desolado da região. Além das enchentes, destacou o período de seca, que mudava completamente a paisagem. Para ele, os homens que habitavam a planície constituíam seres diferentes do restante dos brasileiros, porque estavam perfeitamente integrados com a natureza. Possuíam apuro dos sentidos, devido ao contato íntimo e permanente com a natureza, aspectos que teriam herdado de seus descendentes indígenas: Guaikuru, Guató e Paiaguá.

Nesse aspecto, também os memorialistas reorganizam seus discursos e reivindicam o direito de definir, para eles e para os outros, quem são os pantaneiros. Constataram que, com essa maior visibilidade, a região e os seus habitantes passaram “a ser objeto de repórteres, pesquisadores e intelectuais (e que em suas análises chegaram) a contundentes desacertos” (BARROS, 1998 p. 180).

Talvez um desses desacertos de que fala o memorialista seja o romance histórico de Nena Sarti, intitulado *André Pantaneiro (1991)*. Nani Sarti conta a trajetória de vida de um personagem real, Manoel Francisco de Arruda Filho, o André Pantaneiro, André Preto ou simplesmente seu Dé, segundo a narrativa local. Um dos vários negros descendentes de escravos que migraram da região de Cuiabá para o Pantanal, acompanhando o deslocamento dos bois ou aproveitando a correnteza do rio Paraguai, que descia para o sul, poderia ser confundido com os “paus rodados”, inventados pelos memorialistas.

¹³ Esse mesmo grupo apresentou, nos anos 90, na TV Manchete, a novela “Pananal”, que utilizou belas locações, aproveitando a paisagem pantaneira. Destacou a região de forma exótica, apresentando mitos comuns aos folhetins televisivos, como personagens que se transformavam em animais da fauna local.

A personagem em questão perambulou pelo Pantanal da Nhecolândia. Cantador de Cururu, trabalhou de praiheiro, foi domador de cavalo, carreiro, vaqueiro e finalmente rezador. Como devoto de São Sebastião, seu Dé percorria a Nhecolândia com a bandeira vermelha do santo, angariando dinheiro, gado e pequenos animais, como porcos e galinhas, para a festa do seu santo. Quando visitava uma determinada fazenda, rezava-se o terço em cada casa dos empregados casados. Nessas ocasiões, o festeiro recebia as prendas e o dinheiro, que era amarrado em fitas junto à bandeira do santo. Eram três dias de festas, que terminavam no dia 20 janeiro, quando se servia o almoço preparado pelo próprio festeiro.

A festa de São Sebastião era uma das inúmeras festas religiosas que aconteciam no Pantanal. Como a sociedade pantaneira é tradicionalmente católica, a maioria das fazendas tem nomes de santos. Muitas possuíam capelas com altares, visitadas principalmente pelas mulheres da fazenda e onde, eventualmente, eram realizadas as rezas e os cantos em louvor ao santo festejado na ocasião. São Pedro, Santo Antonio e outros podiam ser festejados em seus dias nas fazendas que levavam o seu nome. No caso da festa de São Sebastião, dependia da preferência do festeiro, da permissão do capataz ou do proprietário da fazenda a definição do local onde deveria ser realizada a festa.

Sarti mistura nomes de personagens reais que viviam nas conhecidas fazendas da Nhecolândia, citando, inclusive, o nome de seus proprietários. Contudo, a autora tinha um defeito grave para os memorialistas: não passou por um estágio de demorada convivência no Pantanal, fato que a credenciaria para falar da região e de seus habitantes. O pantaneiro de Nena Serti não é o mesmo dos memorialistas, porque teve várias ocupações: foi praiheiro, roceiro, domador de cavalos, vaqueiro e rezador. Na velhice, andava a maior parte do tempo descalço ou de chinelos, não ostentava uma indumentária que o caracterizasse como o tipo regional. Não está no rol dos famosos vaqueiros, que têm seus nomes constantemente lembrados pela memória local. Além disso, é possível perceber, na trajetória do personagem principal, momentos de conflitos tanto com outros empregados das fazendas quanto com os fazendeiros, levando o André Preto a ser um andarilho da Nhecolândia.

Nas palavras de Abílio Leite de Barros, André Preto “não chegou a ser vaqueiro propriamente, por lhe faltar habilidade e vocação” (A.BARROS, 1998 p. 185). Ao mudar para Campo Grande, foi descoberto por repórteres e intelectuais que ansiavam por conhecer a gente pantaneira. Segundo o memorialista, a história desse personagem deu

origem a um “livrinho”¹⁴ de uma autora desavisada, que acreditou nas mentiras e generalidades contadas por ele.

Ao mesmo tempo, os próprios sul-mato-grossenses, carentes de referência histórica e cultural que lhes pudesse garantir uma certa identidade após a divisão do estado de Mato Grosso¹⁵, vão buscar conhecer o Pantanal e seus habitantes.

Em 1983, Almir Sater e Paulo Simões organizaram o projeto “Comitiva Esperança”, que objetivou estudar o homem pantaneiro. Para isso, pretendiam estar em contato íntimo e direto com o seu meio, vivenciar seus costumes, participar de seus casos, histórias, festas, enfim, levantar pontos da identidade musical e visual do espaço que passa a ser reconhecido como a principal fonte de cultura do jovem estado de Mato Grosso do Sul.

Na primeira etapa da viagem, os três músicos percorreram mais de 200 quilômetros em 12 dias, passando por 20 fazendas, acompanhando uma boiada, da fazenda Piratininga, na região do Paiaguás, à fazenda Bela Vista, na Nhecolândia.

Comitiva é o grupo de peões que conduzem os rebanhos através da região pantaneira para as invernadas de engorda. O grupo pretendeu reproduzir simbolicamente as atividades de uma comitiva que percorresse a parte do Pantanal considerada mais autêntica, e que guarda o que se considerava o patrimônio cultural de todo o povo sul-mato-grossense.

Na segunda fase do projeto, os músicos percorreram a região a cavalo, acompanhados de carro de boi que levava o material de apoio. Quando chegavam às fazendas, recebiam alimentação e um lugar no galpão para passar a noite. Gravaram inúmeros depoimentos em fita cassete, fotografaram e filmaram o cotidiano das famílias pantaneiras, bem como as festas e as apresentações improvisadas de Almir Sater¹⁶, Paulo Simões e José Gomes.

A terceira e última etapa foi feita de barco por diversos rios que cortam a região do Pantanal, registrando o comércio, a pesca e as festas das comunidades ribeirinhas.

¹⁴ O pequeno livro de Nena Sarti foi lançado em 1991, dois anos após a morte do Manoel Francisco de Arruda Filho, o seu Dé. Uma de suas filhas ajudou, com seu depoimento, a construir o romance.

¹⁵ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo General Presidente Ernesto Geisel. O governo do novo Estado foi empossado no dia 02 de janeiro de 1979.

¹⁶ O mesmo cantor participou, além da novela “Pantanal” da Rede Manchete, do *Tom do Pantanal* na TV Futura, uma série que mistura ficção e realidade na apresentação do Pantanal nos seus diversos aspectos.

Essa viagem destinou-se a proporcionar um amplo conhecimento cultural da realidade do homem pantaneiro, experimentada a partir da convivência diária e integrada entre seus participantes e a população da região.

Ao tocarem nas fazendas que visitavam, os músicos tencionavam reviver antigas tradições já esquecidas pelo homem pantaneiro. Queriam, assim, contribuir para a preservação de uma cultura ameaçada de ser destruída. Esse projeto pensou a cultura pantaneira como um conjunto de crenças, valores, hábitos, comportamentos e tradições compartilhadas, presentes na região e que podem ser pensadas, conservadas e passadas adiante. Por isso, um dos estranhamentos dos músicos foi a constatação da substituição da música ao vivo, tocada nas festas, por toca-discos e gravadores. Esse fato, para eles, levava à extinção da cultura pantaneira.

Assim, imagens, sons, hábitos do Pantanal e do pantaneiro espalharam-se pelo Brasil, não somente pelas imagens divulgadas pela Comitativa Esperança, como também através das constantes reportagens veiculadas pelos meios de comunicação dos grandes centros.

O projeto contou com o apoio do governo do estado de Mato Grosso do Sul, que ficou com o acervo de fotos, fitas gravadas e o documentário finalizado pela empresa paulista Tatu Filmes.

Os memorialistas locais consideram-se os “herdeiros e guardiões das mais autênticas tradições locais e a quem cabe zelar pela memória que se deve perpetuar” (ZORZATO,1998 p. 70). Por isso, julgam-se os mais habilitados para falar e descrever a região e seus habitantes.

É nessa perspectiva que também encaminha o trabalho Abílio Leite de Barros, que trata de inventariar o que considera os traços mais característicos do pantaneiro, incluindo a influência do meio na constituição de sua maneira de ser. Assim, o Pantanal, por ser uma planície, teria sido responsável pelas características pessoais dos seus habitantes. Por ser uma planície, a região levava necessariamente à mobilidade e à aventura. O ambiente formado por montanhas leva o homem à introversão, à maior permanência na terra. A planície, ao contrário, moldaria uma personalidade mais solta, tendendo a aventurar-se ao deslocamento constante. Por isso os pantaneiros não tinham estabilidade no emprego, pedindo demissão para simplesmente “dar uma volta”. Ou seja, a saída do empregado era motivada por razões consideradas simples, presentes na sua própria índole de aventura e não por possíveis conflitos ou desentendimentos dentro das fazendas.

O pantaneiro de Abílio Leite de Barros aproxima-se de outro ícone de identidade regional, o gaúcho, que também é homem de planície. Reafirmam-se as características inventadas por João Leite de Barros que, em 1947, apresentou o que para ele era o vaqueiro pantaneiro: “acabamos usando botas campeiras, em vez de botina mineira, e bombachas e faixas com predominância das cores da bandeira paraguaia, que usávamos sem notar, além das guaiacas, palas, puitãs e tiradores” (A .BARROS, 1998 p. 219).

O autor prossegue, explicando que toda a tralha de montaria utilizada na região é de origem paraguaia, que também legou o tipo de carro de boi, além do hábito de tomar tereré e o gosto pela música de ritmo rasqueado.

Essas características apontadas pelos memorialistas não são exclusividade do Pantanal e sim de toda a região que hoje é o Mato Grosso do Sul, que sempre teve uma fronteira “móvel”¹⁷, permitindo uma constante integração intercultural e interétnica, assimilando e conservando aspectos culturais. Como a cultura é essencialmente dinâmica e constantemente reelaborada, as botinas não desapareceram; os vaqueiros continuaram usando-as concomitantemente com as botas campeiras. As bombachas apareceram nos anos 30, não se ouvindo falar mais delas nos anos 70: “minha mãe mesmo fazia. Fazia e bordava ela, né? Tinha ela bordado e tinha ela assim lisa se borda, né”.(Entrevista: Lucídio Soares) Mesmo descrevendo os tipos dessas vestimentas usadas durante algum tempo na Nhecolândia e descritas pelos memorialistas como parte da indumentária pantaneira, o entrevistado diz que nunca usou.

Nessa perspectiva, o Pantanal tornou-se terra de bois devido à geografia. Isso fez com que os antigos sitiantes, que se dedicavam às pequenas lavouras próximas a Cuiabá e Livramento, fossem moldados pela vocação da terra, tornando-se vaqueiros.

Os descendentes dos pioneiros adquiriram, assim, destreza para a atividade pastoril, “daí que campear se fez de preferência por ser atividade livre e andeja. Enquanto que hortar prendia o ente no cabo da enxada. O que não era bom” (M. BARROS M, 1985 p. 38)

No Pantanal, além dos capões de mata e das cordilheiras de cerrados, existem as áreas abertas e os largos, que seriam semelhantes aos pampas. Essas duas formações naturais teriam moldado os tipos de vaqueiros, que também se assemelham nos gestos, nos costumes e na maneira de ser.

¹⁷ Faço uma analogia ao título do livro *Estrada Móvel, Fronteiras Incertas*, do historiador Vítor Wagner de Oliveira.

Pelo fato de a planície pantaneira conviver com outras formações naturais, exigiu técnicas, habilidades e inteligência, levando o pantaneiro a prever o comportamento dos animais. Eis os pantaneiros, segundo Abílio Leite de Barros: “Têm a destreza do gaúcho em campo aberto, o destemor de vaqueiro nordestino das caatingas e revivem nos rios a agilidade dos Guató e Paiaguá, nossos índios canoieiros” (A. BARROS, 1998 p. 148).

Para distinguir o trabalho de campo com a lavoura, Barros concorda com Oliveira Viana que, no livro *Populações Meridionais do Brasil: o campeador rio-grandense*, afirmou que a lavoura é um desafio de força e resistência, enquanto a lida campeira pede destreza, habilidade e coragem, aptidões específicas que se encontram no campeiro pantaneiro.

Ao construir o tipo ideal, o memorialista compara-o com outros tipos regionais. Escolhe o gaúcho como modelo, mas rejeita o nordestino, mesmo considerando que é destemido na caatinga. Para ele, o nordestino é submisso, cumpridor de ordem, o que o faz armazenar ressentimentos que podem explodir em traição. O pantaneiro, ao contrário, é mais independente, sem contudo deixar de ser ordeiro e saber o seu lugar.

Esses vaqueiros que vivem no Pantanal têm, em seus ancestrais, as raízes de seu comportamento, porque são descendentes dos antigos companheiros escolhidos a dedo pelos pioneiros, que levaram em conta o caráter moral daqueles que os seguiriam rumo à Nhecolândia. O vaqueiro nordestino é contextualizado em uma região em que não existe convívio democrático e amigável entre patrões e empregados. A subserviência do nordestino o afastaria do vaqueiro pantaneiro.

Alceste de Castro, um escritor local, dedica-se também a fazer essa comparação, no texto intitulado *O Pantanal e o Nordeste*, que fez parte do livro *Literatura Corumbaense (s/d)*. Esse autor explica a antítese geofísica entre as duas regiões, destacando a miséria da primeira caracterizada pela sequeidão da caatinga, em que o sol escaldante esturrica a terra, expulsando seus habitantes.

Contrastando com o Nordeste, o Pantanal é apresentado como uma terra de fartura, de trabalho ameno e alegre, realizado em campos verdes rodeados por água fresca e límpida. Essa diversidade geográfica também moldou os vaqueiros pantaneiros e nordestinos que, para Castro, se igualavam na bondade inata. Essa gente que tem têmpera igual diferencia-se em outros aspectos.

Enquanto no nordeste há a competição entre patrões e empregados, a luta contra o jagunço, a desavença política, o quadro aterrador das secas, esse entrelaço de paixões violentas que nos deu o Coronel e o Senhor de Engenho, e criou uma literatura que tem o sumo do imbuzeiro e do mandacaru e a agressividade das caatingas, que esses titãs de nossas letras, Jose Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queirós, Graciliano Ramos, Jorge Amado e o mestre Gilberto Freire descrevem com tanto calor humano, perscrutando o horizonte sem fim e contando as reses (CASTRO, s/d p. 38).

Para o autor, no Pantanal não existe aquilo que caracteriza de forma negativa o nordeste e o nordestino, como a competição entre patrões e empregados ou as desavenças políticas que caracterizaram a região pela violência, pelo povo armado.

Alceste de Castro utiliza justamente os autores que inventaram o nordeste. Como afirmou Albuquerque Júnior (1996), o Nordeste foi gestado em diversos discursos, que o tomaram por tema ou como objeto de conhecimento e arte. Alceste de Castro lembrou o nome de alguns dos autores dos discursos que inventaram o nordestino, atentando para as diferenças desses em relação ao restante do país.

Parece-me que o nordestino foi o contraponto para se criar a imagem do pantaneiro. Quando se busca a construção de um tipo regional, sempre se elege o seu oposto. Essa diferenciação pode ser encontrada em vários discursos que, desde o final do século XIX, pensavam os diversos tipos regionais. Como fez Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1998)¹⁸. Para apresentar o nordestino, recorreu ao gaúcho como o elemento diferenciador. Utilizou como argumentos questões da raça e do meio. Assim, o gaúcho não conhece os horrores da seca; seu ambiente, os pampas, lhe permite um trabalho fácil, de pura diversão. Seu traje colorido ajuda a reforçar a sua aparência atraente. Quando usa as bombachas, parece que vai a uma festa e não realizar trabalhos de campo. As cenas que presencia em seu cotidiano não lembram em nada a miséria da terra ressequida. A imagem da paisagem em que vive é de um verde constante.

O vaqueiro nordestino, ao contrário, convive com intervalos de horas felizes de abundância com horas cruéis de miséria. Seu ambiente é castigado pelo sol. É um combatente de uma guerra sem trégua contra a natureza, que lhe dificulta o trabalho, por isso “é forte, esperto, resignado e prático” (CUNHA, 1998 p. 122). Diferentemente do gaúcho, suas vestes são uma verdadeira armadura, feita de couro curtido, que lhe protege

¹⁸ A primeira edição é de 1906. Utilizo a edição distribuída pelo Ministério da Educação no Programa Nacional Biblioteca da Escola.

dos espinhos da caatinga e do sol abrasador. Essa vestimenta em nada lembra o seu modelo dos pampas do sul; é fosca e poeirenta.

Ao que parece, Abílio Leite de Barros utilizou as mesmas análises euclidianas para descrever o tipo local, isso sem considerar a distância histórica que o separa do autor de *Os Sertões*. Como Euclides da Cunha, reconhece que na região também a miscigenação entre o índio e branco foi maior que entre o branco o negro, mas não chegou a se reconhecer como descendente dessa mestiçagem. Refere-se aos empregados como “nossos abugrados”, que seriam conseqüência de uma seleção não somente natural, mas também feita pelos pioneiros que escolheram seus ancestrais entre “gente ordeira, pacífica, e laboriosa” (A. BARROS, 1998).

Segundo Abílio Leite de Barros, a lida no campo levou à necessidade de locomoção, por isso o pantaneiro anseia pela mobilidade constante. Até nos domingos, sem a obrigação do trabalho, ele encilha o seu cavalo para o passeio ou eventuais caçadas ao porco monteiro. Na verdade, mesmo nessas horas de folga, os empregados não deixavam de realizar o trabalho para o fazendeiro. Quando caçavam, aproveitavam para olhar o gado e cercas da fazenda; além disso, aproveitavam as supostas horas de ócio para cuidarem de suas tralhas, engraxando-as ou fazendo pequenos consertos. Não têm ambição, não almejam riqueza ou bens materiais. Seus sonhos limitam-se a pequenos objetos pessoais ou uma tralha de qualidade e um bom cavalo.

Sobre esse aspecto, o livro *Pantanal, Reminiscência de Nossas Vidas (1995)*, de Izabel de Arruda Viégas, oferece um contraponto a essa pretensa falta de ambição dos pantaneiros nhecolandenses. Mesmo argumentando que seus patrões eram pessoas boníssimas e que durante os anos que trabalharam na Nhecolândia conseguiram aumentar o seu gado, reclamava: “Tínhamos aquela vida de submissão, a que não estava acostumada e que no fundo rejeitava. Sentia-me totalmente isolada” (VIÉGAS, 1997 p. 93).

A autora justifica a saída da Nhecolândia justamente pela impossibilidade de progredir, de melhorar a sua situação e a do seu esposo, que tentou sem sucesso adquirir, na região, terras suficientes para formar uma fazenda.

Na verdade, na Nhecolândia, a aquisição de terras acompanhou um padrão comum em todo o Pantanal. Os fazendeiros “aparentados entre si multiplicaram-se por endogamia” (CORÊA FILHO, 1955 p. 43), restringindo o acesso à terra a algumas pessoas. Portanto, apesar de algumas exceções, a aquisição de terras foi exclusividade de poucos, sendo que os Gomes da Silva e o Barros ficaram com a maior parte, impossibilitando qualquer

ambição por parte dos empregados que, na maioria das vezes, apresentavam condições humildes de vida.

Nessa tentativa de inventar o pantaneiro, Abílio Leite de Barros exclui da identidade pantaneira os condutores e os peões boiadeiros, afirmando que “aquele caminhar modorrento e lerdo da boiada já mansa e cansada nada tem a ver com a lida pantaneira”. E continua,

No passo daquela monótona rotina, com laço escorrido e triste na garupa de um burro, e ainda mais de um burro! A cabeça do pantaneiro deverá vagar longe pela querência amiga. Pelas correrias nos largos e vazantes, onde o mimoso verde e aparado convida cavalo e cavaleiro para a tocada ligeira do bagual alegre e arisco (A. BARROS, 1998 p. 143).

Nessa situação, a lida pantaneira caracterizou-se pela habilidade nas correrias do gado bravo, que era pego a laço no campo. Essas atividades estariam distantes do universo das boiadas, mais apropriadas aos serranos, designação dada àqueles indivíduos que se dirigiam à Nhecolândia no início do século XX para comprar e conduzir boiadas para as invernadas de outras regiões do país. No início, compravam bois e vacas para engorda e vendiam touros zebus.

A atividade de conduzir boiadas faz parte do universo pecuário brasileiro, em todas as regiões em que o gado faça parte da economia. No Pantanal, o ir e vir das boiadas compõe a paisagem local. É certo que as primeiras boiadas foram conduzidas por elementos externos ao Pantanal.

O ato de conduzir boiada também se estendeu a outro tipo de serrano, chamado de beira-corgo, designação dada pelos pantaneiros ao fazendeiro de menor posse. O corgo representa o mínimo, o contrário do rio, que representa grandeza e amplidão. Esses indivíduos compravam, principalmente, vacas de descarte ou vacas boiadeiras. Também traziam seus touros zebus que, muitas vezes, trocavam por vacas do Pantanal. Serranos e beira-corgos chegaram ao Pantanal “montados em burro e com chapéu de feltro, eram facilmente identificados” e distinguiam dos habitantes locais porque “o pantaneiro usa chapéu de palha e não anda em burro”, (BARROS A, 1998 p. 110).

O burro foi, e é, o animal mais usado na condução de boiadas devido à sua resistência, mas não tem a mesma rapidez do cavalo. Para o memorialista, a figura de vaqueiro montado em um burro não lembra as correrias costumeiras, em que pantaneiro demonstra a sua destreza, distinguindo-se de vaqueiros de outras regiões.

Com o tempo, os próprios vaqueiros pantaneiros especializaram-se nessa atividade. Conduziam boiadas tanto para fora do Pantanal quanto para as charqueadas à margem do rio Paraguai. As próprias charqueadas recomendavam que as boiadas fossem conduzidas por especialistas e não por empregados das fazendas¹⁹. Por isso, nas charqueadas, as comitivas; em alguns momentos eram fixas, tinham a função de conduzir o gado das fazendas para ser abatido.

Não é possível retirar do cotidiano das fazendas pantaneiras, como quer Abílio Leite de Barros, condutores e peão- boiadeiros²⁰, mesmo que exista diferença entre o peão-boiadeiro e o peão-campeiro. O primeiro está ligado ao manuseio do gado nos limites da fazenda, é trabalhador fixo. O segundo depende da contratação esporádica de alguma comitiva; quase sempre espera vários dias nas cidades pra ser contratado.

Essa tristeza e monotonia que caracterizam a atividade de conduzir boiada foram compartilhadas por outros escritores que se debruçaram no estudo das propriedades pastoris, como Nelson Werneck Sodré (1990).

Ainda segundo Abílio Leite de Barros, os que não demonstram agilidade e destreza na lida no campo “quase sempre se transformam em praieiros, roceiros – trabalhadores braçais”. Como já foi afirmado, existe uma hierarquia simbólica no Pantanal, em que o vaqueiro ocupa papel de destaque. Contudo, a escolha para os trabalhos considerados inferiores não se dava apenas pela inaptidão do trabalhador no serviço de campo. A escolha do praieiro obedecia a certos critérios: “... tinha que saber tirar leite. Praieiro não tem domingo, não tem nada, ganhava um salarinho igual dos outros. Tem que levantá de madrugada para amanhecer o dia tá com o leite ali. Cortá lenha, molhá planta” (entrevista Benedito Cláudio de Oliveira).

O trecho dessa entrevista revela que, mesmo trabalhando mais, o praieiro tinha a mesma remuneração que os outros trabalhadores da fazenda. Além disso, precisava conhecer os serviços, cumprir uma carga horária que excedia em muito a dos outros trabalhadores. Era o primeiro a acordar. Sua primeira função era tirar leite, depois se dedicava aos mais diversos serviços como cortar lenha, limpar o pátio da fazenda, cuidar de pequenos animais, como porcos, galinhas e carneiros. À noite, às vezes tinha que

¹⁹ Uma das charqueadas mantinha uma comitiva fixa, que conduzia o gado que chegava ao Porto Manga. E sugeria que os fazendeiros não conduzissem o gado porque “estes têm pressa de retornar as suas fazendas e, ou apressa o gado”, o que poderia acarretar perda de qualidade do no gado a ser abatido. (RELATÓRIO: Paulino Gomes & cia Ltda, 1948-1949 p. 8)

²⁰ Para compreender a trajetória desses indivíduos, consultar LEITE (2003).

montar guarda nos currais em que houvesse filhotes de carneiros, presas prediletas de lobinhos ou porcos monteiros. Ou ficar em cima de árvores para eliminar outros predadores que espreitavam o galinheiro ou o chiqueiro.

Os próprios memorialistas, dependendo da situação, divergem com relação à supremacia simbólica do vaqueiro. Para José de Barros Neto, por exemplo, muitos vaqueiros buscaram outras profissões dentro das fazendas, “o que veio a qualificar bem mais aqueles campeiros que procuravam valorizar-se com uma profissão” (BARROS NETO, 1979 p.100)²¹ .

A idéia de que apenas os descendentes dos pioneiros têm a autoridade para falar a respeito da região é reafirmada pelo escritor Augusto César Proença: “para conhecer a cultura pantaneira há que se ir às raízes, é necessário que se vá ao chão para buscar a rusticidade e a simplicidade do homem do Pantanal” (PROENÇA, 1922 p. 138).

Proença, além de ser descendente dos pioneiros, guarda o que considera as fontes mais autênticas a respeito da região, os únicos exemplares do Boletim da Nhecolândia²² que, em suas páginas, narram em forma de epopéia a instalação das fazendas de gado na região, feita pelos descendentes dos mamelucos paulistas auxiliados pelos seus camaradas bugres e negros.

Esse periódico, já citado anteriormente, contém a memória do grupo, Sua posse significou o controle de um capital simbólico (BOURDIEU, 1989) que reforçou, aos conhecedores dessa memória do grupo, uma autoridade considerada por eles inquestionável.

Para esse autor, o pantaneiro “tem mais do bugre que do negro embora tenha havido uma importação bem grande de negros para o trabalho da mineração (PROENÇA, 1992. p. 38). Somaram-se a esses bugres os bolivianos e, principalmente, os paraguaios, dos quais o pantaneiro recebeu maior influência cultural. O autor vale-se da mesma explicação de Virgílio Corrêa Filho para o surgimento de um tipo ideal no desbravamento do Pantanal:

²¹ Foi o caso da profissão de tratorista, muito requisitada durante os 14 anos de seca (1960-1974) no Pantanal. Os tratores foram empregados dias e noites na construção de poços e açudes ao longo das propriedades. A maioria dos motoristas de máquinas foi arregimentada entres os vaqueiros.

²² Três exemplares desse jornal estão expostos em redoma de vidro no Museu do Pantanal, localizado no ILA.

O desbravador foi aquele descendente de índio e bandeirante mameluco paulista ... recebendo qualidades predominantes dessas etnias, ele se formou forte; de um lado adquiriu a humildade, a desconfiança e a paciência dos nativos; do outro, a ordem, a coragem e a ambição do mameluco (PROENÇA, 1992 p. 55).

Essas características permitiram ao homem do Pantanal embrenhar-se num lugar inóspito e vencer os obstáculos que se lhe apresentavam. Esse “bugre taludo vestia bombacha larga, surrada, usava chapéu de palha de aba quebrada pelo vento” (PROENÇA, p. 75). O autor não faz diferença entre a origem étnica do pioneiro/desbravador e a origem étnica dos empregados. Na sua explicação, todos têm o sangue branco do lado bandeirante somado ao do indígena.

Proença, ao contrário dos memorialistas, preocupa-se em lembrar-se dos outros componentes do cotidiano das fazendas, inclusive do papel desempenhado pelas mulheres. Mesmo assim, seus textos somam-se às construções memorativas em que o termo pantaneiro passou a designar uma categoria social associada às grandes fazendas de gado no pantanal mato-grossense, excluindo outras categorias presentes na geografia pantaneira, mas que não são considerados pantaneiros, como os pescadores, isqueiros, pequenos agricultores das colônias dos rios Taquari e Paraguai ou pequenas comunidades que praticam uma pecuária diferente do padrão nhecolandese, como o Amolar

Para esse autor, o pantaneiro e sua cultura desenvolveram-se durante um longo processo de “aprendizagem, integração e assimilação” (PROENÇA, 1992). Mas, como Abílio Leite de Barros, lamenta que essa sociedade de chapa e cruz esteja desaparecendo devido às transformações da modernidade. Nos seus livros, percebe-se a saudade de um tempo que não volta mais. Em um puro discurso nostálgico, em relação ao passado, transmite um saudosismo pela perda de determinados valores tão caros à sociedade dos cuiabanos de chapa e cruz.

Assim, as construções memorativas oferecem uma versão de como foram instaladas as fazendas de gado em uma das regiões do Pantanal e como se constituiu o homem que a habita. O vaqueiro, nascido e criado nas fazendas da Nhecolândia, que demonstre extrema habilidade, foi considerado o verdadeiro pantaneiro. Porém, é possível afirmar que aqueles que se consideram pantaneiros exercem outras atividades que não necessariamente a lida com o gado. O vaqueiro, apesar da hierarquia simbólica que o coloca acima das outras categorias, quando solicitado ou dependendo da situação, exerce outras ocupações dentro da fazenda, ou mesmo fora delas. Somente a exigência de morar, trabalhar e

compartilhar os hábitos e valores da cultura local não define o pantaneiro. É preciso que ele se defina como tal.

CONCLUSÃO

Prentendi, neste trabalho, analisar a construção de uma memória identitária da Nhecolândia, uma das regiões do Pantanal sul-mato-grossense. Demonstrei que essa memória se fundamentou na visão dos pioneiros e seus herdeiros, que reivindicam o pretense direito natural sobre o espaço e o conhecimento da região.

Aclarei que se construiu a imagem de uma sociedade sem conflitos ou contradições, em que patrão e empregado, fazendeiro e peão, convivem harmoniosamente em um ambiente privilegiado por uma natureza exuberante.

Para chegar a essas conclusões, tive que mudar o modo como trataria minhas fontes. No projeto inicial que deu origem a esse trabalho, não pretendia fazer uma análise contrapontual da memória escrita. Contudo, a partir das discussões da Disciplina História e Historiografia Brasileira, percebi a necessidade de ver os textos não somente por aquilo que dizem, mas também o que foi excluído e por quê. Muitas vezes, portanto, utilizei a versão memorialista em contraponto com outras versões históricas.

A tarefa não foi fácil, porque ambas são seletivas. Se a memória constitui o ato de lembrar e esquecer, num exercício constante de selecionar aquilo que é considerado importante lembrar, a história, por outro lado, depende da escolha do pesquisador e do seu julgamento pessoal daquilo que considera importante no momento em que elabora seu trabalho.

Mesmo assim, considerei a assertiva de Jacques Le Goff (1992), para quem a história escrita pelos especialistas precisa superar aquela integrante da memória coletiva. Mas como a história não pretende explicar nem explica tudo, tive necessariamente que recorrer a trabalhos de outras áreas para analisar e contrapor as representações memorativas.

Essas representações memorativas impõem-se ainda como incontestáveis, justificadas pela linguagem autorizada, expressão criada por Bourdieu para designar uma

espécie de discurso ao qual é conferido o poder de veracidade ao tratar de determinados temas. Alguns trabalhos acadêmicos ainda são elaborados sem questionar as antigas práticas e representações memorialísticas.

Conceitos como desbravamento e ocupação, superados pela maioria dos historiadores, ainda são usados por outros. Essas representações remetem à idéia de que a Nhecolândia, assim como parte do Pantanal, é um território inóspito e nunca habitado, um deserto de homens no passado e que foi povoado por bois conduzidos por bravos pioneiros. Os índios, quando não são excluídos, aparecem como parte da natureza a ser desbravada. Aparecem habitando as margens dos rios, em canoas como os Paiaguá e Guató, ou montados em cavalos como os Guaikuru, sempre em movimento, ou seja, os memorialistas admitem a sua presença na região mas não ocupam e não ocuparam o território em que se instalaram as fazendas de gado. Especificamente na Nhecolândia, alguns memorialistas chegam a negar a existência efetiva de povos indígenas na região, apesar de estudos historiográficos e arqueológicos indicarem que a região foi território Guató ou Guaxarapo em tempos coloniais e imperiais.

Expus, baseando-me em alguns estudos historiográficos e arqueológicos recentes, que o Pantanal, antes da chegada dos fazendeiros, já era palmilhado por povos indígenas, mas que diminuíram ao longo dos séculos devido, entre outros motivos, aos conflitos com os colonizadores. Os indígenas foram verdadeiros pioneiros na prática pecuarista. Basta lembrar dos rebanhos de gado *vacum* conduzidos pelos Guaná, assenhoreados pelos Guaikuru. Resta aclarar se na fase de instalação das fazendas houve o deslocamento de grupos indígenas que viviam especificamente na Nhecolândia.

Mesmo assim, foi possível perceber que os indígenas e seus descendentes foram incorporados como mão-de-obra de forma tranqüila e natural porque, segundo as construções memorativas, “a maior aspiração do índio é viver como civilizado, viver como branco” (A. BARROS, 1998 p. 209). Os fazendeiros teriam feito um favor a eles ou aos seus descendentes, tornando-os seus camaradas e trazendo-os para o seio da civilização.

Na verdade, os pioneiros tiveram que se adaptar a um ambiente novo, para eles inóspito, por isso valeram-se das práticas econômicas e culturais de peões de fazenda e outros atores herdeiros de conhecimentos construídos ao longo do tempo.

As relações nas primeiras décadas de instalação de fazendas de gado foram baseadas na parentela e na camaradagem, em confiança mútua, chegando o empregado a

criar seu gado junto com o do proprietário; quando não possuía a sua própria marca, usava a do patrão de forma invertida para ferrar o seu gado. Além disso, usufruía de toda a estrutura da fazenda que incluía, além do sal, curral para o trabalho com os animais. Essa situação começou a mudar a partir da segunda metade do século XX, segundo os memorialistas, devido à legislação trabalhista. Contudo, foi possível perceber que essa relação teve seus limites, não se estendia a todos empregados da fazenda

Quando se busca apresentar o Pantanal a um público maior, são as representações memorativas que prevalecem. Um exemplo disso é o Programa *Tom do Pantanal*, da TV Futura, gravado em fita de vídeo com aproximadamente 360 minutos, apresentado por Almir Sater. Esse programa mistura ficção e realidade, para apresentar o homem pantaneiro e o Pantanal nos diversos aspectos. O programa também dá ênfase à música, seguindo outro programa similar, o *Tom da Mata*, permeado por músicas de Tom Jobim. No caso do *Tom do Pantanal*, foram acrescentadas poesias do poeta Manoel de Barros. Esse programa evidencia a força que a memória construída sobre o Pantanal ainda imprime. Tanto na elaboração dos textos como nas entrevistas recorre-se aos memorialistas da região, como Abílio Leite Barros e Moisés dos Reis Amaral, apesar de contar com uma equipe consultiva composta por historiadores e arqueólogos que apontam novas maneiras de ver o Pantanal e seus habitantes.

Prevalece, ainda, a visão idílica da convivência harmoniosa do homem com a natureza, divulgada pela memória local, que também reivindica a consciência ecológica como uma face inerente da identidade local. Adequou-se, assim, aos discursos preocupados com o meio ambiente. Antes os memorialistas tinham que acentuar as qualidades dos pioneiros como bravos desbravadores, que enfrentaram a natureza e todos os seus perigos, entre eles os répteis e os insetos que pululavam seu solo e as feras que os espreitavam. A partir da construção do Pantanal como paraíso ecológico, refúgio das espécies vivas, tinham que atualizar suas memórias, esquecendo ou atenuando aspectos que acompanharam os pioneiros, como a eliminação de espécies consideradas nocivas à sobrevivência do homem. Se no passado a natureza pantaneira era um obstáculo a ser superado, com a nova imagem de paraíso, passou a ser preservada.

Quando surgiram os movimentos voltados para a questão ecológica, principalmente a vertente mais radical, que preconizava a proteção de áreas como o Pantanal da ocupação humana e criticava qualquer atividade econômica, inclusive a pecuária praticada na região, os memorialistas atualizaram seus discursos, conciliando adjetivos contraditórios: os

pioneiros foram considerados, ao mesmo tempo, desbravadores e conservadores da natureza.

A identidade pantaneira é pensada a partir da visão dos proprietários, que representam o que para eles são os verdadeiros pantaneiros. São os proprietários que reivindicam o direito de relacionar as características dessa categoria identitária, definindo, inclusive, seus traços psicossociais.

Estudos indicam o quanto é complexo explicar essa identidade. Na verdade, a definição vai muito além da que a memória escrita registra. Não se resume a um arquétipo construído pela memória escrita e que necessariamente deve nascer e viver nas fazendas, trabalhando diretamente na lida com o gado. Aponte, justamente, que os memorialistas atuaram na construção de uma identidade pantaneira/nhecolandense, excluindo aqueles considerados estranhos ao universo pantaneiro, mesmo que compartilhassem os hábitos e os valores da cultura local.

O vaqueiro, nascido e criado nas fazendas da Nhecolândia, que demonstre extrema habilidade, foi considerado o verdadeiro pantaneiro. Não obstante, pelas entrevistas realizadas com empregados e ex-empregados das fazendas da Nhecolândia, é possível afirmar que aqueles que se consideram pantaneiros exercem outras atividades que não necessariamente a lida com o gado. O vaqueiro, apesar da hierarquia simbólica que o coloca acima das outras categorias, quando requisitado, ou dependendo da situação, exerce outras ocupações dentro da fazenda, ou mesmo fora delas. O pantaneiro não pode ser compreendido como o indivíduo que mora ou trabalha nas fazendas do Pantanal. O pantaneiro é, principalmente, aquele que se define como tal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1.1 FONTES CRONISTAS E MEMORIALISTAS

- BÁEZ, R.. **“Corumbá : Memórias & Notícias”**. São Paulo: V. Bicego, 1977.
- _____. **“Corumbá : Nomes & Vultos”**. Bauru: Tip. & Liv. Brasil, 1963.
- _____. **“Corumbá : Figuras & Fatos”**. Bauru: Tip. & Liv. Brasil, 1964.
- _____. **“Corumbá : Evocações e Realidades”**. Bauru: Tip. & Liv. Brasil, 1965.
- BARROS, A. L. **Gente Pantaneira (Crônicas da sua História)**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.
- BARROS, J. **Lembranças Para Meus filhos e Descendentes**. São Paulo: Empresa Gráfica Carioca, 1959.
- BARROS, C. V. de. **Nhecolândia; opúsculo escrito em comemoração à 1ª feira agropecuária realizada na fazenda Santa Rita, município de Corumbá, atestado eloqüente da luta pelo progresso na riquíssima região nhecolandense**. Revista dos Tribunais. (São Paulo). 1934.
- BARROS, C. L. de. **Pantanal Mato-grossense: sentir para compreender**. Campo Grande: Sociedade de Defesa do Pantanal, 1991?.
- BARROS, J. M. de. **A pecuária nos pantanais mato-grossenses**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1922.
- BARROS NETO, J. **A Criação Empírica de Bovinos no Pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.
- _____. **A Vontade Natural e o Pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Alfa Omega, 2001.
- CASTRO, A. de. **Literatura Corumbaense**. Campinas: Maranata, s.d.
- PROENÇA, A. C. **Pantanal: Gente, Tradição e História**. Campo Grande: Edição do autor, 1992. 143p.
- _____. **Raízes do Pantanal (Cangas e Canzis)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- _____. **Nessa poeira não vem mais seu pai**. *MS Cultura*. (Campo Grande). Ano III, nº 1, 34-36, 1996.
- _____. **Corumbá de Todas as Graças**. Campo Grande: Ruy Barbosa, (s/d).
- _____. **Memória Pantaneira**. (Org) Campo Grande: Oeste, 2003
- RIBEIRO, R. A. **Taboco – 150 anos, balaio de recordações**. Campo Grande, 1984.
- SARTI, N. **André Pantaneiro**. Campo Grande: ANE/MS, 1991.
- VIÉGAS, I. de A.. **Pantanal Reminiscências de Nossas Vidas**. Sorocaba: Alvorada, 1997.

1.2 FONTES IMPRESSAS

- AYALA, S. C. & SIMON, F (Orgs.) **Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso**. Hamburgo/Corumbá: s.n, 1914.
- Boletim da Nhecolândia. Corumbá nº 1, outubro de 1947.
- Boletim da Nhecolândia. Corumbá nº 2, janeiro de 1948.
- Boletim da Nhecolândia. Corumbá nº 3, abril de 1948.
- Jornal Diário de Corumbá. Corumbá 6/04/84.
- Jornal Correio do Estado. Campo Grande 2/8/84.
- Jornal Correio do Estado. Campo Grande 20/01/2004
- Jornal O Momento. Corumbá, nº 162, junho de 1946.
- Jornal O Momento. Corumbá, nº 743, agosto de 1948.
- Jornal O Momento. Corumbá, nº 1.500, junho de 1951.
- Jornal O Momento. Corumbá, nº 2.869, maio de 1956.
- Jornal O Momento. Corumbá, nº 3.073, outubro de 1956.

Jornal Tribuna. Corumbá, s.n, janeiro de 1935.
 Jornal Tribuna. Corumbá, nº 10.093, julho de 1938.
 Jornal Tribuna. Corumbá, nº 10.113, setembro de 1938.
 Jornal Tribuna. Corumbá, nº 10.365, novembro de 1939.
 Jornal Tribuna. Corumbá, nº 13.773, fevereiro de 1950
 Jornal Tribuna. Corumbá, nº 17.228, agosto de 1958.
 Livro para cópias de cartas da Casa Comercial Vasques e Filhos, 1912 (NDHR/CPAN)
 Livro para cópias de cartas da Casa Comercial Vasques e Filhos, 1918 (NDHR/CPAN)
 Livro para cópias de cartas da Casa Comercial Vasques e Filhos, 1929 (NDHR/CPAN)
 Livro para cópias de cartas da Casa Comercial Vasques e Filhos, 1931 (NDHR/CPAN)
 MARTINHS, Demóstenes. **Marechal Rondon**. Cuiabá: Art & Traço, 1963.
 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Tomos XIX-XX, ano X. Cuiabá, 1928.
 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Tomos CVII- CVII, ano XLIX. Cuiabá, 1977.
 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Tomos CXIX – CXX, ano – LV. Cuiabá, 1983.
 Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Ano 34, nº 13-191, junho/março de 1972.
 Revista Geográfica Universal. Rio de Janeiro. nº 26, novembro, 1976.
 Terra e Gente – Mato grosso Ilustrado. Rio de Janeiro. Ano 2, nº 2, 1º semestre, 1957.

1.3 OUTRAS FONTES IMPRESSAS

CENTRO DE CRIADORES DA NHECOLÂNDIA. Segundo relatório apresentado à Assembléia Geral em sessão de 31 de agosto de 1931, III Anno de existência da sociedade, pelo seu Presidente Dr. Gastão de Oliveira. Corumbá: Typ do Commercio.
 ESTATUTOS do Centro de Criadores da Nhecolândia. Aprovados em sessão de Assembléia Geral de 30 de setembro de 1928. Corumbá: Typ. do Commercio.
 CHARQUEADA “BARRINHOS” Paulino Gomes & Cia Ltda. RELATÓRIO exercício de 1948-1949. Corumbá- Mato Grosso.
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUMBÁ. Ano do Bicentenário (programação), Corumbá, 1978.

1.4 FONTES ORAIS

ENTREVISTA Ranchinho (filme-video). Produção: Eudes Fernando Leite & Frederico Augusto G. Fernandes. Corumbá: Ceuc/UFMS, 1996. 120 mim. (aprox.), color., son., VHSc.
 ENTREVISTA Urbano de Jesus (fita cassete), 2004.
 ENTREVISTA Benedito Cláudio de Oliveira (fita cassete), 2004.
 ENTREVISTA Lucidio Soares (fita cassete), 2004.
 ENTREVISTA Irio Franco Vernoqui (fita cassete), 2004.

1.5 VIDEO.

Tom do Pantanal. 240 mim. (aprox.). Produção: Raiz Savaget Comunicação. Rio de Janeiro, 2002.

2.1 BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA

- BANDUCCI JÚNIOR, A. **A Sociedade e Natureza no Pensamento Pantaneiro: representação de mundo e o sobrenatural entre os peões da fazenda de gado na “Nhecolândia” (Corumbá-MS)**. São Paulo. 1995. 200p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo.
- BARROS, M. de, **O Livro de Pré-coisas (Roteiro para uma excursão poética no Pantanal**. Rio de Janeiro: Philoblion, 1985.
- CAMPOS FILHO, L. da S. **Tradição e Ruptura: cultura e ambiente pantaneiro**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- CORRÊA, V. B. **Fronteira Oeste**. Campo Grande: ed. UFMS, 1999.
- CORRÊA FILHO, V. **Pantanais Matogrossenses (devassamento e Ocupação)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- _____. **Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1995, 62p.
- _____. **A Propósito do Boi Pantaneiro**. Rio de Janeiro: Pongetti, v.6 1926.
- COSTA, M. de F. **História de Um País Inexistente; Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade: kosmos, 1999.
- DOMINGUES, O. e ABREU, J. de. **Viagem de estudos à Nhecolândia (relatório)**. Rio de Janeiro: Instituto de Zootecnia, 1949.
- Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- FERNANDES, F. A. G. **Entre histórias e tererés: o ouvir da Literatura pantaneira**. São Paulo: Edunesp, 2002.
- _____. **A voz em Performance: uma abordagem sincrônica de narrativas e versos da cultura oral pantaneira**. Assis, 2003. 384 p. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras.
- LEITE, E. F. **Marchas na História: Comitivas, e Peões-Boiadeiros no Pantanal**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 2ª ed, Capinas: Ednicamp, 1992
- NOGUEIRA, A. X. **Pantanal: homem e cultura**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002.
- NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. (Rio de Janeiro), vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- _____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. (Rio de Janeiro), vol. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- ZORZATO, O. **Conciliação e Identidade: Considerações Sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

2.2 BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABUD, K. M. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições (a construção de um símbolo paulista: O bandeirante)**. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1985.
- ALVES, G. L. **Mato Grosso e a história: 1870-1929; ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro**. *Boletim Paulista de Geografia*. (São Paulo), vol. 2, p. 5-81, 1984.
- _____. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo grande: Ed. Uniderp, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARRUDA, G. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000. 264p.
- AQUINO, N. S. de. **Corumbá além do Porto**. Corumbá. monografia (especialização em História). UFMS/CPAN, 2003.
- BARROS, M. **Compêndio Para Uso dos Pássaros**. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1961.
- _____. **Livro de Pré-coisas**. Rio de Janeiro: Philoblion, 1985.
- BETONI, W. L. **Dourados: entre a memória e a história**. (Dissertação de Mestrado). Dourados. UFMS/CEUD, 2002.
- BORGES, F. T. de M. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso**. São Paulo, 1991. 198p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- BORRALHO, J. H. de P. **Terra e Céu de Nostalgia: tradição e identidade em São Luis do Maranhão**. (Dissertação de Mestrado). Assis: UNESP, 2000.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- BURGUIÈRE, A. (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Trad. Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna; Europa, 1500-1800**. Trad. Denise Bottmann. 2ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992a.
- _____. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. 2ª ed, Trad. Nilo Odália. São Paulo: Edunesp, 1992b.
- CAMPOS, R. **A Lanterna na Popa**. Rio de Janeiro: Topooks, 1994.
- CASTRO, A. de. **Corumbá de Antigamente...** s.n.t.
- CASTRO, I. Q. de. **Vigiar e Construir a História: Memórias, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana**. (Dissertação de Mestrado). Dourados:UFMS/CEUD, 2002.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CORRÊA FILHO, V. **Mato Grosso**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1922.
- CORRÊA, L. S. **História e fronteira: O Sul de mato Grosso (1870-1920)**. Campo Grande: UCDB, 1999.

- CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso, 1889-1943**. Campo Grande: EUFMS, 1995b.
- CUNHA, E. da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DOSSE, F. **A História em migalhas; dos annales à Nova História**. Trad. Dulce A Silva Ramos. São Paulo/Campinas: Ensaio/Edunicamp, 1992.
- ESSELIN, P. M. **A pecuária no processo de ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-mato-grossense (1830-1910)**. Porto Alegre, 2003. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências
- GALLETI, L. da S. **Mato Grosso: O Estigma da Barbárie e a Identidade Regional**. Textos de História. Brasília: Revista da Pós-Graduação em História da Unb, 1995 v. 3 n. 2, p. 48-75
- _____. **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2000.
- GONÇALVES, C. & MONSERRAT E. **Observações Sobre a Pecuária no Brasil Central**. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura Indústria e Comércio. Rio Grande do Sul, 1954
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. Laurent L. Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. 189p.
- HOBBSAWM, E. **Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSAWM, E. Introdução: ‘**A invenção das tradições**’. In: ____ e RANGER, T. (orgs.) *A invenção das tradições*. 2ª. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra,
- HOLANDA, S. B. de. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LE GOFF, J. e NORA, P. (Dir.). **História: Novos Problemas**. Trad. Theo Santiago. 4ª ed., Rio de Janeiro, 1995.
- _____. **História: Novas Abordagens**. Trad. Theo Santiago. 4ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. **História: Novos Objetos**. Trad. Theo Santiago. 4ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LEITE, F. **Corumbá; histórica e Turística (1778 - 1978)**. Rio de Janeiro: Primor, 1978.
- LEITE, M. C. S. **Águas Encantadas de Chacororé: paisagens e mitos do pantanal**. (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC, 2000.
- LUCIDIO, J. A. B. **Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois (a ocupação do planalto sul [de] Mato Grosso, 1830-1870)**. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense.
- MACIEL, L. A. **A Nação Por Um Fio: Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: EDUC, 1988.
- MATOS, L. **Sarobá**. Rio de Janeiro: Minha Livraria, 1936.
- MAZZA, M. C. M. *et al.* **Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro**. Corumbá: EMBRAPA, 1994.

- MELO E SILVA, José. **Fronteiras Guaranis**. Rio de Janeiro, 1939.
- MELLO, R. S. de. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.
- NASCIMENTO, L. M. **As charqueadas em Mato Grosso**. Assis, 1992. 195p. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- OLIVEIRA, J. E. DE. **Da pré-história à história indígena**. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, PUCRS, 2002.
- _____. **Ambiente e Cultura no Contexto da Ocupação Indígena da Planície de Inundação do Pantanal**. In *Fronteiras: revista de História*, Campo Grande: EDUFMS. Vol. 3, nº 6, 1999.
- OLIVEIRA, V. W. **Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: Os trabalhadores do Rio Paraguai**. Campo grande: Ed. UFMS, 2005.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 23ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- QUEIROZ, P. R. C. **As Curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1997.
- _____. **As condições econômicas do Sul de Mato Grosso no início do século XX**. In: *Fronteiras*, Revista de História. Campo Grande: Edufms, vol 1, nº 2, 1997a. p. 113-136.
- RAMOS. G. **Vidas Secas**. 74ª ed., Rio, São Paulo: Record, 1998.
- SILVA, J. dos S. V. da & ABDON, M. de M. **Delimitação do Pantanal e suas sub-regiões**. In: *Pesquisa agropecuária brasileira*. Brasília: s.n, v. 33. Número especial. Out. 1998. p. 1703-1711.
- SILVA, V. C. de. **Missão, Aldeamento e Cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Saociais da UFMT, 2001.
- SCHUCH, M. E. J. **Missões Capuchinas entre os Guaná sul-matogrossenses**. In: *Pesquisas História*. São Leopoldo: Unisinos, 1998, nº 30 p. 89-131.
- SOUZA, J. C. de. **O Sertão Cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1878-1918)**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SOUZA, L. G. de. **História de uma região: Pantanal e Corumbá**. São Paulo: Resenha Tributária, 1973, v. I.
- _____. **História de Corumbá**. s.n.t.
- SOUZA, T. C. C. de. **Processo de ocupação do pantanal mato-grossense**. *Revista mato-grossense de Geografia*. nº 00, p. 103-118, 1995.
- TAUNAY, A. **Relatos monçoeiros**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- TRINDADE, V. E. **Política, História e Memória em Mato Grosso**; Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973. Campo Grande: Edufms, 2001.
- VALVERDE, O. **Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá**. *Revista Brasileira de Geografia*. (Rio de Janeiro). vol. 1, n. 34, p. 49-144, 1972.
- VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987
- WILCOX, R. **Cattle and Environment in the Pantanal of Mato Grosso, Brazil, 1870-1970**. In. *Agricultural History*. Vol. 66, nº 2, spring, 1992.
- ZILIANI, J. C. **Tentativas de Construções Identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)**. (dissertação de Mestrado). Dourados, 2000.